UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RENATO MORGADO SOARES

**Um voto na Geografia eleitoral: análise do território para as eleições presidenciais
brasileiras entre 1998 e 2002**

Versão Corrigida

São Paulo
2019

RENATO MORGADO SOARES

Versão Corrigida

**Um voto na Geografia eleitoral: análise do território para as eleições presidenciais
brasileiras entre 1998 e 2002**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

De acordo,

Prof. Dr. André Roberto Martin
(Orientador)

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S676v Soares, Renato
Um voto na Geografia eleitoral: análise do
território para as eleições presidenciais brasileiras
entre 1998 e 2002 / Renato Soares ; orientador André
Martin. - São Paulo, 2019.
153 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Centralização Autoritária. 2. Democracia. 3.
Descentralização Federalista. 4. Eleição. 5.
Geoespacial. I. Martin, André, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**Nome do (a) aluno (a): Renato Morgado SoaresData da defesa: 21 / 10 / 19Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. André Roberto Martin

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 16 / 12 / 20
(Assinatura do (a) orientador (a))

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Renato Morgado Soares

Título: Um voto na Geografia eleitoral: análise do território para as eleições presidenciais brasileiras entre 1998 e 2002

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Roberto Martin – Orientador

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À minha mãe (Maria), meu pai (Dalvino), meus
irmãos (Claudia, Marcelo e Ana Paulo) e minha
esposa (Amanda).
A todos, gratidão.

AGRADECIMENTOS

Minha primeira lembrança de uma eleição presidencial foi a realizada em 1989. Com somente oito anos de idade guardo recordações daquela ocasião que, entre uma série de motivos pessoais, foram marcantes em minhas memórias. Desde sempre existiu a pretensão e alguma nostalgia de pesquisar aquele período da política brasileira. Em verdade, minha maior ambição foi contribuir de algum modo com a política nacional. Não recuso uma certa desilusão, mas em contrapartida foram amplos os conhecimentos adquiridos nos exames das eleições presidenciais brasileiras.

O anseio de realizar o *stricto sensu* na Geografia humana nasceu após os estudos da Geopolítica. De certo modo as leituras e a dedicação foram destinadas para a concretização deste objetivo. Mas para realizar esta ambição foi necessário estudar algum tema para o Mestrado. A oportunidade surgiu ainda na graduação no curso de Geografia quando que, ponderando algum objeto de pesquisa para a Iniciação Científica, o desejo de investigar a eleição de 1989 retornou. Desde então foram revisadas as eleições presidenciais entre 1989 a 2014. Hoje, avalio criticamente que enfatizei somente nos mapeamentos e nas comparações dos resultados de cada pleito presidencial. Entretanto, todas estas análises foram relevantes para reunir um rico acervo de informação e conhecimento.

O foco em aprofundar os estudos no tema da Geografia eleitoral também possibilitaram novas oportunidades. Com todo o arsenal adquirido desenvolvi uma cartografia temática por meio dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) que no final induziram a dedicação profissional no Georreferenciamento e Geoprocessamento. Assim sendo, não posso deixar de agradecer aos colegas da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS-PMSP) que tanto prestaram colaboração e proporcionaram apoio para a conclusão do Mestrado.

Também não posso deixar de lembrar dos familiares, amigos, colegas e todas as pessoas que contribuíram nesta jornada, em especial aos professores. Da minha primeira formação acadêmica no curso de Administração de Empresa (USF) relembro de todos os docentes com grande respeito. Na especialização no curso de Política e Relações Internacionais (FESPSP) recordo com grande estima o orientador e amigo Dr. José Eduardo de Oliveira Santos. Os desafios de uma nova graduação no curso de Geografia (UNICSUL) igualmente reservo reverências para todos os professores, em especial não esqueço dos bons conselhos de minha amiga e orientadora Dra. Vivian Fiori.

Incluo agradecimentos a todo corpo administrativo e docente da Universidade de São Paulo (USP), em particular ao professor Dr. Wanderley Messias da Costa que, além de ter participado de seu curso “Geografia política – teoria sobre o território e o poder”, colaborou com sugestões no exame de qualificação desta pesquisa. Igualmente para a professora Dra. Miriam Dolhnikoff e seu curso “Império negociado” que proporcionou ensinamentos para o desenvolvimento de parte deste trabalho.

Ao orientador, Dr. André Roberto Martin enfatizo uma especial menção por ter participado de seu elenco de orientandos. Junto de todas nossas conversas que por vezes saíram do tema pesquisado, o conhecimento transmitido enriqueceu os métodos aplicados nesta pesquisa. Foi de grande satisfação o desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Embora tenha deixado por último a menção a minha família, todo o caminho aqui traçado somente foi construído com a colaboração e apoio de todos, em especial da minha mãe (Maria), do meu pai (Dalvino), dos meus irmãos (Claudia, Marcelo e Ana Paula), e da minha esposa (Amanda).

As experiências da vida e as dificuldades enfrentadas somaram para valorizar ainda mais estas respectivas pessoas. Todo o tempo dedicado somente foi possível na compreensão, conselhos e paciência prestada por todos eles. Dedico este trabalho para vocês, que desde sempre estão em primeiro lugar na minha lista de agradecimentos.

Muito obrigado.

“O valor de cada um é relacionado com o valor das coisas às quais deu importância.”

(Marco Aurélio Antonino)

RESUMO

SOARES, Renato Morgado. **Um voto na Geografia eleitoral**: análise do território para as eleições presidenciais brasileiras entre 1998 e 2002. 2019. 153 fl. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019.

Esta pesquisa investiga a Geografia das eleições presidenciais brasileiras de 1998 e de 2002. De um determinado padrão de votos de FHC (1994:1998) houve uma significativa alteração da Geografia eleitoral no pleito de 2002 em favor de Lula. O objetivo principal da pesquisa é averiguar os fenômenos políticos-territoriais que podem ter influenciado o voto dos eleitores entre 1998 e 2002. Para constatar quais motivos podem ter persuadido os eleitores nestas duas eleições foi necessário examinar os métodos da Geografia eleitoral além de aplicar, por meio de técnicas estatísticas e de ferramenta Geoespacial, o cruzamento de variáveis sociodemográficas com as informações eleitorais. As referências bibliográficas foram utilizadas para revisar o desenvolvimento dos partidos políticos ao longo da história brasileira diante do debate político que contrapõe o centralismo autoritário e a descentralização federalista. Com uso de recortes de notícias dos principais jornais foi revisto o crescimento e amadurecimento eleitoral do PSDB e do PT. Posteriormente foi contextualizada a economia, a política, e as coligações partidárias que envolveram ambos os partidos nas eleições presidenciais. Estes respectivos exames tiveram como escopo temporal as eleições de 1998 e de 2002 e o recorte espacial de todo o território brasileiro. A partir destas análises foi visto que, além de todo o contexto político, econômico, social, sucedidos ao longo da história nacional, também foi revelada a importância do território para a preferência de eleitores, sendo ainda visto que, para vencer uma eleição à presidente é necessário conquistar o *heartland* brasileiro.

Palavras-chave: Centralização Autoritária; Democracia; Descentralização Federalista; Eleição; Geoespacial; Presidente.

ABSTRACT

SOARES, Renato Morgado. A vote in the Electoral Geography: statistical analysis of the territory for the Brazilian presidential elections between 1998 and 2002.2019. 153 fl. Dissertation (Master degree) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, São Paulo, 2019.

This research investigates the Geography of the Brazilian presidential elections of 1998 and 2002. From a specific standard of votes by FHC (1994: 1998) there was a significant change in electoral Geography in the 2002 election in favor of Lula. The main objective of the research is to investigate the political-territorial phenomena that may have influenced the voters between 1998 and 2002. In order to determine what motives may have persuaded voters in these two elections, it was necessary to examine the methods of Electoral Geography and to apply, through statistical techniques and the Geospatial tool, the cross-referencing of sociodemographic variables with electoral information. The biographic references were used to review the development of political parties throughout Brazilian history in the face of the political debate that opposes authoritarian centralism and federalist decentralization. With the use of news clippings from the main newspapers, the growth and electoral maturity of the PSDB and the PT was reviewed. Subsequently, the economy, politics, and party coalitions that involved both parties in the presidential elections were contextualized. These respective examinations had as their temporal scope the elections of 1998 and of 2002 and the spatial cut of the whole Brazilian territory. Based on these analyzes, it was seen that, in addition to the entire political, economic and social context that occurred throughout national history, it was also revealed the importance of the territory for the preference of voters, and it was also seen that, in order to win an election to the president it is necessary to conquer the Brazilian heartland.

Keywords: Authoritarian Centralization; Democracy; Decentralization Federalist; Election; Geospatial; President.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Total de deputados federais eleitos pelo PT e PSDB entre 1990 e 2002.....	95
Gráfico 2 –	Total de senadores federais eleitos pelo PT e PSDB entre 1990 e 2002.	96
Gráfico 3 –	Evolução do total de deputados estaduais eleitos por PSDB e PT por ano.	97
Gráfico 4 –	Gráficos do total de eleitores registrados por estado e por região em 2002.	99
Gráfico 5 –	Crescimento do eleitorado brasileiro entre 1989 e 2002.	101
Gráfico 6 –	Índice de inflação INPC e IPCA entre janeiro de 1994 e agosto de 1996.	106
Gráfico 7 –	Taxa de juros TBC entre 1996 e 1999.	113
Gráfico 8 –	Total de votos por estados na eleição presidencial de 1998.	117
Gráfico 9 –	PIB real e variação do PIB entre 1994 e 2002.	118
Gráfico 10 –	Total de votos por estados na eleição presidencial primeiro turno de 2002. ..	123
Gráfico 11 –	Total de votos por estados na eleição presidencial segundo turno de 2002....	124
Gráfico 12 –	Desvio padrão para os votos do PSDB e PT no nível estadual e municipal. ..	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Linha imaginária do meridiano do Tratado de Tordesilhas como delimitação dos votos obtidos pelo partido PRN na eleição presidencial de 1989.	24
Figura 2 –	Três subculturas no território dos Estados Unidos de Daniel Elazar utilizadas como referência no estudo da história eleitoral de Clark Archer.	25
Figura 3 –	Desvio padrão para o histórico de votação dos partidos políticos italianos no período entre 1953 e 1987.....	33
Figura 4 –	Origem e formação dos partidos políticos no cenário político brasileiro entre o período de 1945 a 1965.....	72
Figura 5 –	Total de capitais por partidos em 1992.....	92
Figura 6 –	Resultado das eleições gerais de 1994.....	109
Figura 7 –	Resultado das eleições gerais de 1998.....	116
Figura 8 –	Resultado das eleições gerais de 2002.....	122

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Comparação do mapa de cluster da votação obtida pelo PSDB no primeiro turno da eleição de 1994 e 1998.	45
Mapa 2 –	Comparação do mapa de cluster da votação obtida pelo PT no primeiro turno da eleição de 1994 e 1998.	47
Mapa 3 –	Comparação do mapa de cluster da votação obtida pelo PT e PSDB no primeiro turno da eleição de 2002.	48
Mapa 4 –	Comparação do mapa de cluster da votação obtida pelo PT e PSDB no segundo turno da eleição de 2002.	50
Mapa 5 –	Resultado final da eleição para governadores em 1982.	86
Mapa 6 –	Resultado final da eleição presidencial de 1989 por estados.	90
Mapa 7 –	A localização e a densidade dos eleitores por município no Brasil em 2002.	100
Mapa 8 –	Resultado das eleições presidenciais de primeiro turno em 1998 nos municípios.	128
Mapa 9 –	Resultado das eleições presidenciais de primeiro turno em 2002 nos municípios.	130
Mapa 10 –	Resultado das eleições presidenciais segundo turno em 2002 nos municípios.	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Classificação dos municípios entre os mais e menos voláteis.	37
Tabela 2 –	Soma dos votos e a amplitude obtida pelos partidos políticos no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras entre 1994 e 2002.....	37
Tabela 3 –	Média e o desvio padrão obtidos pelos partidos políticos no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras entre 1994 e 2002.	38
Tabela 4 –	Variáveis correlacionadas com o resultado eleitoral do primeiro turno de 1998.....	40
Tabela 5 –	Variáveis correlacionadas com o resultado eleitoral do primeiro turno de 2002.....	41
Tabela 6 –	Variáveis correlacionadas com o resultado eleitoral do segundo turno de 2002.....	42
Tabela 7 –	Índice global de Moran para o percentual de votos para a presidência da República do PSDB e PT em 1994, 1998 e 2002.	44
Tabela 8 –	Homogeneidade dos votos recebidos do PSDB entre 1994 e 1998 por meio do índice local de Moran.....	46
Tabela 9 –	Homogeneidade dos votos recebidos do PT entre 1994 e 1998 por meio do índice local de Moran.....	48
Tabela 10 –	Homogeneidade dos votos recebidos do PT e PSDB no primeiro turno de 2002 por meio do índice local de Moran.	49
Tabela 11 –	Homogeneidade dos votos recebidos do PT e PSDB no segundo turno de 2002 por meio do índice local de Moran.	50
Tabela 12 –	Percentual de eleitores e de deputados federais eleitos por região no país, eleição de 2014.	57
Tabela 13 –	Percentual dos deputados federais eleitos entre os partidos políticos nos pleitos da Câmara Federal de 1945 à 1962.	73
Tabela 14 –	Filiação dos congressistas do antigo sistema político-partidário brasileiro, para a ARENA e no MDB.	75
Tabela 15 –	Representação por partidos políticos nos pleitos de 1966 à 1978 para os cargos disponíveis no Congresso Nacional.....	77
Tabela 16 –	Distribuição do MDB e da ARENA nos novos partidos políticos a partir do Congresso Nacional de 1980.	82
Tabela 17 –	Total de Deputados Federais e Estaduais eleitos pelo PT em 1986.....	87
Tabela 18 –	Resultado eleitoral do primeiro turno da eleição presidencial de 1989.	89
Tabela 19 –	Intenção de votos para a eleição de 1994.....	105
Tabela 20 –	Resultado eleitoral do primeiro turno da eleição presidencial de 1994.	108
Tabela 21 –	Variação mensal das reservas internacionais do Brasil entre 1994 e 1998.....	112
Tabela 22 –	Surveys das razões do voto em FHC no pleito de 1998.	114
Tabela 23 –	Resultado eleitoral do primeiro turno da eleição presidencial de 1998.	115
Tabela 24 –	Resultado eleitoral do primeiro turno da eleição presidencial de 2002.	121
Tabela 25 –	Percentual de votos recebidos em trezentos municípios.....	125
Tabela 26 –	Resultado eleitoral do segundo turno da eleição presidencial de 2002.	131
Tabela 27 –	Votos no PSDB e PT entre 1994 e 2002 por região.	134

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BCB	Banco Central do Brasil
CPI	Comissões Parlamentar de Inquérito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto de Circulação de Mercadorias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTR	Movimento Revolucionário dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCN	Partido Comunitário Nacional
PCO	Partido da Causa Operária
PDC	Partido Democrata Cristão
PDCdoB	Partido Democrata Cristão do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PFL	Partido da Frente Liberal
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PL	Partido Liberal
PLP	Partido Liberal Progressista
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PN	Partido Nacionalista
PP	Partido Popular
PPB	Partido Progressista Brasileiro

PR	Partido da República
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PRP	Partido Republicano Progressista
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSN	Partido da Solidariedade Nacional
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SIG	Sistema de Informação Geográfica
TBC	Taxa Básica do Banco Central
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
URV	Unidade de Referência de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
 CAPÍTULO 1 – ORIGEM E MÉTODOS DA GEOGRAFIA ELEITORAL.....	21
1.1 Desenvolvimento e evolução da Geografia eleitoral	21
1.1.1 Revitalização dos estudos eleitorais na Geografia	28
1.1.2 Geografia eleitoral na América Latina e no Brasil	34
1.2 Estatísticas das eleições presidenciais brasileiras de 1998 a 2002	36
1.2.1 Estatística descritiva	36
1.2.2 Correlação linear de Pearson	39
1.2.3 Autocorreção espacial de Moran	42
1.3 Geografia eleitoral para conjuntura da política brasileira	51
 CAPÍTULO 2 – CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO NO SISTEMA POLÍTICO PARTIDÁRIO BRASILEIRO	54
2.1 Centralidade autoritária e descentralidade federalista na política nacional.....	54
2.2 Partidos políticos e sua influência territorial na política brasileira	59
2.2.1 Os agrupamentos partidários no século XIX.....	60
2.2.2 Primeira República: o antipartidarismo federalista entre 1889 a 1930	64
2.2.3 Era Vargas: o antipartidarismo centralista entre 1930 a 1945.....	67
2.2.4 Breve democracia pós-Segunda Guerra: os partidos entre 1945 a 1964	69
2.2.5 Regime militar: o bipartidarismo no centralismo político entre 1964 a 1979	74
2.3 Golbery, diástole e sístole na política nacional	79
 CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ELEITORAL DO PT E DO PSDB	84
3.1 Desenvolvimento eleitoral do PT e PSDB	84
3.1.1 Caminhos iniciais	85
3.1.2 Resultados nos pleitos municipais.....	91
3.1.3. Congresso Federal, Governos estaduais e Assembleias Legislativas.....	95
3.2 Observações geopolíticas do crescimento do PT e do PSDB.....	98

CAPÍTULO 4 – CONTEXTOS, RAZÕES E GEOPOLÍTICA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS.....	104
4.1 Contextos político e econômico nas eleições presidenciais	104
4.1.1 Eleição presidencial do primeiro turno de 1994	105
4.1.2 Eleição presidencial do primeiro turno de 1998	111
4.1.3 Eleição presidencial do primeiro e segundo turno de 2002.....	118
4.2 Métodos da Geografia eleitoral para as eleições presidenciais	125
4.3 Por uma geopolítica das eleições presidenciais de 1998 e 2002	133
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	137
 APÊNDICE A – Resultado completo da correção linear de Pearson	144
 APÊNDICE B – Trezentos municípios com maior número de eleitores	146

INTRODUÇÃO

As eleições presidenciais brasileiras se particularizaram no período de 1994 a 2014 na disputa eleitoral entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ambos estiveram nas duas primeiras colocações em todas as eleições realizadas neste período.

As duas siglas se aliaram nas circunstâncias da eleição de 1989 quando os “tucanos” reuniram esforços para apoiar o candidato “petista”, Luís Inácio “Lula” da Silva, no segundo turno contra Fernando Collor de Mello (PRN). Passado o processo de *impeachment* em 1992, o país retomou a estabilidade política sob a presidência de Itamar Augusto Cautiero Franco. Seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), se destacou na implantação do plano Real (R\$). Com efeitos imediatos na redução da inflação e no aumento do consumo por parte da população, FHC venceu no primeiro turno a eleição para a presidência da República em 1994.

Ao longo do primeiro mandato ocorreram algumas crises econômicas sendo diagnosticado como um revés para a campanha da reeleição em 1998. Contudo, a gestão de FHC foi vista como positiva por parte dos eleitores vencendo a disputa eleitoral para mais um mandato. Em 2002, com o aumento do desemprego e de constantes crises políticas na base governista houve uma inversão na Geografia eleitoral do país: se antes Lula havia recebido votos quase que exclusivamente nas áreas urbanas, neste pleito o candidato avançou na conquista dos votos para o interior e nas áreas rurais. Foi então identificada uma alteração na homogeneidade dos votos entre as eleições de 1998 e 2002.

Desse modo, o recorte espacial de análise é a totalidade do território brasileiro priorizando a perspectiva do Federalismo nacional, incluindo exames nas escalas dos municípios e das regiões. O objetivo principal é compreender os fenômenos político-territoriais que podem ter influenciado o voto dos indivíduos nas eleições presidenciais de 1998 e 2002. Os objetivos secundários são: analisar a relevância das alianças políticas no território; evidenciar os fatores econômicos na decisão do voto; e avaliar os eventos que podem ter motivado a preferência dos eleitores.

Assim sendo, esta pesquisa tem como questionamento a seguinte indagação: como os resultados das eleições presidenciais de 1998 e 2002 podem estar relacionados às estruturas sociopolíticas no território brasileiro? Para que se chegue na resposta desta problemática a pesquisa será dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo será revisto o desenvolvimento da Geografia eleitoral e a revitalização do tema por meio dos trabalhos dos geógrafos britânicos Ron Johnson e John Agnew. Em seguida serão empregados testes estatísticos e da técnica de Geografia espacial no cruzamento das variáveis eleitorais com as informações sociodemográficas. No final é discutida a necessidade de produzir uma Geografia eleitoral para a realidade política, social e regional brasileira.

O segundo capítulo será discutido o centralismo autoritário *versus* descentralização federalista, e diante desta alusão a manifestação dos partidos políticos ao longo da história brasileira entre os séculos XIX e XX. Em seguida se apresentará as motivações de Golbery Couto e Silva para influenciar a formação dos partidos políticos a partir da Lei nº 6.767/79 (BRASIL, 1979).

O terceiro capítulo examinará o desenvolvimento e o crescimento eleitoral do PT e do PSDB a partir dos resultados para os pleitos do Congresso Federal, do executivo e legislativo estadual, e para as eleições municipais, acompanhando a evolução na quantidade de candidatos eleitos para estes respectivos cargos. Também se apresentará o desenvolvimento dos partidos por um viés geopolítico relacionando os ganhos eleitorais com o total de eleitores distribuídos no território.

O quarto e último capítulo, com o apoio das referências bibliográficas e de matérias publicadas na imprensa, se efetivará a reconstrução histórica de cada eleição presidencial (1998:2002). Por meio deste levantamento poderá ser conhecido as razões dos votos dos eleitores. Ainda se identificará a relevância dos fatores econômicos e políticos, a importância das coligações partidárias, e os eventos determinantes que podem ter influenciado o voto. Por fim, se apresentará uma análise dos resultados eleitorais para presidente da República por motivações geopolíticas.

Com todo este conjunto de informações esta pesquisa utiliza o método dialético para examinar as construções históricas dos processos eleitorais diante das configurações partidárias e dos contextos políticos e socioeconômicos que podem ter definido a preferência dos eleitores. Também serão empregados métodos empíricos para os testes estatísticos e da técnica de Geografia espacial para o cruzamento das variáveis eleitorais e sociodemográficas. Nas análises quantitativas se utilizará das informações oriundas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Atlas de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Banco Central do Brasil (BCB), entre outros órgãos governamentais.

As ferramentas utilizadas serão programas de computadores como editores de texto, planilhas eletrônicas, ferramenta de livre licença para georreferenciamento e geoprocessamento do *Quantum GIS* (QGIS), e o GeoDa para as análises geoestatísticas.

Ao final a Geografia explicará as motivações envolvidas nas disputas eleitorais que estão além das razões individuais ou nas motivações econômicas, procurando envolver exames da Geografia política para explicar o voto na totalidade do território brasileiro.

CAPÍTULO 1 – ORIGEM E MÉTODOS DA GEOGRAFIA ELEITORAL

Este capítulo discute a origem dos estudos eleitorais na Geografia rememorando dos métodos aplicados na escola geográfica francesa e estadunidense seguido no enriquecimento das técnicas desenvolvidas nas Ciências Sociais. Também são empregados métodos estatísticos e acrescentado uma singela contribuição aos estudos eleitorais para o caso brasileiro. Deste modo, este capítulo é dividido em três seções.

Na primeira seção é comentado o início da Geografia eleitoral por meio dos estudos de André Siegfried e de Carl Sauer prosseguido das influências metodológicas oriundas das Ciências Sociais. Em seguida são explanadas as inovações nos estudos eleitorais aplicados pelos geógrafos britânicos Ron Johnston e John Agnew. Ainda nesta seção será observada a evolução dos trabalhos da Geografia eleitoral nos países da América Latina.

Na segunda seção do capítulo são empregadas as técnicas estatísticas e da Geografia espacial para o escopo temporal desta pesquisa: as eleições presidenciais brasileiras de 1998 e de 2002. São relacionadas as informações eleitorais disponibilizadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com as variáveis sociodemográficas provenientes do Atlas de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano de 2000. A terceira e última parte do capítulo é adicionada uma discussão aos estudos da Geografia eleitoral brasileira destacando que cada local produz seu próprio conteúdo político.

1.1 Desenvolvimento e evolução da Geografia eleitoral

As referências bibliográficas assinalam que o estudo inicial da Geografia eleitoral foi realizado primeiramente pelo geógrafo francês André Siegfried publicando em 1913 “*Tableau politique de la France de l’Ouest sous la Troisième République*”, e em 1949 “*Géographie électorale de l’Ardèche sous la 3e République*”. Em seu primeiro trabalho, Siegfried relacionou os votos dos eleitores franceses diante do tipo de rocha predominante nas regiões francesas¹ afirmando que: “*le granite vote à droite, et le calcaire vote à gauche*”, desse modo (Terron, 2010, p. 1):

¹ “Siegfried seguia a tradição da época, baseada na descrição de regiões pelas suas características geomorfologias e na investigação da possível influência dessas características no comportamento humano.” (TERRON, 2009, p. 24).

- a) Norte, com o tipo de rocha granítico existiu uma histórica ocupação rural com grande influência da igreja católica e uma baixa densidade demográfica, esta região optava em votar nos partidos de direita;
- b) Sul, com a rocha do tipo calcário foi mais densamente populosa e existiu uma menor influência da igreja católica, nesta região os eleitores tinham a preferência nos partidos de esquerda.

Cinco anos mais tarde (1918) foi publicado o trabalho do geógrafo estadunidense Carl Sauer, “*Geography and the gerrymander*”. Nesta pesquisa, Sauer relacionou os resultados para o pleito do Congresso estadunidense junto dos distritos eleitorais. Foi visto que os distritos poderiam ser organizados de modo que melhor representassem o eleitorado nas instituições políticas sem necessariamente oferecer vantagens para algum partido político (Cunha e Martins, 2017, p. 46). Entretanto, os distritos eleitorais nos Estados Unidos obedecem aos critérios federativos, desta forma, pode existir estados que manipulem os recortes territoriais beneficiando eleitoralmente um dos partidos políticos (recurso denominado de “*gerrymandering*”).

Outro trabalho de pioneirismo nos métodos e nas conclusões investigadas na Geografia eleitoral, mas pouco mencionado nas bibliografias selecionadas, se trata do alemão Rudolf Heberle (“*Landbevölkerung und Nationalsozialismus: Eine soziologische Untersuchung der politischen Willensbildung in Schleswig-Holstein 1918 bis 1932*”). Em seu exame sobre o resultado do pleito para o Parlamento alemão em 1933, Heberle verificou que os eleitores localizados nas regiões rurais e em áreas protestantes ofereciam maior apoio ao partido nazista (Zolnerkevic, 2011, p. 1).

São os trabalhos de Siegfried e de Sauer os mais influentes no desenvolvimento da Geografia eleitoral: Siegfried comparou a distribuição dos votos com os fatores geomorfológicos e socioeconômicos; Sauer examinou a criação dos distritos eleitorais influenciando no voto. Estas duas metodologias forneceram a base de dois caminhos para os geógrafos nos estudos eleitorais: a escola francesa se destacou no uso da cartografia e na descrição das eleições; enquanto a metodologia estadunidense utilizou métodos quantitativos e estatísticos para explicar as motivações do voto (Terron, 2012, p. 11).

Segundo Coronado (2011, p. 13), a Geografia eleitoral francesa se caracterizou no foco do desempenho dos líderes políticos, nas estratégias eleitorais, e no modo como os políticos atendem as necessidades do eleitorado, portanto, distante das metodologias que priorizam análises em grupos eleitorais ou na investigação da razão do voto. Segundo o geógrafo

mexicano o método eleitoral francês – identificação do voto na região – recebeu influência direta da Geografia francesa clássica desenvolvida por Paul Vidal la Blache (Coronado, 2011, p. 15). Curiosamente, no mesmo pretexto regional a pesquisa desenvolvida por Lacoste em 1986 relacionou os atributos das regiões francesas diante dos resultados eleitorais (trabalho dividido em três volumes). O mesmo ocorreu com a pesquisa de Béatrice Giblin (2005) que também refletiu sobre os resultados eleitorais na França em uma obra sobre a regionalização geral do país.

Entretanto, o método da Geografia eleitoral francesa foi criticado no uso exclusivo da cartografia para a explicação dos resultados eleitorais, isto porque esta técnica apenas induz às respostas e não compreende as razões dos eleitores para suas escolhas políticas. Outra crítica foi ao constante uso do determinismo (ou possibilismo) geográfico para inferir sobre as preferências dos eleitores junto aos partidos políticos ou ideologias. Entre estas ponderações a metodologia anglo-saxão (utilização de métodos quantitativos) foi beneficiada nos estudos subsequentes da Geografia eleitoral.

O próprio progresso da Geografia colaborou para o uso cada vez mais frequente de dados quantitativos nos estudos eleitorais. Segundo Taylor e Flint (*in* Cunha e Martins, 2017, p. 53) a revolução promovida pela *New Geography* contribuiu para um maior interesse sobre o tema “eleição” por parte dos geógrafos. O aperfeiçoamento de técnicas e das ferramentas de Sistema de Informação Geográfica (SIG) cooperou para a produção de sofisticados mapas dos resultados eleitorais com o cruzamento e associações de variáveis. A evolução das ferramentas estatísticas também forneceu subsídios aos estudos eleitorais no emprego dos métodos de: correlação, regressão, análise fatorial, entre outros procedimentos. Este conjunto de instrumentais, segundo Peter Taylor, foi o atrativo para os geógrafos positivistas (*in* Zolnerkevic, 2017, p. 29).

Na tese de doutorado de Sônia Luiza Terron (2009) pode ser observado que a pesquisadora combinou o método francês e anglo-saxão na identificação da caracterização do território brasileiro para o resultado das eleições presidenciais entre 1989 e 1998. Segundo a autora, empregando o método de autocorrelação espacial (ver mais adiante) foi identificado a oeste do meridiano da linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (1494) uma grande concentração de votos a favor dos partidos PRN e PSDB nos respectivos pleitos de 1989 e 1994 (ver figura abaixo), mas a partir da eleição de 1998 a preferência eleitoral no território alterou a favor do PT (Terron, 2012, p. 123).

Figura 1 – Linha imaginária do meridiano do Tratado de Tordesilhas como delimitação dos votos obtidos pelo partido PRN na eleição presidencial de 1989.

Fonte: Extraído de TERRON, 2009, p. 124.

Antes, nas Ciências Sociais, o politólogo sueco Hebert Tingsten já havia utilizado em 1937 técnicas estatísticas para relacionar dados agregados com os distritos eleitorais de Estocolmo. Neste estudo, Tingsten averiguou uma relação entre o apoio da classe trabalhadora sueca aos partidos de esquerda no país (Terron, 2009, p. 26). A partir desta constatação foi iniciada nas pesquisas eleitorais uma corrente metodológica denominada: estudo ecológico. Esta linha de estudo tinha por finalidade relacionar os resultados eleitorais com dados sociais agregados.

Em 1948, a Universidade de Columbia nos Estados Unidos iniciou estudos que envolveram o emprego de técnicas quantitativas e de entrevistas com o objetivo de desvendar as razões dos votos dos eleitores. O método desenvolvido foi entrevistar indivíduos que representassem amostras da população (*surveys*) com a finalidade de caracterizar o comportamento eleitoral da comunidade. Os primeiros estudos baseados nesta técnica constataram que: a classe alta e classe média tendiam a votar nos partidos liberais ou conservadores; enquanto que os eleitores pobres,

O politólogo estadunidense Valdimer Orlando Key examinou o comportamento eleitoral no sul dos Estados Unidos apontando como determinante o voto nesta região a guerra civil e o racismo (Terron, 2009, p. 26-27). Por seus trabalhos V.O. Key ainda ficou reconhecido³, e influenciou pesquisas na Geografia eleitoral, com o emprego do conceito “*friends and neighbours*” (amigos e vizinhos), isto é, os eleitores tendem a preferir votar em candidatos próximos de si ao invés de algum outro distante geograficamente (Terron, 2009, p. 29).

No início da década de 1950 a Universidade de Michigan também realizou estudos eleitorais assegurando que os eleitores possuíam afinidades com os partidos políticos. As pesquisas eleitorais passaram a enfatizar cada vez mais as diferenças do comportamento dos indivíduos perante suas comunidades, consequentemente, a definição do voto nas escolhas particulares em oposição às relações históricas da comunidade com um partido político ou ideologia (Zolnerkevic, 2011, p. 11).

Oriundo dos estudos da Escola de Michigan, uma pesquisa tornou um clássico no campo da Sociologia em 1960: “*The American Voter*” publicado por Campbell *et al.* Neste trabalho foram averiguadas as variáveis demográficas e socioeconômicas dos indivíduos apartadas das características gerais das comunidades⁴. O objetivo foi identificar a preferência dos eleitores dividido por variáveis individuais, como: a escolaridade, o sexo, a idade, a religião, etc (Martins Jr., 2007, p. 18).

A partir do desenvolvimento das pesquisas eleitorais nas Ciências Sociais os estudos avançaram para compreender como que a psicologia poderia afetar o resultado dos pleitos. Por exemplo, foi examinado quais circunstâncias o voto seria modificado por meio das campanhas eleitorais. Também foi observado o voto racional do eleitor, ou seja, o julgamento prospectivo e/ou retrospectivo do indivíduo sobre possíveis mudanças em sua condição de vida a partir das escolhas políticas.

V. O. Key afirmou que os votos dos eleitores são em maioria por avaliações retrospectivas em uma lógica de recompensa ou punição aos políticos na avaliação das gestões anteriores. Para o autor, o que importa aos eleitores não são os meios adotados na aplicação de uma

³ Outra contribuição de V. O. Key foi de constatar que as eleições podem ser de dois tipos: “normal” ou “crítica”. A diferença entre ambas é que as eleições “críticas” são as que rompem com certos padrões eleitorais ocasionando em um período de eleições “normais” até outro momento de cisão – mais uma vez a eleição “crítica” (Terron, 2009, p. 26-27).

⁴ “[...], em *The American Voter*, Campell et al. (1960, p. 543) concluem que o eleitorado ‘é quase completamente incapaz de julgar a racionalidade das ações do governo; conhecendo pouco as políticas específicas [...], a massa do eleitorado não é capaz de avaliar seus objetivos ou se os meios escolhidos são apropriados para assegurar estes objetivos.’ (CARREIRÃO, 2002, p. 47).

determinada política, e sim, o que influencia são os resultados finais da gestão⁵ (Carreirão, 2002, p. 54).

Como resultado destas apreciações houve uma maior concentração das campanhas eleitorais na figura dos candidatos. Os debates políticos passaram a ser dirigidos para as questões econômicas e/ou soluções de curto prazo em oposição aos programas partidários (Martins Jr., 2007, p. 118). Martin Paul Wattenberg verificou que nas eleições estadunidenses entre 1952 e 1988 a maioria dos eleitores explicou seu voto pelas razões econômicas ao invés das influências sociológicas ou partidárias (Martins Jr., 2007, p. 119).

A tendência do voto econômico como prioridade dos eleitores também foi pesquisada pelo politólogo norueguês Oddbjorn Knutsen quando identificou uma queda do voto classista em países como Alemanha, Holanda e Grã-Bretanha a partir da década de 1970 (Martins Jr., 2007, p. 19). Este período coincide com uma maior liberalização da economia mundial, inclusive, com alguns partidos de direita e de esquerda apresentando ideais e programas partidários semelhantes.

Na América Latina, os estudos de Karen Remmer (1991) apontou que a crise econômica na década de 1980 na região prejudicou o resultado eleitoral de todos os governos naquele período, enquanto que para o politólogo Fabian Antônio Echegaray (1996) as variáveis econômicas são determinantes para a decisão eleitoral na região (Carreirão, 2002, p. 57).

O economista estadunidense Anthony Dows já havia assinalado que o tipo de voto racional está alinhado com determinados fins egoístas dos eleitores (Martins Jr., 2007, p. 64). Mas para Dows para que o eleitor tome qualquer iniciativa, antes é necessário que obtenha informações (Martins Jr., 2007, p. 112). Em uma série de etapas para aquisição de conhecimentos, Dows afirmou que o eleitor pretende reduzir os meios para adquirir as opiniões, sendo assim, o indivíduo pode abreviar os meios de obtê-las utilizando os conselhos de especialistas ou de seus próprios conhecidos (Carreirão, 2002, p. 49).

Contudo, os estudos que priorizam o voto do tipo psicológico ou racional dependem de uma sofisticação política do eleitor, logo, nestes estudos sempre é incluído como determinante do voto o grau de escolaridade do indivíduo. Phillip Ernest Converse identificou que os eleitores que apresentavam algum comportamento político mais estruturado possuíam maior grau de escolaridade (Martins Jr., 2007, p. 69).

Desse modo, no conjunto das razões que moldam a racionalidade do eleitor está relacionada a capacidade do mesmo em ter e reter as informações, e ainda seu grau de conhecimento e de

⁵ Constatação que colabora com a clássica afirmação de Maquiavel: “os fins justificam os meios”.

compreensão. Hoje, uma época de avanço tecnológico e amplo fluxo de informações pode ser presumível que o eleitor saiba obter e filtrar conhecimentos perfeitamente. Mesmo assim, cabe um questionamento: até quantos eleitores realmente estão interessados e buscam informações sobre política? Segundo William Russel Neuman (*in* Carreirão, 2002, p. 43-44) os eleitores médios estadunidenses, em sua maioria, apresentam comportamento de apatia política, desinformação e ausência de opiniões.

1.1.1 Revitalização dos estudos eleitorais na Geografia

As pesquisas eleitorais desenvolvidas na Geografia seguiram em geral os caminhos delineados na Sociologia, mas com certa dificuldade em identificar as motivações do voto dos eleitores no espaço. As pesquisas foram divididas entre aqueles que seguiram a ênfase no tipo do voto behaviorista (indivíduos) e aqueles outros que priorizaram a análise no voto do tipo ecológico (dados agregados).

Os trabalhos com a aplicação da metodologia behaviorista desenvolveram técnicas de entrevistas para amostras da população inspirados na Universidade de Columbia e em pesquisas do modelo psicossocial/racional do eleitor. Partindo da premissa que os eleitores são racionais e possuem informações suficientes para analisar e decidir eleitoralmente estes exames sugerem que o eleitor realiza cálculos políticos de custo e benefício diante da decisão de votar. Também foram desenvolvidas pesquisas que identificaram as preferências eleitorais por segmentos da população: voto das mulheres, preferência dos indígenas, posicionamento dos jovens, etc. (Sonnleitner, 2013, p. 5).

O método ecológico procurou relacionar o voto com os contextos econômicos e demográficos. A explicação parte da premissa que a razão do voto é efeito do contexto econômico/demográfico que o eleitor está inserido, logo, diante do uso desigual do território o eleitor avalia suas perspectivas atuais e futuras. Todavia, este método sugere que o espaço é homogeneizado pouco considerando as diversidades e os particularismos existentes entre os eleitores (Sonnleitner, 2013, p. 6). De certo modo, ambas as metodologias avaliam a racionalização do eleitorado (informações obtidas, opiniões transmitidas, perspectivas almejadas, etc.).

Na hipótese de aplicar os dois métodos em conjunto, Trigal e Pozo (*in* Cunha e Martins, 2017, p. 46) afirmam que a Geografia eleitoral pode observar quatro efeitos estruturais no comportamento dos eleitores: a influência das opiniões advindas dos amigos e dos vizinhos; a preferência local por determinados temas discutidos ao longo de uma campanha eleitoral; a

relação entre as campanhas dos candidatos e o resultado em diferentes locais; e, a tentativa de compreender as razões que determinados partidos políticos obtém melhor desempenho eleitoral em certas áreas (Cunha e Martins, 2017, p. 50).

A partir dos estudos dos geógrafos britânicos Ron Johnston e John Agnew houve, em certa medida, um resgate da Geografia em observar o fenômeno eleitoral dentro de seu campo de pesquisa: o espaço – sem, contudo, deixar de considerar as técnicas desenvolvidas por sociólogos, psicólogos e economistas.

Importante ressaltar que os trabalhos desenvolvidos pelos sociólogos V.O. Key e Tingsten, junto do geógrafo britânico Kevin Cox foram muito influentes para o revigoramento nos estudos da Geografia eleitoral.

Em 1969, Cox relacionou o contexto e a interação social do eleitor com suas escolhas políticas. O pesquisador compreendeu que os eleitores poderiam ser considerados “nós” em uma extensa rede de interação social; assim sendo, os “nós” influenciariam e seriam influenciados nesta grande rede de intercâmbio social. Mas para o geógrafo as influências exercidas pelos indivíduos dependem das circunstâncias de proximidade e de afinidade com sua própria rede social (Terron, 2009, p. 29).

Com a hipótese que os indivíduos da mesma classe social tendem a morar próximos, os estudos na Geografia eleitoral utilizaram o conceito de “vizinhança” para incluir o voto do indivíduo influenciado na opinião de seus vizinhos, parentes e amigos. O desenvolvimento desta linha de pesquisa procurou identificar aglomerações territoriais do voto do tipo: “homogeneidade” (*cluster*) e/ou “heterogeneidade” (*outlier*). Os trabalhos desenvolvidos pelo geógrafo Ron Johnston influenciaram as pesquisas da Geografia eleitoral nesta linha metodológica. Em seus estudos, Johnston utilizou o conceito de “efeito de vizinhança” (*neighbourhood effects*) para explicar como as relações sociais locais podem motivar as decisões dos eleitores. Desse modo, lugares homogêneos (socialmente) tendem a ter opiniões e posicionamentos políticos semelhantes.

Em conjunto de Charles Pattie (2006) argumentaram que as pesquisas que ponderam a escolha do eleitor influenciado por sua posição social seriam denominadas de uma abordagem do tipo “composicional”, enquanto os estudos geográficos o enfoque seria do tipo “contextual” (Terron, 2009, p. 28). Para os autores, a vinculação da região/território por algum partido ou ideologia podem exercer maiores influências nas preferências dos indivíduos do que a pressão da classe social.

Em outro estudo, Johnston e Pattie (2014) afirmaram que uma simples conversa pode influenciar a decisão do eleitor em votar em algum candidato⁶. Neste sentido poderia ter ganhado relevância nos estudos eleitorais o método ecológico, mas, para os autores, o problema desta técnica é que os processos não são observados, pois são enfatizadas a uniformização do local (Johnston e Pattie, 2014, p. 3-4). Para tanto, Johnston e Pattie afirmam que é importante conhecer (e identificar) uma Geografia das redes sociais.

Em um estudo produzido pela Universidade de Indiana em 1996, os politólogos Brady Baybeck e Robert Huckfeldt aferiram sobre a densidade de uma rede de comunicação nas opiniões políticas dos indivíduos. Suas conclusões apontaram que as divergências políticas podem resultar em dispersão espacial dos indivíduos; mas em contrapartida as homogeneidades espaciais nas opiniões políticas podem oferecer um refúgio para aqueles que se encontram isolado politicamente (Baybeck e Huckfeldt, 2002, p. 216-218).

Ainda que os primeiros trabalhos sobre redes sociais dos eleitores estavam em uma conjuntura distante da existência da *internet* e dos celulares, para Johnston e Pattie o uso contemporâneo destes recursos de comunicação apenas ampliaram as redes sociais, logo, as influências destas redes sociais ainda dependem das afinidades entre os próprios indivíduos (Johnston e Pattie, 2014, p. 7).

Em recente artigo, Johnston *et al*, apurando sobre a votação obtida pelo Partido Trabalhista inglês entre 1994 e 2010 reafirmou a teoria de V. O. Key: os candidatos próximos aos eleitores tendem obter os melhores resultados eleitorais (Johnston *et al*, 2016, p. 1-2). Desta constatação foram levantadas três hipóteses sobre as influências de amigos e vizinhos na votação do Partido Trabalhista (Johnston *et al*, 2016, p. 3-4):

- c) Amigos locais (“*local friends*”): são aqueles eleitores que estão dentro da circunscrição eleitoral do candidato;
- d) Vizinhos (“*neighbours*”): as informações sobre os candidatos chegam por meio de amigos próximos do candidato (“*local friends*”);
- e) Amigos dos vizinhos (“*friends and neighbours*”): os apoiadores políticos dos candidatos podem influenciar o voto de outros eleitores.

⁶ “One area of research founded on the key assumptions that social interaction has a spatial architecture and that information flows through those geographically-structured spaces strongly influence attitudes and behaviour concerns neighbourhood effects.” (JOHNSTON e PATTIE, 2012, p. 2).

A conclusão de Johnston *et al* foi que o desempenho eleitoral dos candidatos dependem da escala de proximidade com cada uma das hipóteses levantadas acima, portanto, os amigos locais (“*local friends*”) apresentam maior homogeneidade eleitoral quando comparado com os amigos dos vizinhos (“*friends and neighbours*”).

Um adendo sobre a teoria “*neighbourhood effects*” de Johnston, este conceito pode ser relacionado com a “teoria dos lugares-centrais” de Walter Christaller que (considerando a proximidade com o centro) quanto mais próximo, maior a radiação das influências; e, conforme se distância (do centro) esta difusão enfraquece. Nestas qualidades, cabe aos partidos políticos (e candidatos) criarem e consolidarem bases eleitorais homogêneas na maioria das localidades enfraquecendo as possibilidades de seus adversários políticos apresentarem disposições eleitorais na conquista de um apoio local.

Tão logo, a consolidação dos partidos no território pode ser compreendida pelo viés estadunidense de “*gerrymandering*”, enquanto no caso brasileiro recebendo a denominação de “curral eleitoral”.

Johnston *et al* afirmaram que em todas as escalas os candidatos do Partido Trabalhista obtiveram votos, mas nesta complexa rede de interação social ficou difícil produzir um mapeamento eleitoral. A alternativa para os autores pode ser mesclar o comportamento individual dos eleitores com os dados censitários (Johnston e Pattie, 2014, p. 9). Para os autores tornou-se relevante considerar o contexto como determinante do voto, isso porque o voto do tipo econômico, a influência das campanhas eleitorais, e um histórico apoio local para algum partido político (Johnston e Pattie, 2014, p. 9-10) são, em conjunto, condicionantes para revelar as razões do voto. Esta observação foi semelhante à de Coronado quando exemplificou que a Geografia eleitoral proposta por Lacoste e Giblin não se limita às razões pontuais do voto, e sim abrangem complexidades que oferecem um amplo campo de motivações para a participação do eleitorado (Coronado, 2011, p. 14).

Em uma crítica ao excesso de pesquisas voltadas para a análise do individualismo do eleitor, John Agnew apontou que a Geografia deixou de considerar o espaço como determinante do voto para considerar apenas os efeitos não-espaciais em seus estudos (Terron, 2009, p. 34). Para o pesquisador, os eleitores situam e vivem em suas redes sócio pessoais e nestas circunstâncias que são criadas as interações sociais, portanto, o lugar deve ser ponderado como a agregação na análise da Geografia eleitoral (Zolnerkevic, 2011, p. 18-19). Nesta linha de raciocínio, em um artigo como resposta ao politólogo estadunidense Gary King, Agnew afirmou que o foco dos estudos da Geografia geral é sobre como os indivíduos se expandiram

e se agregaram, assim sendo, dificilmente algo pode ser respondido observando exclusivamente as escolhas particulares (Agnew, 1996a, p. 165).

Empregando o conceito “contexto-como-lugar” (*context-as-place*), Agnew considerou que cada lugar reproduz ao seu modo os conflitos presentes na conjuntura da escala local à escala internacional (Zolnerkevic, 2011, p. 18-19). Seu objetivo foi compreender a variação do voto no tempo e no espaço abandonando o conceito de universal/particular como categorias de análise eleitoral (Agnew, 1996a, p. 166).

Em outro artigo, Agnew apontou como alternativa a substituição dos conceitos universal/particular para o uso de, respectivamente, global/local. Seu argumento foi que o “contexto” evita a determinação de alguma escala na análise (Agnew, 1996b, p. 130) já que os debates sobre “micro” ou “macro” podem ser dispensáveis nos méritos dos estudos da Geografia eleitoral.

From this point of view, context refers to the hierarchical (and non-hierarchical) ‘funneling’ of stimuli across geographical scales or levels to produce effects on politics and political behavior. These effects can be thought of as coming together in places where micro (localized) and macro (wide-ranging) processes of social structuration are jointly mediated. As a result, politics can be mapped not simply as the geographical outcome of non-spatial processes of political choice, but as a spatialized process of political influence and choice. (AGNEW, 1996b, p. 132).

Para uma discussão sobre a “escala”, Iná Elias de Castro (2001, p. 123) afirmou que a “escala” é um problema somente quando imposta como definidora dos fenômenos. Enquanto Maria Laura Silveira (2006, p. 83) exemplificou a escala como um *zoom* no território, portanto, quando aproximado o foco os fenômenos não podem ser transferidos de uma escala para outra porque o foco desta escala revela eventos acentuados apenas para aquele recorte territorial. O mesmo o contrário, quando diminuído o *zoom* no território, a escala do fenômeno ganha elementos mais abrangentes para sua devida apreciação.

Utilizando como caso de estudo das eleições italianas, Agnew utilizou a simples técnica estatística de calcular o desvio padrão para o histórico dos votos de cada partido político (ver figura abaixo) com a finalidade de identificar a nacionalização eleitoral (homogeneidade) (Agnew, 1996b, p. 135-136). Entretanto, o emprego deste método estatístico se distanciou de sua discussão original justamente por não envolver uma compreensão do contexto. A solução proposta foi identificar a variação eleitoral dos partidos a partir de uma periodização dos acontecimentos na política italiana.

Figura 3 – Desvio padrão para o histórico de votação dos partidos políticos italianos no período entre 1953 e 1987.

Fonte: Extraído de AGNEW, 1996b, p. 136.

O resultado alcançado foi o acompanhamento de detalhes da política italiana por meio do resultado de cada partido político no território dentro das circunstâncias eleitorais. Nesta metodologia, o contexto foi observado nas dinâmicas políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e culturais. Para Agnew, o contexto influencia diretamente os discursos e indiretamente o comportamento eleitoral (Agnew, 1996b, p. 136).

Por esta breve discussão é possível compreender que a Geografia eleitoral ainda não encontrou um único caminho metodológico para analisar as relações envolvidas entre as eleições e o território.

Os geógrafos britânicos Johnston e Agnew tentam estabelecer alguma direção para os estudos eleitorais, mas cabe outro questionamento: até onde as técnicas empregadas por eles – para compreender a Geografia eleitoral britânica e italiana, ou mesmo de governos do tipo Parlamentarista – convêm aplicar nos estudos de uma Geografia eleitoral brasileira? Diante de nossas complexidades políticas, sociais, regionais e culturais, os procedimentos a serem empregados, em nosso caso, talvez sejam únicos.

1.1.2 Geografia eleitoral na América Latina e no Brasil

Em recente artigo a geógrafa colombiana Josefa Herazo Royett procurou identificar o desenvolvimento de pesquisas da Geografia eleitoral nos países da América Latina de língua espanhola. Observou um crescente número de eventos acadêmicos que buscam reunir pesquisadores do tema em todo o continente. A partir da década de 1980 se destacaram estudos da Geografia eleitoral na região. As pesquisas se distinguiram em diferentes ênfases: distribuição do voto no nível regional; espacialização dos resultados eleitorais; aplicação dos conceitos geográficos de homogeneidade/heterogeneidade (“*cluster*” e “*outlier*”); o comportamento dos eleitores, e representação territorial (Royett e Caro, 2013, p. 1).

De certo modo existe uma evolução nos estudos do tema em toda a América Latina, com destaque principalmente no México, mas também trabalhos relevantes na Bolívia, Argentina e Colômbia. Enquanto que no Peru, Equador e Venezuela – neste último a pesquisadora informa a existência de uma escola de estudos eleitorais – estes países ainda existem poucas pesquisas sobre o tema (Royett e Caro, p. 16).

No entanto, para a geógrafa Norma B. Monzón considera que a produção de trabalhos da Geografia eleitoral na Argentina são escassos. Para a professora, os poucos trabalhos se devem a ausência de marcos teóricos e de algum consenso sobre as técnicas empregadas (Monzón, 2009, p. 125).

Quanto aos estudos da Geografia eleitoral no México foram vistos dois relevantes trabalhos. Por meio do método denominado de “Geografia espacial” (ver mais adiante) para a eleição presidencial em 2012, Hernández (2015) concluiu que no México existe um padrão histórico de votos regional para cada partido político (Hernández, 2015, p. 203). Em outro artigo foi lembrado por Sonnleitner (2013) que o Instituto Federal Electoral (IFE) utiliza periodicamente estudos da Geografia eleitoral para solucionar problemas de subrepresentação e de sobrerepresentação legislativa nos distritos mexicanos.

Na Bolívia existe o destacado Órgão Electoral Plurinacional da Bolívia <<https://www.oep.org.bo/>> que, além de manter um portal na *internet* com amplas informações e histórico das eleições gerais do país, também é responsável por documentos, pesquisas, e organização de eventos internacionais sobre o tema “Geografia eleitoral”. Inclusive o órgão publicou um atlas eleitoral do continente com a participação de pesquisadores de vários países da região.

No Brasil, entre as referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa, foi identificado que os primeiros trabalhos que utilizaram de algum modo o espaço como análise foram provenientes

das Ciências Sociais. Em 1973, Gláucio Soares identificou a preferência eleitoral no território dos partidos políticos no período entre 1945 e 1962. Em 1978, Bolívar Lamounier examinou a economia dos distritos do município de São Paulo e os relacionou com a votação para o senado em 1974 (ver ambos no Capítulo 2).

Sabe-se também que em uma pesquisa publicada em 1965, Francisco Weffort afirmou que as estruturas econômicas do estado de São Paulo favoreciam as eleições dos candidatos Jânio Quadros e Adhemar de Barros (Zolnerkevic, 2011, p. 30-31). Em outro trabalho, ainda no período do regime militar, Vilmar Faria publicou em 1978 a relação socioeconômica do estado de São Paulo com as eleições gerais de 1974. E em 1999, Limar Júnior apontou que as eleições presidenciais brasileiras são do tipo “nacionalizadas”, ou seja, existe somente uma ampla participação e envolvimento dos eleitores nas disputas para este respectivo cargo no executivo federal (Zolnerkevic, 2011, p. 31-32).

Com o caráter de mapeamento dos resultados eleitorais, e com ênfase nos pleitos presidenciais, o historiador Cesar Romero Jacob vem realizando relevantes publicações sobre o tema, inclusive com a publicação do atlas sobre a Geografia das eleições brasileiras. Outro importante trabalho de pesquisa vem sendo conduzida pela politóloga Sônia Luiza Terron empregando o método de Geografia espacial para examinar os resultados das eleições brasileiras (ver mais adiante).

Mais recentemente houve um maior número de publicações desenvolvidas pelos próprios geógrafos, mas ainda são poucas as notáveis referências. De destaque, a geógrafa Iná Elias de Castro procura discutir e problematizar o fenômeno das eleições relacionando com os conceitos geográficos. Enquanto a dissertação de Mestrado e a tese de Doutorado de Aleksei Zolnerkevic contribuiu para os estudos da Geografia com o uso da Estatística.

Com outro interesse sobre a Geografia eleitoral, Gonçalves (2015) pesquisou trabalhos que utilizaram uma combinação de palavras-chaves⁷ para desvendar pesquisas científicas que tiveram como escopo a análise da “Geografia” e da “Estatística”. O resultado foi que, de mil e dezoito artigos científicos investigados, somente dezoito artigos tinham algum enfoque sobre a relação das eleições brasileiras junto da estatística espacial. Destes, quatorze artigos não utilizavam o espaço na análise, se referiam apenas às técnicas quantitativas. Enquanto outros quatro trabalhos efetuaram uma análise geográfica com a aplicação de técnicas estatísticas – curiosamente, três artigos da mesma autora, Terron (dois deles junto de Soares) e outro de Marzagão (2013).

⁷ : “Geografia + Eleitoral”, “Geovoto”, “Análise + Geoespacial”, “Estatística + Espacial” e “Eleição + Presidencial”. (GONCALVES, 2015, p. 372).

Desse modo, a Geografia eleitoral brasileira tem o desafio de acompanhar as metodologias efetivadas em outros países, porque muitos dos estudos avançam para relacionar a Geografia com as técnicas estatísticas para as apreciações eleitorais. A Geografia brasileira pode contribuir e influenciar no desenvolvimento dos estudos sobre as “eleições” devido nossa realidade política, geográfica, social e cultural distintas dos padrões de regimes políticos do tipo parlamentar e da própria democracia estadunidense.

1.2 Estatísticas das eleições presidenciais brasileiras de 1998 a 2002

Como mencionado, os estudos na Geografia eleitoral utilizam cada vez mais técnicas estatísticas em suas apreciações. Com o desafio de aplicar alguns destes métodos, esta subseção aplica os seguintes procedimentos para a análise das eleições de 1998 e 2002⁸: estatística descritiva, correlação linear de *Pearson* e a autocorrelação espacial de *Moran* – certamente outras técnicas poderiam ter sido utilizadas, mas a finalidade foi conhecer uma prévia dos resultados eleitorais.

O recorte territorial utilizado são os municípios por melhor decomporem os dados descritivos e efetuar as comparações estatístico-espaciais. Quando relevante é adicionado uma breve explicação dos conceitos aplicados e, mesmo com o risco de cometer algum excesso, são incluídos exemplos para uma melhor compreensão dos procedimentos.

Assim sendo, são conferidos alguns objetivos para este exame: comparar o progresso dos votos obtidos nas eleições entre os partidos políticos; identificar as motivações dos eleitores que podem estar embutidas nos dados sociodemográficos; constatar os efeitos de vizinhança na votação para os partidos políticos; e, por fim, localizar a homogeneização do voto no território. Nestas apreciações prioritariamente são observados os votos do PSDB e do PT, os dois partidos vencedores das disputas eleitorais do escopo temporal desta pesquisa.

1.2.1 Estatística descritiva

Uma das finalidades da estatística descritiva para a análise dos resultados eleitorais é definir o “índice de volatilidade eleitoral”. Esta técnica foi desenvolvida por Mogens Pedersen (1960) com o objetivo de avaliar a estabilidade do regime político. No caso de uma baixa taxa

⁸ Importante salientar que o autor se atentou em conferir todos os dados e os resultados expostos. Advirto sobre sua escassa experiência nas técnicas estatísticas apresentadas, mas no final foi enriquecedor para o aprendizado pessoal e profissional junto das técnicas e ferramentas utilizadas.

de volatilidade eleitoral o sistema político pode ser considerado como estabilizado, enquanto uma alta taxa de volatilidade eleitoral significa que o processo político está em transformação (Zolnerkevic, 2011, p. 6 e 7).

Não existe um consenso sobre o uso temporal do índice de volatilidade eleitoral. Giovanni Sartori aponta que três eleições são suficientes para a realização da medição; enquanto para Philip Converse o período de trinta anos é um tempo aceitável para determinar a estabilidade do sistema político (Zolnerkevic, 2011, p. 10).

Em sua dissertação de Mestrado, Zolnerkevic (2011) averiguou o índice de volatilidade eleitoral do sistema político brasileiro no período entre 1989 e 2006 dividindo os municípios por grupos que se enquadraram entre os mais voláteis e os menos voláteis (ver mais Zolnerkevic, 2011, p. 56-88). A fim de conhecer o resultado deste índice a tabela abaixo reproduz o resultado desenvolvido do autor.

Tabela 1 – Classificação dos municípios entre os mais e menos voláteis.

Período	Classes de municípios			
	Mais voláteis		Menos voláteis	
1989 / 1994	2.020	36,29%	3.546	63,71%
1994 / 1998	1.570	28,3%	3.996	71,7%
1998 / 2002	2.783	50,0%	2.783	50,0%
2002 / 2006	1.599	28,64%	3.972	71,36%

Fonte: Extraído de ZOLNERKEVIC, 2011, p. 52.

Para apenas no período de interesse desta pesquisa (1998:2002) é curioso constatar que exatos 50% dos municípios estiveram classificados entre os mais e menos voláteis na votação para a presidência da República, justamente o período de transição política de um partido para outro na administração do executivo federal.

Evitando incluir redundâncias nas análises, abaixo consta a soma dos votos por partido político e a amplitude dos resultados eleitorais entre os pleitos de 1994:2002. A amplitude corresponde aos valores extremos (máximos e mínimos) dos dados eleitorais (Ferreira, 2014, p. 79-80).

Tabela 2 – Soma dos votos e a amplitude obtida pelos partidos políticos no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras entre 1994 e 2002.

Partidos	Ano	Soma	Mínimo	Máximo
PSDB	1994	34.344.725	85	2.865.152
PT		17.111.762	13	1.345.654
PRONA		4.670.890	2	415.156
PMDB		2.771.508	9	197.051

Partidos	Ano	Soma	Mínimo	Máximo
PSDB	1998	35.922.531	115	3.099.779
PT		21.470.312	19	1.390.559
PPS		7.424.780	8	375.005
PRONA		1.446.782	1	129.082
PT	2002	39.435.717	132	2.458.748
PSDB		19.694.394	63	1.795.001
PSB		15.176.297	20	1.052.539
PPS		10.166.062	12	746.875

Fonte: Extraído do TSE. Elaboração do autor (2019).

As somas dos votos alcançados pelo PSDB nos pleitos de 1994 e 1998 foram muito semelhantes – a diferença entre as duas eleições são de apenas 1.577.806 votos – no entanto, comparativamente, o PT somou mais votos em 2002 que seu principal concorrente. O provável motivo que o PT não ter vencido no primeiro turno a eleição de 2002 foi que os partidos que ficaram em terceiro e quarto lugar conseguiram um melhor desempenho eleitoral que os outros partidos participantes nas eleições anteriores.

De todos os partidos na tabela, o menor número de votos recebidos foi do PRONA em 1998 com um único voto no município de Rio da Conceição (TO); e em 1994 o partido já havia recebido apenas dois votos em outro município tocantinense, em Mateiros. Entre estas eleições o pior desempenho do PSDB foi em 1994 com somente 85 votos no município de Gramado dos Loureiros (RS); no mesmo ano o PT também recebeu sua pior votação, apenas 13 votos no município de São Félix do Tocantins (TO). Quanto ao maior número de votos recebidos por PSDB e PT em algum município, a capital paulista dispôs para ambos os partidos seus melhores resultados eleitorais: em 1998 o PSDB recebeu o total de 3.099.779 votos; enquanto em 2002 o PT obteve 2.458.748 votos.

Na tabela abaixo foram incluídos a média e o desvio padrão dos votos para os mesmos partidos. O desvio padrão permite identificar o quanto que a distribuição dos votos se dispersou da média, assim sendo, um baixo valor de desvio padrão significa que cada distribuição se aproximou da média geral (Ferreira, 2014, p. 80).

Tabela 3 – Média e o desvio padrão obtidos pelos partidos políticos no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras entre 1994 e 2002.

Partidos	Ano	Média	Desvio padrão
PSDB	1994	6.848,40	48.739,36
PT		3.412,12	26.169,64
PRONA		931,38	8.425,52
PMDB		552,64	3.126,06

Partidos	Ano	Média	Desvio padrão
PSDB	1998	6.515,97	48.235,80
PT		3.894,49	29.839,35
PPS		1.346,78	9.787,12
PRONA		262,43	2.552,30
PT	2002	7.088,93	47.733,40
PSDB		3.540,25	26.151,54
PSB		2.728,08	20.710,57
PPS		1.827,44	13.165,61

Fonte: Extraído do TSE. Elaboração do autor (2019).

Conforme a tabela acima, a melhor média de votos recebidos em uma única eleição foi do PT em 2002 com 7.088,93 de votos. Neste ano o Brasil tinha o total de 5.563 municípios, com o comparecimento às urnas 94.761.505 eleitores no primeiro turno. O PSDB obteve em 1994 sua melhor média de votos com 6.848,40 (nesta ocasião o país tinha 5.015 municípios com 77.906.439 eleitores comparecidos às urnas); em 1998 teve uma média de 6.515,97 votos (5.513 municípios com 83.275.929 eleitores comparecidos).

Na avaliação do desvio padrão – quanto que cada total dos votos por município se distanciou da média geral – existe certa semelhança entre os resultados que os partidos vencedores e os segundos colocados conquistaram nas três eleições observadas. Entre os vencedores, a diferença de votos recebidos de cada município (da média geral) ficou em menos de cinquenta mil votos nas três eleições. Enquanto os partidos que ficaram na segunda colocação nos três pleitos analisados tiveram uma média de voto muito semelhante.

Por esta apreciação estatística inicial, podem ser notados que os partidos vencedores nestas três eleições possuíram padrões estatísticos muito semelhantes (média de votos e desvio padrão para cada município).

1.2.2 Correlação linear de Pearson

No referencial que segue abaixo é possível conhecer a associação entre as variáveis, logo, se existem relações do “voto” com as qualidades “sociodemográficas” dos municípios. O objetivo foi conhecer quais variáveis sociodemográficas poderiam estar correlacionadas com o resultado eleitoral. Por meio do método estatístico de Coeficiente linear de *Pearson* pode ser definida a significância e a intensidade entre as variáveis. Importante em afirmar que a correlação não se constitui em causalidade dos fenômenos. A partir deste método, as seguintes apreciações podem ser observadas:

- f) Intensidade: valores próximos à -1/+1 é significativamente forte, enquanto valores próximos a 0 é fraco;
- g) Significância: mais próximo de -1/+1 existe significância, próximo de 0 não existe significância;
- h) Direção: caso positiva as variáveis crescem no mesmo sentido, e caso negativo o crescimento das variáveis são opostos.

Ressalte que a utilização desta metodologia está alinhada diretamente com o método da Geografia eleitoral denominada como “ecológico”, consequentemente, por meio da agregação de variáveis conhecemos quais fenômenos podem estar relacionados auxiliando na formulação de hipóteses sobre a dependência espacial do voto (Ferreira, 2014, p. 93).

De duzentas e trinta e duas variáveis contidas no Atlas de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano de 2000 foram selecionadas oitenta informações para serem associadas individualmente com os votos recebidos por PSDB e o PT nos pleitos de 1998 e 2002. Nas tabelas que seguem abaixo são mencionadas as variáveis sociodemográficas que apresentaram alguma correlação significativa⁹ com os votos do PSDB e do PT (ver relação completo no Apêndice A).

Antes, para chegar a algum resultado é necessário definir a variável dependente (Y) e a variável independente (X). Pela razão das variáveis sociodemográficas não se alterarem no tempo (ano 2000) esta foi determinada como a variável independente; enquanto o voto (mutável entre 1998 e 2002) foi definido como a variável dependente. Na tabela a seguir constam os resultados da correlação linear de *Pearson* para o pleito de 1998.

Tabela 4 – Variáveis correlacionadas com o resultado eleitoral do primeiro turno de 1998.

Variável	Descrição	PSDB	PT
PEA	População economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade	0,97	0,96
PEA18M	População economicamente ativa de 18 anos ou mais de idade	0,97	0,96
PEA1517	População economicamente ativa de 15 a 17 anos de idade	0,97	0,89
PIA18M	População de 18 anos ou mais em idade ativa	0,97	0,97
PIA	População de 10 anos ou mais de idade	0,96	0,97
pesourb	População urbana	0,96	0,97
PIA1517	População em idade ativa 15 a 17 anos	0,95	0,95
PEA1014	População economicamente ativa de 10 a 14 anos de idade	0,91	0,85
pesoRUR	População rural	0,73	0,54

Fonte: Extraído do TSE e IDH. Elaboração do autor (2019).

⁹ As seguintes variáveis foram excluídas por seu significado ser generalizado ou pouco relevante para a avaliação: POPT (Pop. total que reside em domicílios particulares permanentes, exceto os com renda nula), pesotot (Pop. Total), POP (Pop. total que reside em domicílios particulares permanentes), e PIA1014 (Pop. de 10 a 14 anos de idade).

De modo geral, quatro tipos de variáveis foram identificados com destaque para os votos do PSDB e PT em 1998: população economicamente ativa (PEA), população em idade ativa (PIA), total da população urbana e total da população rural. Outra constatação é que todas as variáveis significativas são positivas, logo, o crescimento da variável sociodemográfica nos municípios está relacionado com o aumento da preferência eleitoral aos partidos.

As três primeiras significâncias para o PSDB foram identificadas com a variável PEA (0,97): de 10 anos ou mais, de 18 anos ou mais, e de 15 a 17 anos. Entre aqueles localizados em áreas urbanas e rurais, o PSDB obteve uma melhor associação com os do segundo tipo de região. Para o PT o peso da população urbana e o PIA (população ativa entre 15 e 17 anos, seguido por população ativo com 18 anos ou mais) estão correlacionados (0,97). Assim sendo, pode-se averiguar que aqueles que se encontravam economicamente ativos tenderam em votar no PSDB. Enquanto o PT está relacionado com a população em idade ativa e localizado nas áreas urbanas.

Prosseguindo nesta estimativa, na tabela abaixo constam as variáveis correlacionadas com os votos do PT e PSDB para o primeiro turno de 2002.

Tabela 5 – Variáveis correlacionadas com o resultado eleitoral do primeiro turno de 2002.

Variável	Descrição	PT	PSDB
pesourb	População urbana	0,97	0,89
PIA	População de 10 anos ou mais de idade	0,97	0,90
PIA18M	População de 18 anos ou mais em idade ativa	0,97	0,90
PEA18M	População economicamente ativa de 18 anos ou mais de idade	0,97	0,91
PEA	População economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade	0,97	0,91
PIA1517	População em idade ativa 15 a 17 anos	0,97	0,89
PEA1517	População economicamente ativa de 15 a 17 anos de idade	0,93	0,94
PEA1014	População economicamente ativa de 10 a 14 anos de idade	0,90	0,88
pesoRUR	População rural	0,59	0,76

Fonte: Extraído do TSE e IDH. Elaboração do autor (2019).

Em 2002 estão às mesmas variáveis da eleição anterior (1998) modificando somente a ordem de importância entre os dois partidos. O PT novamente obteve melhores associações positivas (0,97) com a população urbana e o PIA (população ativa a partir de 10 anos, e população ativa com 18 anos ou mais). Já o PSDB com PEA (população economicamente ativa de 15 a 17 anos, de 10 anos ou mais, e de 18 anos ou mais) embora pouco menor que na eleição anterior (0,91). A população urbana esteve ainda mais significativa com o PT, enquanto a população rural com o PSDB.

Na tabela a seguir constam as mesmas variáveis correlacionadas com ambos os partidos, mas avaliando o segundo turno de 2002.

Tabela 6 – Variáveis correlacionadas com o resultado eleitoral do segundo turno de 2002.

Variável	Descrição	PT	PSDB
pesourb	População urbana	0,97	0,91
PIA18M	População de 18 anos ou mais em idade ativa	0,96	0,92
PIA	População de 10 anos ou mais de idade	0,96	0,92
PEA18M	População economicamente ativa de 18 anos ou mais de idade	0,96	0,92
PEA	População economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade	0,95	0,93
PIA1517	População em idade ativa 15 a 17 anos	0,95	0,91
PIA1014	População economicamente ativa de 10 a 14 anos de idade	0,95	0,91
PEA1517	População economicamente ativa de 15 a 17 anos de idade	0,89	0,95
PEA1014	População economicamente ativa de 10 a 14 anos de idade	0,86	0,89
pesoRUR	População rural	0,53	0,77

Fonte: Extraído do TSE e IDH. Elaboração do autor (2019).

Como pode ser visto, no segundo turno não alterou a significância das variáveis sociodemográficas com os dois partidos – embora tenha diminuído a intensidade para o PT – o que modificou foi novamente a ordem e o valor da associação obtida entre ambos. Desse modo, continuamos com a análise anterior: a população localizada em áreas urbanas e jovens em idade ativa esteve correlacionada em votar no PT; enquanto aqueles economicamente ativos e situados nas áreas rurais com o PSDB.

De uma lista de oitenta variáveis, apenas nove estiveram relacionadas diretamente com os votos para o PSDB e o PT nestas duas eleições presidenciais. Embora sejam poucas as informações para inferir alguma conclusão, o suficiente para novas apreciações pode ser conferido mais adiante.

1.2.3 Autocorreção espacial de Moran

A Estatística tradicional não oferece uma análise espacial das informações, de modo que King questionou sobre os métodos utilizados quando o diagnóstico requer a associação do espaço com os fenômenos políticos. Sua sugestão foi que os modelos estatísticos deveria se adequar para os dados geográficos incentivando o mapeamento de dados espaciais (*in* Gonçalves, 2015, p. 366).

O método denominado como “Geografia espacial” (Geoespacial) pode ser incluído como uma técnica que busca padrões, causas e impactos que estão presentes no espaço (Gonçalves,

2015, p.368). Desse modo, as ferramentas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (“*Exploratory Spatial Data Analysis – ESDA*”) integram informações para a constatação de homogeneização (“*cluster*”) e/ou de heterogeneidade (“*outliers*”) localizados no espaço (Terron, 2012, p. 15). A aplicação mais comum para esta metodologia é a autocorrelação espacial de *Moran* que pode ser do tipo “local” ou “global”.

O índice local procura a associação espacial entre as variáveis por meio da proximidade de vizinhança entre os polígonos (em nosso caso, os municípios). Enquanto o índice global aplica uma análise para todo o conjunto dos polígonos (independente de vizinhança ou proximidade). O resultado é similar ao método de correlação linear de *Pearson*: quanto mais próximo os valores estiverem de “1” mais significativo a autocorrelação espacial da variável observada; quanto mais próximo de “0” menos significativo.

Especificamente para as eleições brasileiras, Marzagão levantou três hipóteses para a autocorrelação espacial: a primeira hipótese foi que o voto pode ser influenciado tanto pelas interações sociais como nas interações entre os municípios; a segunda hipótese foi que os partidos políticos focam a campanha eleitoral em determinadas regiões; e a terceira hipótese foi que os eleitores são socioeconomicamente semelhantes nos municípios contíguos (Marzagão, 2013, p. 271).

Também foi enfatizado por Marzagão uma relevante discussão sobre os critérios a serem definidos na matriz de vizinhança quando empregado a autocorrelação espacial, isto porque nas dimensões dos municípios brasileiros a matriz de pesos pode ser conflitante, resultando em: excessiva aproximação dos municípios nas regiões Sul e Sudeste; desprezo das dimensões dos municípios nas regiões Norte e Centro-Oeste, ou ainda a criação de “ilhas” no Nordeste (Marzagão, 2013, p. 273-276).

Outro relevante trabalho, e já citado nesta presente pesquisa, foi a tese de Doutorado de Terron (2009). Comparando os votos obtidos pelo ex-presidente Lula em todas as eleições que competiu, a autora investigou a correlação do voto e a vizinhança dos municípios com a finalidade de localizar o voto espacial do candidato. Na tabela abaixo consta o teste estatístico do índice global de *Moran* (o resultado no índice local de *Moran* foi semelhante) para o PSDB e o PT nas eleições entre 1994 e 2002¹⁰. A técnica aplicada para o resultado eleitoral foi de modo univariado, ou seja, observado o comportamento individual de cada partido político para o conjunto dos municípios.

¹⁰ Pela coincidência temporal e espacial de nossa pesquisa alguns critérios definidos por Terron foi guiado em nossas apreciações.

Tabela 7 – Índice global de Moran para o percentual de votos para a presidência da República do PSDB e PT em 1994, 1998 e 2002.

Ano / Turno	PSDB	PT
1994 – 1º turno	0,78	0,57
1998 – 1º turno	0,69	0,69
2002 – 1º turno	0,57	0,56
2002 – 2º turno	0,53	0,53

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

A partir da tabela podemos afirmar que todos os resultados eleitorais obtidos por PSDB e PT possuíram alguma concentração de votos no território. Abaixo algumas observações:

- i) A maior concentração de votos do PSDB esteve na eleição de 1994 ($I = 0,78$), em verdade esta foi a melhor associação identificada nos pleitos analisados;
- j) Quanto ao PT, sua maior concentração de votos foi na eleição seguinte, de 1998 ($I = 0,69$); entretanto, o PSDB também obteve um resultado semelhante nesta mesma eleição.
- k) É possível constatar que entre os dois partidos, o PSDB possuiu uma maior homogeneidade territorial de votos comparado com o PT.
- l) Importante salientar que isto não indica melhores resultados eleitorais, isto porque no segundo turno de 2002 ambos os partidos tiveram o mesmo índice ($I = 0,53$), porém o PT venceu a eleição neste ano.

A tabela acima reflete somente o índice de concentração de votos. Quando aplicado o índice local de *Moran* também são criados dois mapas simultaneamente: o mapa de *cluster*, que é possível identificar a concentração de votos; e o mapa de significância que indica as maiores correlações espaciais.

Um valor positivo del estadístico I de *Moran* significa que altos valores están rodeados por áreas con altos valores de la variable em estudio (alto-alto) o bajos valores están rodeados por áreas de bajos valores (bajo-bajo). Un valor negativo significa que bajos valores están rodeados por altor valores (bajo-alto) os altos valores están rodeados por bajos valores (alto-bajo) [...]. (in HERNANDÉZ, 2015, p. 192).

O mapa de *cluster* apresenta os municípios onde a votação a favor de um dos partidos foi alta tendo seus vizinhos também seguidos na expressividade dos votos para o mesmo partido (alto/alto). Portanto, neste cenário existe a confirmação da hipótese de Johnston: “*neighbourhood effects*”. No caso de municípios contíguos que apresentam uma baixa votação

para um dos partidos a combinação é alterada para a heterogeneidade de votos tratada entre: baixa/baixa, baixa/alto e ou alto/baixa. Para uma melhor compreensão da homogeneidade de votos conquistada por ambos os partidos, nas figuras dos mapas abaixo é apresentada a comparação do mapa de *cluster* por município obtido pelo PSDB nas eleições de 1994 e 1998.

Mapa 1 – Comparação do mapa de cluster da votação obtida pelo PSDB no primeiro turno da eleição de 1994 e 1998.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

No primeiro mapa (eleição de 1994) pode ser notado uma alta concentração de votos do PSDB em alguns municípios na região do Centro-Oeste, principalmente no estado de Goiás e no sudeste mato-grossense. Na região Norte relevante destacar o centro amazonense e em quase todo o estado do Amapá. Enquanto no Nordeste existiu uma homogeneidade no centro e no oeste maranhense, noroeste cearense, em alguns municípios potiguares, e na região de Borborema (PB).

No Sul do país houve alguma homogeneização de votos apenas em áreas no norte do Paraná. No Sudeste o destaque foi em Minas Gerais: região metropolitana de Belo Horizonte, sul e oeste mineiro, Zona da Mata, Alto Parnaíba e no Vale do Rio Doce; e em São Paulo nas regiões de Presidente Prudente e de Campinas.

Para o pleito de 1998 houve um aumento da concentração de votos para o PSDB em municípios contíguos em todo o país. Na região do Centro-Oeste foi ampliado a preferência eleitoral para quase todo o estado do Mato Grosso. Nos estados do Norte aumentaram votos no

Vale do Juruá (AC), sudoeste paraense e para o estado de Rondônia. Já no Nordeste o destaque seguiu para o aumento de votos nas regiões da Bahia.

Quando comparado com 1994, o PSDB diminuiu a preferência eleitoral em áreas homogêneas no Ceará e no Rio Grande do Norte – nestas regiões a preferência eleitoral esteve com o candidato Ciro Gomes. No Sul houve pouca modificação em favor do PSDB, enquanto no Sudeste houve aumento de votos nos municípios contíguos em São Paulo nas regiões de Araçatuba, Assis, Bauru, Itapetininga e no litoral paulista. Para melhor compreensão dos resultados comentados acima, a tabela abaixo consta os votos obtidos, o total de votos válidos e os eleitores registrados somente nas áreas homogeneizadas do PSDB nestas duas respectivas eleições.

Tabela 8 – Homogeneidade dos votos recebidos do PSDB entre 1994 e 1998 por meio do índice local de Moran.

Ano	Turno	Total	Percentual	Votos Válidos	Total de Eleitores
1994	1º turno	5.786.944	72,4%	7.998.373	13.037.990
1998	1º turno	5.806.509	72,0%	8.064.571	13.882.283

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Quando considerado a homogeneidade de votos do PSDB em 1994 o partido obteve a preferência de 72,4% dos votos válidos nestas áreas. Na eleição de 1998 permaneceu o percentual de votos modificando pouco o total de eleitores registrados e o total dos votos válidos. Para o mesmo período, as figuras dos mapas abaixo acompanham a concentração de votos em municípios contíguos para o PT.

Mapa 2 – Comparação do mapa de cluster da votação obtida pelo PT no primeiro turno da eleição de 1994 e 1998.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

A concentração dos votos do PT em 1994 ficou restrita aos municípios das regiões do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. Na região Sudeste obteve votos no estado do Espírito Santo, no Vale do Jequitinhonha (MG) e em municípios nas regiões de Araraquara e Ribeirão Preto em São Paulo. O destaque no Nordeste foi no sul baiano, Vale do São Francisco, no agreste pernambucano, municípios no Piauí, e entre as regiões metropolitanas de Salvador, Fortaleza e Recife.

Quando da eleição de 1998, o PT diminuiu a homogeneização de votos nos municípios comparado com a eleição anterior. No Nordeste perdeu em votos nos municípios pernambucanos e piauienses – possivelmente dividiu a preferência eleitoral na região com o candidato Ciro Gomes.

Também diminuiu a homogeneização de votos no Sudeste perdendo todo o Espírito Santo, mas em compensação aumentou nos municípios no norte e no sul fluminense, e na região metropolitana do Rio de Janeiro. O partido também melhorou a preferência de votos em toda a região Sul do país – provavelmente motivada na influência de Leonel de Moura Brizola como o vice-candidato de Lula neste pleito.

Tabela 9 – Homogeneidade dos votos recebidos do PT entre 1994 e 1998 por meio do índice local de Moran.

Ano	Turno	Total	Percentual	Votos Válidos	Total de Eleitores
1994	1º turno	6.893.772	36,4%	18.922.786	27.482.166
1998	1º turno	9.415.887	41,5%	22.692.499	33.399.289

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Por meio da tabela acima, quando considerado as áreas homogeneizadas do PT em 1994 o partido teve a preferência eleitoral de 36,4% dos votos válidos nestas regiões. No pleito seguinte (1998) o partido aumentou para 41,5% os votos recebidos. Ressalte ainda que, na comparação dos votos em áreas homogêneas entre os dois partidos (PSDB e PT) os “petistas” tiveram um saldo positivo em locais com maior disputa de votos válidos. Esta revelação confere a preferência do PT em áreas urbanizadas (ver correlação linear de *Pearson*).

Seguindo a metodologia do índice local de *Moran*, abaixo consta a diferença territorial entre os dois partidos no primeiro turno da eleição de 2002.

Mapa 3 – Comparação do mapa de cluster da votação obtida pelo PT e PSDB no primeiro turno da eleição de 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Como é possível observar não houve grande homogeneidade de votos para ambos os partidos no primeiro turno de 2002, provavelmente porque nesta eleição existiu uma maior concorrência de outros candidatos: do PDT (Anthony William Matheus de Garotinho) e do PPS (Ciro Ferreira Gomes).

Em suma, o PT perdeu relevante concentração de votos nos municípios da região Sul do país, mas avançou para áreas antes homogeneizadas pelo PSDB no interior paulista de Presidente Prudente, Bauru e Piracicaba. Também melhorou na região metropolitana de Belo Horizonte, no norte, sul, e no triângulo mineiro. No Rio de Janeiro, o PT perdeu votos porque houve uma maior homogeneização das preferências em favor do candidato Anthony Garotinho (ex-governador do estado).

Quanto ao PSDB, o partido perdeu muito do apoio obtido em 1998 em municípios do Centro-Oeste do país e no interior baiano. Mas houve uma maior homogeneização em municípios no sudoeste mineiro, no Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Em São Paulo, avançou para Marília, São José do Rio Preto e Vale do Paraíba. Na região Sul foi comparativamente melhor que o PT com concentração de votos em todas as regiões metropolitanas das capitais e também no norte paranaense, e no centro ocidental e oriental gaúcho.

A tabela abaixo compara os votos válidos e o total de eleitores registrados nas áreas homogeneizadas para o PT e PSDB no primeiro turno de 2002.

Tabela 10 – Homogeneidade dos votos recebidos do PT e PSDB no primeiro turno de 2002 por meio do índice local de Moran.

Partido	Ano	Turno	Total	Percentual	Votos Válidos	Total de Eleitores
PT	2002	1º turno	9.705.543	58,9%	16.482.227	21.469.427
PSDB	2002	1º turno	2.531.897	42,1%	6.012.229	8.831.716

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

No primeiro turno de 2002, quando observado a concentração de votos do PSDB, o partido conquistou 42,1% de um total de 6.012.299 de votos válidos. Enquanto o PT obteve a preferência eleitoral de 58,9% dos eleitores em uma área que concentrava o total de 16.482.227 dos votos válidos.

Prosseguindo no acompanhamento da concentração de votos entre os dois partidos (autocorrelação espacial de Moran), as figuras dos dois mapas abaixo revelam as diferenças entre ambos no segundo turno da eleição de 2002.

Mapa 4 – Comparação do mapa de cluster da votação obtida pelo PT e PSDB no segundo turno da eleição de 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

O PT praticamente não alterou sua concentração de votos no Sul do país, com o PSDB melhorado um pouco mais nos municípios desta região quando comparado com o primeiro turno (2002). Mesmo assim o PT melhorou sua concentração de votos em quase todo o estado do Amapá e avançou em grandes áreas no estado do Ceará – possivelmente por ter obtido o apoio do candidato Ciro Gomes no segundo turno.

Quanto o PSDB, diminuiu sua concentração de votos na região do Centro-Oeste e pouco modificou no Norte. No entanto, melhorou em municípios catarinenses e nas áreas do Rio de Janeiro: regiões da Baixada, e no norte e sul fluminense.

Tabela 11 – Homogeneidade dos votos recebidos do PT e PSDB no segundo turno de 2002 por meio do índice local de Moran.

Partido	Ano	Turno	Total	Percentual	Votos Válidos	Total de Eleitores
PT	2002	2º turno	20.343.693	70,5%	28.839.258	35.183.431
PSDB	2002	2º turno	3.702.588	58,6%	6.312.540	9.216.293

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

No segundo turno de 2002 melhorou a concentração de votos para os dois partidos: o PSDB passou para 58,6% da preferência eleitoral nas áreas homogêneas, mas em locais com apenas 6.312.540 dos votos válidos. O PT passou para 70,5% de votos em municípios com o total de 28.839.258 dos votos válidos.

Destas apreciações estatístico-espacial, foi revelado algumas hipóteses para o prosseguimento desta pesquisa: em 1994 e 1998 o PSDB conseguiu votos em um maior número de áreas homogêneas; enquanto que o PT em 2002 obteve votos em áreas com maior concentração de eleitores.

1.3 Geografia eleitoral para conjuntura da política brasileira

Um elenco de conceitos foi discutido na revisão bibliográfica sobre a Geografia eleitoral: proximidade, distância, vizinhança, escala, regionalização, espaço, território, lugar, rede, lugares-centrais. Certamente outros métodos geográficos poderiam ter sido lembrados na discussão, mas este inventário demonstra as competências e a complexidade que envolve o tema central desta pesquisa.

No entanto, a aplicação destes conceitos para a realidade político-eleitoral também deve ponderar as transformações que moldaram a sociedade brasileira: a colonização e a influência europeia, a escravatura dos índios e dos negros, os rompimentos de governos, a imposição de ordenamento territorial e eleitoral. Todos estes eventos (entre outros) modificaram a conjuntura da política brasileira na escala local à nacional. Consequentemente, a definição do voto por parte dos indivíduos ainda recebe estas influências passadas.

Assim sendo, avaliar sobre as motivações do voto sem antes examinar o histórico de transformações política, econômica, tecnológica, social, geopolítica, e da própria oferta de partidos políticos na história do Brasil, pode ser de difícil compreensão para definir as razões que PSDB e PT estiveram à frente na concorrência para a administração do governo Federal nos últimos anos.

Primeiramente, a Presidência da República pode ser compreendida como o principal cargo político para a maioria dos brasileiros; uma representação de poder que talvez no imaginário popular signifique a própria personificação do poder real (monárquico) em um regime político do tipo presidencialista. Nas normas eleitorais brasileiras o chefe do executivo federal é eleito com o maior número de votos recebidos. No final da eleição os resultados são apresentados por seu conjunto permitindo a formulação de variadas hipóteses das razões do voto dos indivíduos. Todavia, infinitos são os escopos das motivações dos eleitores, sendo avaliado desde as identificações partidárias a qualquer outra motivação situacional. Em verdade, o voto corresponde a ilimitadas subjetividades e influências.

Para o caso brasileiro a autoridade exercida por uma elite local sempre deve ser lembrada na decisão do voto para um conjunto de eleitores. Não pode ser ignorado um histórico raio de

ação da elite dirigente mediante os mecanismos do controle político no território (curral eleitoral) e na oferta de benefícios imediatos à população (clientelismo). Justamente, para Raffestin entre os atributos que caracterizam o poder está em possuir objetos valorizados na sociedade (Raffestin, 1993, p. 143-144), por conseguinte, a consciência de poder por grupos e sujeitos é concretizada na materialidade, nas ações e nos discursos que atuam e influenciam no território.

Desse modo, conquistar e manter o poder do Estado são de plena importância por aqueles que possuem certa influência interna, isso porque a detenção do poder pode garantir a valorização dos objetos fixos que, conseqüentemente, os habilita para a atração dos fluxos (Santos, 2014, p. 102). Utilizar o Estado em benefício próprio (patrimonialismo) amplia as capacidades políticas de uma elite local alongando seu circuito de poder – por exemplo, parte dos embates entre as elites nacionais no final da Primeira República tinham o objetivo de orientar os destinos econômicos e políticos do país (ver Capítulo 2).

Os investimentos intermediados pelo Estado proporcionam uma hierarquização entre os lugares reforçando as distinções no território e aumentando as desigualdades sociais. De certo modo os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro possuem um maior volume de problemas sociais do país, mas também desencadeiam a maioria das propostas dos candidatos, enquanto que os outros locais recebem pouca atenção das promessas de campanha – estes três estados correspondem ao total de 42% do eleitorado do país (ver Capítulo 3).

Entretanto, observar o resultado eleitoral com um caráter de homogeneização dos votos pouco ou nada nos diz quanto ao próprio processo eleitoral, menos ainda sobre as prioridades e as diferenças de prioridades entre os eleitores.

O comportamento dos indivíduos pode partir dos “amigos e vizinhos” ou de “identidades religiosas ou étnicas” (CASTRO, 2005, p. 161). Estas relações sociais são efetivadas nas afinidades que envolvem os familiares, amigos, vizinhos, trabalho, estudos, lazer, religião, etc. Exatamente, todos estes níveis e graus de relacionamentos podem influenciar a escolha do voto, inclusive pautando uma relação de valores sociais vinculados a circunscrição eleitoral. Assim sendo, olhar o voto por decisões individuais talvez não signifique o que o todo almeja, isso porque, mesmo que o voto seja um ato particular o eleitor também está subordinado ao coletivo – a *práxis* coletiva frente à *práxis* individual (Santos, 2012, p. 95-96).

Uma análise que atente sobre a heterogeneidade eleitoral talvez forneça uma melhor nitidez nas desarmonias presentes no território, inclusive reduzindo os geografismos e os determinismos eleitorais, ambos, como afirmam Yves Lacoste (2010, p. 217) e Moraes (1988, p. 103) muito utilizado nas análises da Geografia eleitoral.

Coincidentemente nos períodos das campanhas eleitorais existe o reforço dos regionalismos por parte dos candidatos. Moraes afirmou que as elites regionais encontraram uma fórmula de conexão ilusória entre os habitantes da região, um meio de dominação que dificulta a criação de vínculos solidários (Moraes, 1988, p. 103). Mas no final, o resultado contabilizado no pleito eleitoral é o fruto desta resolução coletiva, de tal modo que caso seja observado às motivações do voto diante de alguma variável de análise e/ou de um tema preponderante no debate político podem significar um eficiente método para chegar algumas conclusões.

Importante mencionar outra questão essencial da Geografia eleitoral: até onde os votos pertencem aos partidos ou aos candidatos? Para um mapeamento eleitoral talvez isso pouco seja importante, mas para o debate da política brasileira e, portanto, para a compreensão das razões do voto dos indivíduos, conhecer se o eleitor optou por votar nos candidatos ou em partidos talvez seja determinante para uma Geografia eleitoral brasileira.

Necessário então examinar a organização da política nacional diante da coordenação local/regional. Também relevante compreender um particularismo do Federalismo brasileiro, a desarmonia: centralização autoritária *versus* descentralização democrática, um tema controvertido do comportamento das elites políticas brasileiras. Desse modo, tanto o PSDB e o PT são frutos das disputas políticas anteriores, e até mesmo, também podem ser representações contemporâneas dos embates passados.

CAPÍTULO 2 – CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO NO SISTEMA POLÍTICO PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Este capítulo aborda as acomodações político-partidárias sucedidas na história da política brasileira diante das ocasiões que houve rupturas e modificações na estrutura do poder nacional. É almejado localizar as influências eleitorais dos partidos políticos no território, assim como as continuidades dos ideais partidários de um período para o outro. Todas estas relações são, em seu conjunto, relevantes para compreender como os diversos setores da sociedade brasileira se agruparam e disputaram o poder nacional.

Contudo, com as informações e os dados disponíveis foi complexo localizar as forças eleitorais dos partidos, sendo mais bem examinada a identificação territorial somente a partir do regime militar de 1964, enquanto nos períodos anteriores foi visto um breve conhecimento dos locais onde os partidos políticos apresentaram maiores potencialidades e influências eleitorais. Quanto às ideologias, por ter ocorrido longas e constantes cisões, o objetivo de identificar o viés partidário não foi concretizado, ao contrário, é possível constatar apenas algumas linhas gerais da continuidade dos ideais políticos.

Este capítulo foi dividido em três seções. Na primeira seção é discutida a centralidade autoritária *versus* descentralidade federalista na história da política brasileira e como esta dualidade impactou nas estruturas do poder territorial. A segunda seção é dividida por períodos que correspondem aos momentos de maior centralização ou descentralização política, e em cada uma delas são vistas a formação dos principais partidos políticos na história brasileira. A terceira e última seção é debatida a analogia de Golbery de Couto e Silva da “diástole e sístole na política nacional” e sua influência para a formação dos primeiros partidos políticos a partir da Lei nº 6.767/79 (BRASIL, 1979).

2.1 Centralidade autoritária e descentralidade federalista na política nacional

A colonização na América lusitana não foi eficaz na criação de vínculos solidários entre as distintas regiões restando às elites locais regular os fins políticos, econômicos e culturais de acordo com seus interesses e necessidades. Pelas escassas comunicações estabelecidas entre as elites locais, e o próprio distanciamento físico com a coroa portuguesa, as oligarquias impetraram suficientes capacidades de impor uma tutela sobre a população¹¹. Ao seu modo,

¹¹ “Por um lado, presumia-se que nação brasileira só existia graças à ação de suas elites. Segundo este ponto de vista, somente as oligarquias regionais e os altos funcionários possuíam uma prática histórica suficientemente

uma cidadania seria alcançada apenas quando o povo aspirasse para si os costumes e a razão oriundos desta elite dominante¹². Após a independência a oligarquia brasileira desenvolveu o comum receio de incidir a “haitização” ou o desmembramento territorial (semelhante ao ocorrido nas ex-colônias espanholas), logo, a divindade monarquista foi à solução conferida por trazer consigo a representação da unidade territorial e a incumbência de civilizar a população, além de ser um poder neutro em um ambiente político ainda pouco aperfeiçoado (Dolhnikoff, 2005, p. 54). A aptidão da coroa em “civilizar” já estava presente, mas com objetivo de colonizar os índios com o termo “evangelizar” – nesta ocasião o termo religioso “evangelizar” foi contrariado ao conceito laico de “civilizar” (Alencastro, 1987, p. 71).

O excesso de poder que a monarquia adquiriria após a independência disseminou entre as elites nacionais a ameaça de interferências nos assuntos internos das províncias. A Constituinte de 1823 poderia resultar na centralização visando à unidade territorial e a neutralidade política estabelecida via o Poder Moderador, mas sem condicionar ingerências nas questões provinciais. A adoção de uma Monarquia Constitucional ao modelo europeu liberal do século XIX foi encerrada cabendo aos juristas nomeados por Dom Pedro I redigir a Carta Magna de 1824, recebendo como resposta a ameaça secessionista da Confederação do Equador. Mais tarde, o pragmatismo da coroa cedeu forças via a representação das províncias na Câmara dos Deputados para a preservação da unidade territorial (Dolhnikoff, 2004, p. 49).

No final do século com a monarquia enfraquecida politicamente cresceram as ambições dos chefes políticos locais. Conservadores e Liberais unidos no Partido Republicano, e inspirados no exemplo vindo dos Estados Unidos, uniram forças para a concretização da República Federativa (Meira, 1979, p. 86). Com este objetivo contaram com o apoio dos militares, prestigiados com a Guerra do Paraguai e influenciados nos ideais positivistas e republicanos.

Mas enquanto em seu nascedouro moderno, nos Estados Unidos, o Federalismo foi dirigido em prol da centralização política, no Brasil, a concepção federalista aspirou à diluição do poder centralizado concedendo autonomia às províncias e uma almejada liberdade. No entanto, a “liberdade” foi condicionada à ação das oligarquias locais e não necessariamente a “liberdade”

densa para captar a utilidade e o sentido da existência do Estado brasileiro. O elemento popular – quando intervinha na vida política – centrava sua ação exclusivamente nas questões locais e regionais, pondo de golpe a unidade nacional em risco.” (ALENCASTRO, 1987, p. 70).

¹² “(Martinho de Mello de Castro), este advertia para a coroa não permitir os missionários de ‘instruir nos mistérios da Fé e reduzir ao grêmio da Igreja homens silvestres e criados nos matos, antes de termo cultivado a razão, e de conceberem ao menos uma ideia dos costumes e sociedade civil’”. (ALENCASTRO, 1987, p. 71).

de uma opinião pública¹³, logo, o entendimento de federalismo no Brasil foi de “[...] reforçar as estruturas sociais de poder preexistentes, era reforçar a desigualdade, a hierarquia, o privatismo.” (CARVALHO, 1998, p. 181).

Estas circunstâncias contribuíram para uma linha de interpretação que caracterizou a história brasileira como de: momentos de “centrifugismo federalista” ou de “centripetíssimo autoritário”. Tal ênfase pode ter sido baseada em uma contradição semântica das províncias após a proclamação da República quando foi utilizado o termo “soberania” ao invés de “autonomia” (Meira, 1975, p. 20). Ou ainda, a ascensão do Federalismo foi em favor de uma descentralização (delegação de funções), mas com o objetivo de uma desconcentração (dispersão do poder)¹⁴. Ao final, todos estes movimentos foram compreendidos como de disposições centrífugas (Dallari, 1986, p. 68-69). Desse modo, o federalismo brasileiro desenvolveu estruturas ainda presentes na sociedade. Em uma sinopse destas caracterizações podem ser destacadas as considerações que seguem abaixo.

Após os longos debates no século XIX entre os atributos dos Prefeitos (para os Liberais seriam nomeados pelos presidentes de Província) e dos Delegados (para os Conservadores seriam chefiados pelo Governo central) (Dolhnikoff, 2005, p. 118-125), a República definiu por meio da Constituição de 1891 que a polícia ficaria ao cargo dos governos estaduais, o que contribuiu para que fossem formados autênticos exércitos propiciando no uso da violência contra os opositores políticos (Abrucio, 1998, p. 39).

Os municípios tiveram seus atributos modificados ao longo da história brasileira. De muita importância durante o período de colonização (Faoro, 2008, p. 170) teve suas atribuições enfraquecidas para o fortalecimento do centralismo monárquico (Leal, 2012, p. 85-86). Posteriormente, com o Ato Adicional de 1834 os municípios tiveram suas capacidades ainda mais diluídas em favor das Assembleias Legislativas provinciais (Dolhnikoff, 2005, p. 98-99). Os argumentos utilizados consistiram em limitar o poder das oligarquias municipais, assim, “a concentração de poder em nosso país, tanto na ordem nacional como na provincial ou estadual, processou-se por meio do enfraquecimento do município” (LEAL, 2012, p. 109). Mais recentemente, o ideal municipalista ganhou destaque por meio do centralismo político do

¹³ “As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substâncias.” (HOLANDA, 1995, p. 179).

¹⁴ Tal conflito está na caracterização daqueles que consideram a “centralização desconcentrada” como sinônimo de “descentralização administrativa”; e a “descentralização” como sendo uma “descentralização política” (BONAVIDES, 2009, p. 164-165).

regime Vargas de 1930, justamente com o objetivo de enfraquecer o estadualismo (Martin, 1993, p. 129; e; Melo, 1978, p. 54).

Na economia, a adoção do federalismo não foi em proveito de um *self government* político, e sim, de um *laissez-faire* econômico (Martin, 2005, p. 63). O poder político exercido nos estados de São Paulo e de Minas Gerais ao longo da Primeira República indicam as distorções econômicas do federalismo brasileiro (Abrucio, 1998, p. 34). Desse modo, o “Federalismo” no país sempre foi voltado para que todo o empenho político fosse direcionado ao poder econômico hegemônico, adequando aos demais locais algum sentido de subordinação. Ainda hoje, as discrepâncias econômicas entre os estados proporcionam uma constante competição via a “Guerra Fiscal” cunhando mais argumentos suspeitos do centrifugismo oligárquico. O mesmo o contrário, por conseguinte, o excesso de interferência econômica da União nos estados implica em um temor de um excesso de centripetíssimo.

Parte da configuração regional teve como objetivo reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões por meio da criação dos órgãos federais – por exemplo, as Superintendências Regionais no regime militar – entretanto, também foi um mecanismo de interferência do poder centralizado no arranjo interno nos estados. Assim sendo, os regionalismos se instituíram com certa rivalidade com o ideal Federalista. Frente à um sentimento “sulista”, “nordestino” e “amazônico” é composto uma união entre os congressistas de cada estado das respectivas regiões com o objetivo de barrar o poder dos três estados mais beneficiários do federalismo brasileiro: São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro (ambos da região Sudeste).

Este empecilho se reproduz na representatividade das unidades federativas: os três estados hegemônicos são sub-representados na Câmara dos Deputados, enquanto os estados do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste são sobrerrepresentados (ver tabela abaixo).

Tabela 12 – Percentual de eleitores e de deputados federais eleitos por região no país, eleição de 2014.

Região	Eleitores	Deputados Federais
Sudeste/Sul ¹⁵	58,4%	256
Norte/Nordeste/Centro-Oeste	41,6%	257

Fonte: Extraído de TSE. Adaptado pelo autor (2018).

Diante dessa consideração, pode ser visto que a disposição do poder na política brasileira se viabilizou em um acordo das capacidades políticas se concentrarem nos estados do Norte, enquanto as capacidades econômicas se restringirem nos estados do Sul. Os projetos que

¹⁵ Santos e Silveira denominam o conjunto das regiões Sul e Sudeste como a Região Concentrada (Santos e Silveira, 2004, p. 268-269).

poderiam alavancar o desenvolvimento econômico-político-social ficam bloqueados por desiguais interesses e necessidades regionais (Martin, 2005, p. 65). Para tanto, talvez este seja o objetivo, porque os grandes estados (do Sudeste) dispõem de suas próprias capacidades políticas em benefício do restante dos estados. Precisamente, as outras unidades federativas com maior disposição de afirmar projetos de viés conservador, compensam a diminuição do poder conservador nos estados do Sudeste, já que nestes últimos existe uma maior competição contra as forças progressistas (Souza, 1990, p. 127).

Por conseguinte, a centralização/descentralização política no país também influenciou na organização partidária. Nos anos iniciais da República, pelo acentuado antipartidarismo da sociedade brasileira a participação política ficou restrita na atuação intraestados. Apenas a partir do Decreto 21.076/1932 os partidos políticos ganharam a competência de se constituírem nacionalmente, entretanto, foi curto o período para que as organizações atuassem na vida política (Decreto 37/1937). Já no período seguinte (1945:1964) foi consolidada a participação dos partidos políticos de caráter nacional, tendo existido nesta ocasião o total de treze organizações. O regime militar (1964:1985) impôs o bipartidarismo que sobressaiu a ARENA e o MDB; posteriormente, em 1979 (Lei nº 6.767/79) novas siglas puderam ser criadas (ver mais adiante).

O multipartidarismo presente na política brasileira nos momentos de maior descentralização tem relações com as legislações eleitorais adotadas. Desse modo, um controle político e jurídico local concede extensos poderes aos governadores, e estes possuem capacidades suficientes em ampliar sua influência eleitoral via o apoio dos deputados federais e estaduais (Abrucio, 1998, p. 132-134). Esta formação colabora para que as demandas sejam apenas regionalizadas enquanto o clientelismo se mantém com novas características (Moraes, 1988, p. 103). Por assim, a disputa eleitoral no Brasil não ocorre via forças partidárias, mas são enviesadas por um voto personalista em benefício das elites locais.

Ao final, podem ser ressaltadas outras questões que sempre retornam ao debate e que merecem atenções sobre o característico centrifugismo/centripetíssimo do país: as atribuições política e administrativa dos estados e dos municípios; a proveniência das receitas junto das questões fiscais; a ação das políticas públicas; o fomento para o desenvolvimento econômico; as nomeações no judiciário; a influência na segurança pública; entre outros objetos que merecem ser considerados.

Diferente dos Estados Unidos onde as relações entre o Executivo, Legislativo e Judiciário permanecem sem aparentes rupturas, em nossa história, a lembrança de Dallari (1986) sobre as

classificações dos governos de Aristóteles (citado por Maquiavel) podem bem ilustrar os sentidos dos centrifugismo/centripetíssimo brasileiro.

Começa-se com um estado de desordem social e então aparece um salvador, que será o governante único. Este sofre as tentações do poder e degenera, obrigando o grupo mais responsável e mais capaz a assumir o governo, surgindo a aristocracia. Esta, depois de algum tempo, também se torna impura e cria privilégios para si. É então que o grande número exige participação no governo, que se torna democrático. Finalmente, a democracia também degenera e o resultado é a desordem social, que vai suscitar o aparecimento de um novo salvador, reiniciando-se o ciclo. (DALLARI, 1986, p. 37).

No Brasil, as ocasiões vistas como de “desordem” foram interpretadas como de movimentos centrífugos, logo, uma ameaça ao princípio fundador da nação: a unidade territorial. Herdeiros do poder centralizado, o exército teve ao longo do século XX uma atuação autoritária quando decodificadas rupturas com a ordem estabelecida¹⁶.

A República ascendeu com a oportunidade de conceder poder aos chefes locais, que com seus devidos traços de personalismo conduziram um liberalismo sem grandes rupturas com o monarquismo (Holanda, 1995, p. 183). As oligarquias estaduais obtiveram o apoio dos militares lhes transferindo o encargo de desempenhar o papel de Poder Moderador além de exercer a centralidade política – e ainda, por que não, os designando na missão civilizatória do país.

2.2 Partidos políticos e sua influência territorial na política brasileira

Esta seção examina a formação dos principais partidos na história da política brasileira. A divisão foi definida a partir dos momentos que houve uma maior tendência de centralização ou descentralização política, sendo que, de uma série de particularidades, o rompimento de um período para outro foi bem sintetizado na disposição política em sempre reformular uma nova Constituição – “desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias.” (FAORO, 2008, p. 173).

Esta seção foi dividida em cinco subseções: primeiramente é analisada a relação do Partido Conservador e do Partido Liberal ao longo do século XIX. Em seguida são revistas as organizações que atuaram no período denominado como Primeira República (1889:1930). O antipartidarismo da sociedade brasileira permaneceu no momento seguinte sob o centralismo político da era Vargas (1930:1945). A descentralização política após a Segunda Guerra Mundial

¹⁶ “Nenhum estudo acerca do partido político no Brasil estaria, porém, completo, se omitisse a importância que desempenham as forças Armadas, como fator de decisão política, mormente nas ocasiões de crise mais aguda das instituições.” (BONAVIDES, 2009, p. 413).

possibilitou oportunidades para que novos partidos políticos fossem criados na organização civil-democrática (1945:1964). Com o regime militar de 1964, o Brasil novamente esteve sob a administração do centralismo político, mas neste momento operando em um sistema bipartidário.

2.2.1 Os agrupamentos partidários no século XIX

Com o retorno de Dom João ao reino de Portugal os deputados brasileiros foram eleitos para representarem a colônia perante a Assembleia Constituinte portuguesa em 1822. A manutenção do *status* do Brasil de permanecer colônia foi contestada por parte dos deputados brasileiros presentes. Sob tal embate criaram oportunidades para que a solução unitária com Portugal não fosse mais almejada por setores da elite brasileira, entretanto, poucas alternativas restavam: a união ou federação monárquica; o desmembramento com a manutenção da monarquia; ou a República com o desmembramento territorial (Carvalho, 1998, p. 160).

O desmembramento era visto como de perigo pela elite nacional em razão da fragmentação territorial ocorrido nas ex-colônias espanholas junto do ameaçador “haitianismo” da ex-colônia francesa na América. Completavam os riscos o conflito político-territorial nas províncias que apoiavam o príncipe regente D. Pedro (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) *versus* as províncias que se conservaram fiéis à metrópole (Maranhão e do Grão-Pará, Bahia, Cisplatina, e toda a região norte) (Carvalho, 1998, p. 163). Diante destes contratemplos a independência foi efetuada com a manutenção da monarquia. No ano seguinte (1823) D. Pedro convocou a Assembleia Constituinte.

Segundo Needell (2009) nesta ocasião que as forças políticas se dividiram em duas facções, cada uma representando específicos interesses: a apoiada pela elite portuguesa confiava no monarca o papel centralizador e o polo legitimador do Estado; e outra, oriunda da elite brasileira desejava limitar uma possível tirania do monarca (Needell, 2009, p. 19) – esta última denominada pelo jornal Correio Braziliense como o Partido da Independência (Chacon, 1981, p. 23). Entretanto, a Assembleia Constituinte foi dissolvida sendo aprovada em 1824 uma Constituição elaborada por uma comissão indicada pelo Imperador. Foram estabelecidos três níveis na administração política: municipal, provincial e o governo central. A Assembleia-Geral seria formada por duas instituições legislativas: a Câmara dos Deputados e o Senado (vitalício); enquanto na esfera provincial foi criado o Conselho-Geral da Província. Coube ao Poder Moderador (monarca) a prerrogativa de dissolver a Câmara dos Deputados quando aspirado (Nicolau, 2012, p. 18-20).

Esta decisão centralizadora, justificada no apoio popular do monarca não levou em consideração uma possível conciliação com as forças centrífugas (Faoro, 2008, p. 327), desse modo, sob a liderança da província de Pernambuco e apoiada por suas vizinhas (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas) foi proclamada a Confederação do Equador – derrotada posteriormente. A rebelião de caráter secessionista foi promovida por discordar do rompimento constituinte e da excessiva centralização de poder do monarca. Em 1831, D. Pedro I abdicou do trono fornecendo o comando político e administrativo do Brasil para uma Regência – inicialmente a Regência trina provisória (1831), seguida pela trina permanente (1831:1834), e por meio do Ato Adicional a regência una (1834:1840).

Os grupos políticos não eram institucionalizados em partidos políticos como conhecemos atualmente, mas em seu conjunto de ideais as organizações políticas estavam compostos da seguinte forma: uma maioria liberal moderada divididos entre reformistas e cautelosos; outro grupo formado por uma minoria que ainda pretendiam trazer D. Pedro I de volta ao país, conhecidos como *caramurus*; e uma ala radical saída das frentes liberais (Needell, 2009, p. 8).

A maioria formada por liberais moderados obtiveram êxito em alcançar a regência. Sob sua administração foi tentada uma reforma na Constituição em 1831 que procurava eleger: o Senado temporário (ao invés de vitalício), a extinção do Conselho de Estado, e a instauração do Poder Legislativo nas províncias. Todas estas propostas eram um ensaio em direção da federação (Franco, 1974, p. 33). Com o insucesso desta empreitada foi confiado em 1834 uma reforma mais moderada, o Ato Adicional. Conhecido como a “experiência republicana do Império” (CARVALHO, 1998, p. 165) concedia maiores poderes às províncias e substituiu a Regência Trina pela Regência Una – dirigida primeiramente pelo padre liberal moderado Diogo Antônio Feijó (1835:1837).

Segundo Afonso Arinos (1980) a partir da década de 1830 despontaram as bases do Partido Liberal e do Partido Conservador, sendo que o aparecimento destes dois partidos ocorreu devido a subida dos conservadores à Regência (Franco, 1974, p. 31). Pela razão da autonomia das Assembleias Legislativas Provinciais os interesses se chocavam diretamente com os presidentes das Províncias (estes nomeados pelo governo central) o que contribuiu para muitos conflitos nesta ocasião. Tais eventos ocasionaram na transição da regência para o conservador Pedro de Araújo Lima (1837:1840).

Nestas circunstâncias o movimento conhecido como “regresso” trabalhou na revisão do Ato Adicional. Como a maioria na Câmara dos Deputados era formada por Conservadores foi aprovada a Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1841 que estabelecia, entre outras ações, uma nova organização do judiciário e restringia à descentralidade política eliminando as

Assembleias Legislativas provinciais. Nesta ocasião ocorreram os conflitos em 1842¹⁷ entre Liberais e Conservadores, conhecidos posteriormente como, respectivamente, *luzias* e *saquaremas* (Needell, 2009, p. 16)¹⁸.

As preocupações econômicas neste momento fornecem as indicações de onde estavam situadas as forças políticas dos dois partidos. Segundo Franco (1974) e Needell (2009) a base do partido Conservador foi formada principalmente pela corte presente na província do Rio de Janeiro e por grupos em Minas Gerais (Needell, 2009, p. 9). Somam-se os fazendeiros e os negociantes que comandavam o interior e os portos com interesse na expansão do tráfico negreiro (Needell, 2009, p. 11). Também tinha apoio, em consequência da queda do preço do açúcar e do algodão no comércio internacional, a economia da região do Nordeste que necessitava cada vez mais do apoio estatal (Needell, 2009, p. 19).

Quanto o Partido Liberal seu arranjo era, conforme Franco (1974) e Carvalho (1998), composta por parte do setor urbano constituídos principalmente por profissionais liberais e por uma parcela do setor rural voltado para o mercado interno. Contudo, as formações destes dois partidos não eram homogêneas, quanto menos correspondiam a rígidos programas partidários, apenas indicavam interesses locais e temporais que modificavam repentinamente de acordo com as circunstâncias – de “revolucionários passavam assim de um momento para o outro a conservadores” (FAORO, 2008, p. 345).

Com a maioria de D. Pedro II, o monarca liderou o Conselho de Ministros entre 1840 e 1847. Em seguida foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros concebendo ao Imperador o cargo de Poder Moderador (previsto na Constituição de 1824). Posteriormente, a Presidência dos Gabinetes foi conduzida sucessivamente por liberais e conservadores, conhecida a menção de: “nada mais parecido que um *saquarema* que um *luzia* no poder”. Entre 1853 e 1857 o gabinete do Imperador foi composto por setores de ambos os partidos, período conhecido do ministério da Conciliação. Sua formação buscava diminuir os embates ocorridos entre os dois partidos na década anterior, além de beneficiar o papel do monarca por meio da reafirmação de sua missão civilizatória para a nação (Needell, 2009, p. 20).

A Câmara dos Deputados estava dividida entre: conservadores, liberais e moderados. Mais tarde, em uma aliança entre os dois últimos grupos formaram uma liga nomeada como o Partido

¹⁷ “Derrotados, os defensores da integridade das reformas liberais se aglutinaram em torno do Partido Liberal. Sem mais nenhuma esperança de obter uma vitória parlamentar, os liberais de São Paulo e de Minas Gerais apelaram para as armas. Em 1842 eclodia uma revolta liderada por eles nas duas províncias.” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 150-151).

¹⁸ Nomeados deste modo pelo motivo que: os liberais mineiros foram derrotados em uma batalha em Santa Luzia em Minas Gerais (Mattos, 1987, p. 104); enquanto que em 1845 um subdelegado conservador da vila de Saquarema (RJ) impôs a lista do governo central aos eleitores locais (Mattos, 1987, p. 106).

Progressista do Império (Franco, 1974, p. 42), também conhecido como a Liga Progressista. A Liga foi a articulação encontrada pelos liberais de encerrar o período da Conciliação, gabinete dominado pela maioria dos conservadores. A contrapartida para enfraquecer a Liga Progressista foi a união entre os conservadores e os antigos liberais revolucionários na criação do Partido Histórico (Franco, 1974, p. 42-43).

Com as circunstâncias da Guerra do Paraguai e a ascensão política do General Caxias, o Imperador dissolveu a Câmara dos Deputados e impôs o desmembramento da Liga Progressista possibilitando o retorno dos *squaremas* ao poder. Os conservadores acabaram criando uma contradição com o monarca, já que D. Pedro II tinha a disposição de apoiar a crescente causa em favor da abolição da escravatura – alguns setores conservadores ainda se apoiavam economicamente na propriedade escravista. Em 1870 um novo gabinete conciliador reduziu o poder dos *squaremas* (Needell, 2009, p. 21-22) e no ano seguinte (1871) foi aprovado a Lei do Ventre Livre. Ainda em 1870 foi criado o Partido Republicano oficializado por meio do Manifesto do Partido Republicano. Entretanto, o nascimento deste partido surgiu dividido entre as alas paulistas e pernambucanas:

Enquanto em São Paulo predominavam, no partido nascente, grandes e médios proprietários rurais [...], em Pernambuco ‘profissionais liberais, pequenos negociantes, artesãos e empregados de comércio constituíram a maioria dos adeptos republicanos na década de 1870. Um número significativo de republicanos provinha nos escalões mais baixos da pirâmide ocupacional de Recife. [...] Daí o pró-escravismo dos republicanos paulistas [...] e o abolicionismo dos republicanos pernambucanos [...]. (CHACON, 1981, p. 47).

Também houve a criação do Partido Liberal Radical em 1868 que entre suas propostas estavam à separação do Estado da Igreja (Chacon, 1981, p. 36). Esta iniciativa conquistou adeptos do meio político, mas também fortaleceu para alguns a concepção da necessidade de criar um Partido Católico – fundado em Pernambuco em 1876 com algumas adesões em Diamantina (MG) e na capital paulista (Chacon, 1981, 38-45).

Nas decisões dúbias adotadas por D. Pedro II, ora reforçando um grupo ora reduzindo seu poder, junto dos ideais positivistas e republicanos ganhando a simpatia dos militares, surgiram animosidades com a condução na política interna do Imperador. A unidade territorial estava primordialmente concebida na figura do rei, mas os debates críticos a D. Pedro II haviam invertido a alegação que a unidade territorial estava confiada ao papel do monarca. Agora a concepção era que a centralização política possibilitava o desmembramento territorial, enquanto a descentralização reforçava a unidade territorial (Carvalho, 1998, p. 171).

Esta compreensão foi reforçada com a modificação do poder econômico no país. Da expansão cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, que contribuiu para a influência do Rio de Janeiro nas decisões políticas, o café nesse momento avançou para o oeste paulista. Os políticos paulistas afirmavam que o apoio à centralização política se efetivava porque as outras províncias eram dependentes do Governo central, enquanto o vigor econômico de São Paulo estava enfraquecido pela transferência dos recursos às províncias menos dinâmicas (Carvalho, 1988, p. 171-172).

Após a abolição da escravidão (1888) Joaquim Nabuco concebia o ideal de uma federação monárquica – já considerando a possibilidade de ocorrer o desmembramento nacional (Carvalho, 1998, p. 172). No mesmo entendimento, Rui Barbosa constatava movimentos centrífugos oriundos em São Paulo, Pernambuco, Pará e Rio Grande (Carvalho, 1998, p. 173). Era o “horror” da fragmentação territorial previsto pelos centralistas no início do século com a possibilidade de ocorrer nesta ocasião. Um mês antes da proclamação da República, Rui Barbosa afirmou: “ou a monarquia faz a federação, ou o federalismo faz a república” (CARVALHO, 1998, p. 172-173).

2.2.2 Primeira República: o antipartidarismo federalista entre 1889 a 1930

Por meio da Constituição de 1891 a República foi estabelecida com os militares exercendo grande influência na organização da política brasileira, inclusive com os dois primeiros presidentes do Brasil sendo Marechais: Manuel Deodoro da Fonseca (1889:1891) e Floriano Vieira Peixoto (1891:1894) – período conhecido como a República das Espadas. O amplo apoio da sociedade aos militares tornou quase um movimento de adoção para um único partido nacional, isto porque sobram percepções contrárias aos partidos políticos devidos os conflitos e embates do período monárquico.

Outra importância foi do Federalismo estadunidense. Tal intensidade do prestígio que o Brasil adotou o nome de “Estados Unidos do Brasil” junto da sugestão de adotar o modelo (com as cores nacionais) da bandeira semelhante dos Estados Unidos (Motta, 1999, p. 50). Em consequência do sentimento federalista houve a substituição das “províncias” para “estados”. Os presidentes dos estados reuniram uma série de poderes que, se necessário, enfrentariam diretamente o poder central, por exemplo: a adoção de constituições estaduais (ainda que a Constituição Federal fosse à lei maior), alto investimento na polícia interna, e a possibilidade de adquirir empréstimos no exterior (Motta, 1999, p. 50-51). Assim sendo, na primeira República o cargo político mais importante foi do presidente de estado, eles determinavam as

eleições presidenciais do país e o arranjo do Legislativo federal (Abrucio, 1998, p. 35). Para que isso fosse concretizado, primeiramente a disputa política nos estados ocorreu entre os membros da própria oligarquia (Ferreira Neto, 1989, p. 39).

Algumas acomodações políticas foram amplamente praticadas no período, por exemplo, o “coronelismo” – “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores da terra” (LEAL, 2012, p. 44). A configuração do federalismo brasileiro permitiu às oligarquias de cada estado organizar ao seu modo o poder interno, mas pela estrutura latifundiária foi necessário dividir a influência política com os grandes proprietários de terra. Com tal poder, os fazendeiros interferiram nas eleições estaduais por meio do “voto de cabresto” e do “curral eleitoral”; entre outras vertentes políticas: o “paternalismo”, “filhotismo” e o “mandonismo”, etc. (Leal, 2012, p. 60).

Para garantir a hegemonia das oligarquias no Congresso Nacional foi utilizada a normativa “verificação dos poderes” – processo de diplomação dos deputados (Abrucio, 1998, p. 36). Este instrumento tinha como função analisar os casos de fraudes ocorridos nas eleições, mas na prática cassou os mandatos dos deputados opositores (Nicolau, 2012, p. 69-70). Mais tarde, no governo de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898:1902) o governo repassou a verificação de poderes ao controle das próprias oligarquias estaduais consolidando a representação política una-partidária em cada unidade federativa.

O Partido Republicano Paulista (fundado em 1872) inspirou para que em quase todos os estados surgissem “Partidos Republicanos” (Franco, 1974, p. 58) – somente no Rio Grande do Sul existiram dois partidos: o Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Federalista do R.S. conhecidos, respectivamente, como “chimangos” e “maragatos”. No antipartidarismo presente na sociedade brasileira a disputa política acabou por ser entre as facções internas dos “PR” de cada estado (Motta, 1999, p. 53). A ausência de partidos políticos de caráter nacional contribuiu para que o Presidente da República fosse escolhido no acordo entre os estados – sintetizada por Campos Sales de “a política dos governadores” (Franco, 1974, p. 57).

Contudo, os estados exportadores se fortaleceram na política brasileira, precisamente: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Amazonas (Abrucio, 1998, p. 33) – estes estados ganharam o debate sobre a autonomia financeira na Assembleia Constituinte de 1891. Todavia, a economia brasileira estava baseada na exportação do café, logo, proporcionou condições privilegiadas para que somente São Paulo e Minas Gerais (os dois estados mais dinâmicos e hegemônicos nas esferas econômica e demográfica) liderassem a política nacional.

Os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia influenciaram a política apenas quando não houve consenso entre paulistas e mineiros (Abrucio, 1998, p. 35).

Ao longo da Primeira República existiram algumas organizações políticas com certa projeção nacional, mas todos os ensaios não prosperaram. De destaque, existiram:

- a) A Campanha Civilista comandada por Rui Barbosa obteve apoio dos estados de São Paulo, de Minas Gerais e da Bahia contra a eleição do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (eleito presidente para o período 1910:1914);
- b) Novamente Rui Barbosa foi candidato para a presidência com o apoio de Pernambuco, Pará, entre outros estados, sendo derrotado por Venceslau Brás (eleito presidente para 1914:1918);
- c) O movimento Reação Republicana na eleição de 1921 foi liderado pelo ex-presidente Nilo Procópio Peçanha (1909:1910) com o apoio dos estados do Rio Grande, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco contra a candidatura de Artur da Silva Bernardes, do Partido Republicano Mineiro (eleito para 1922:1926).

De um projeto político descentralista e autônomo, aos poucos o Governo Federal aumentou os instrumentos de intervenção nos estados. O governo central teve de colaborar economicamente nos pequenos estados; e militarmente nos conflitos que pudessem desestabilizar a unidade territorial e a própria República, como nos casos da Revolução Federalista, da Guerra de Canudos, na Guerra do Contestado, entre outras conturbações.

Gradativamente os arranjos políticos centrados nas elites de São Paulo e de Minas Gerais, junto das constantes manobras e fraudes eleitorais (Nicolau, 2012, p.66-72), despontaram oposições de diversas matrizes ideológicas na sociedade. A década de 1920 foi rica nas ações contestadoras (Souza, 1990, p. 89). Com o final da Grande Guerra uma nova geração de militares organizou um movimento com escopo de maior participação no cenário político no país, enquanto alguns ideólogos e políticos concluíram que o autoritarismo era o meio harmonizador do “Brasil-real” (Souza, 1990, p. 65). O movimento tenentista, embora derrotado, contribuiu para as reformas constitucionais de 1926. Ressalve que neste período, acompanhando as novas circunstâncias da política nacional, o Partido Republicano Paulista (1872) se reformulou no Partido Democrático (Motta, 1999, p. 59).

Os trabalhadores participaram no sindicalismo liderado inicialmente pelos movimentos anarquistas (influenciados pelos trabalhadores imigrantes europeus) – antes, em 1892 já havia existido por um curto período o Partido Socialista Brasileiro (Ferreira Neto, 1989, p. 41). Em

1912, com o apoio do governo Hermes da Fonseca, as organizações trabalhistas se reuniram no quarto Congresso Operário Brasileiro estabelecendo um movimento de apoio ao presidente e ao Estado nacional. Como resultado da Revolução Russa em 1917 surgiram agremiações de cunho comunista no país, e em 1922 foi formada a seção brasileira da Internacional Comunista, o Partido Comunista (Ferreira Neto, 1989, p. 42).

A exacerbação de críticas à condução da política nacional chegou a um embate na sucessão presidencial de 1930. O então presidente, Washington Luís Pereira de Sousa (1926:1930) conferiu apoio ao ex-governador de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque. Entretanto, com adesão dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Paraíba, a candidatura de Getúlio Vargas foi confirmada por meio da Aliança Liberal (Ferreira Neto, 1989, p. 44-45). A derrota do ex-governador gaúcho criou um impasse que acabou na junta militar depondo sem resistência o presidente ainda em exercício (Washington Luís).

A política brasileira rompia com a descentralização do federalismo brasileiro – um dos maiores símbolos desta cisão foi à queima das bandeiras estaduais na Esplanada do Castelo em 1937 (Ferreira Neto, 1989, p. 50). Fruto do período em que ascenderam ditaduras no continente europeu, no Brasil – em consequência do clamor da sociedade por uma maior representação, participação e modernização – uma nova autoridade centralizadora chegou ao poder, e como vigorou na história do país uma nova Constituição (1934) representou mudanças nos rumos da política brasileira.

2.2.3 Era Vargas: o antipartidarismo centralista entre 1930 a 1945

O Governo Provisório afastou todos os políticos que tinham sido eleitos: os governadores foram substituídos por interventores nomeados diretamente pelo Governo central; o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais e municipais dissolvidos (Nicolau, 2012, p. 73) com o Governo Provisório regendo as funções até a realização de uma nova Constituinte. Colaborando com as intervenções federais foram criados Departamentos Administrativos do Serviço Público (DASP) que também contavam com as subsidiárias na escala municipal – sua principal função era fiscalizar a administração dos interventores nomeados pelo próprio governo central (Ferreira Neto, 1989, p. 51-52). Outra modificação administrativa, e com o objetivo de acompanhar o crescimento da burocracia estatal, foi o aumento do funcionalismo público. A burocratização (especialização de funções) correspondia aos anseios daqueles que criticavam o funcionalismo patriarcal (benefícios particulares) (Holanda, 1995, p. 146).

Com o vigor das mudanças políticas, em 1932 foi efetivada um novo Código Eleitoral que teve como premissa o combate às fraudes eleitorais, estabelecendo: o voto secreto, constituído a justiça eleitoral no nível nacional e regional, o voto obrigatório, e o direito do voto das mulheres (Nicolau, 2012, p. 76). Ainda foi determinado que na composição das cadeiras do Legislativo Federal, entre os 254 deputados, o total de 214 seria eleita por meio do sistema eleitoral misto, e outros 40 deputados por orientação de representações das categorias profissionais (Nicolau, 2012, p. 84-85). Tal novidade (representação por categorias profissionais) foi encampada pelo movimento tenentista e apoiada pela a maioria das bancadas estaduais.

Neste mesmo ano, e como resistência aos arranjos políticos centralizadores, detonou a revolta civil liderado pela oligarquia paulista. Derrotado, o movimento “Constitucionalista” colaborou para influenciar no Decreto do Código eleitoral nº 21.076 sendo marcadas eleições para a prometida Assembleia Constituinte em 1933 (Ferreira Neto, 1989, p. 46). No decreto nº 21.076 ficou estabelecido (entre os artigos 99 e 100) as normas de organização dos partidos políticos, estes com a obrigatoriedade de caráter nacional em sua formação (Motta, 1999, p. 65). Inicialmente os partidos políticos poderiam ser de dois tipos: permanentes (com reconhecimento de personalidade jurídica), ou provisórios (formados apenas para a disputa eleitoral); também foram permitidas candidaturas avulsas (Ferreira Neto, 1989, p. 46). Todavia a falta de tradição em organizar partidos políticos dificultou a formação de organizações partidárias persistindo a limitação estadual em sua formação.

Ressalve alguns ensaios partidários neste momento¹⁹ a mais viável foi a criação do “Clube 3 de outubro” por parte dos revolucionários tenentistas (Ferreira Neto, 1989, p. 46). Também houve o ensaio de organizar um Partido Cristão, sendo criado a Liga Eleitoral Católica (LEC). Existiram outras formações partidárias, por exemplo: o Partido Liberal Socialista (de São Paulo); a Legião 5 de Julho; e a Legião Paranaense (Soares, 1989, p. 180). Outros partidos políticos também foram constituídos nesta ocasião, mas em sua maioria apenas com influência local²⁰.

Fruto das disposições na geopolítica do período as duas maiores representações político-partidária no Brasil foram a Ação Integralista Brasileira (AIB) – com inspiração no fascismo

¹⁹ “Entre tais partidos de oposição política estavam os que constituíam a chamada ‘Chapa Única’ de São Paulo (a qual, em breve, na sua maioria, se aproximou do Governo); o partido Republicano Mineiro, o Libertador do Rio Grande e outros.” (FRANCO, 1974, p. 66).

²⁰ “[...] Partido Progressista (na Paraíba e em Minas Gerais; antes, em Minas houve o Partido Social Nacionalista); Partido Nacional (Alagoas); Partido Nacionalista (Rio Grande do Norte); Partido Socialista Brasileiro (ressuscitado em São Paulo); Partido Nacional Socialista (Piauí); Partido Popular (Rio Grande do Norte); Partido Popular Radical (Estado do Rio de Janeiro).” (SOARES, 1989, p. 179).

italiano – e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) – com objetivo de conceder uma aparência legal ao clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB). Estas organizações políticas tiveram alguns atributos em comum, por exemplo: o caráter nacional, a participação de massas populares em suas mobilizações, amplas críticas ao liberalismo, e o ideal do Estado nacional como intervencionista no modo de vida da população (Motta, 1999, p. 66-67).

Com poucos meses de funcionamento a ANL foi fechada em julho de 1935 (Motta, 1999, p. 71-72), em seguida foi efetuada pela organização (sem sucesso) um levante revolucionário nas capitais de Natal, Recife e do Rio de Janeiro (Motta, 1999, p. 72). A partir desta empreitada o governo Vargas impôs a prisão de vários participantes do partido. Tal ação foi justificada como uma possível conspiração comunista no país denominado como “Plano Cohen”, proporcionando condições para o fechamento de outras organizações políticas via o decreto-lei nº 37 (Franco, 1974, p. 75) – a AIB teve mais tempo de duração, sendo o único grupo político tolerado pelo governo até o ataque ao Palácio do Catete em 1938.

Em novembro de 1937 foi implantado o período conhecido como o “Estado Novo”, o período centralista autoritário de Vargas – mais uma vez outra Constituição foi formulada (1937). O regime Vargas, em busca de legitimação, criou a Legião Cívica Brasileira, mas de curta duração de funcionamento (Franco, 1974, p. 78).

2.2.4 Breve democracia pós-Segunda Guerra: os partidos entre 1945 a 1964

O final da Segunda Guerra Mundial gerou novos arranjos na política mundial, mas a rivalidade do capitalismo liberal *versus* comunismo autoritário impôs ao mundo somente duas esferas de influência. Na América o fim da guerra representou poucas possibilidades para persistirem regimes de inspiração fascista e condições para ocorrerem revoluções comunistas (ainda que tenha ocorrido a Revolução Cubana em 1959). Contraditoriamente, a recém-democracia instaurada no Brasil permitiu a legalização do PCB – a autorização chegou em decorrência do apoio do partido à campanha “queremista” em favor de Getúlio Vargas (Motta, 1999, p. 87).

O novo momento político mundial também resultou no apoio dos militares brasileiros (combatentes da Segunda Guerra Mundial) em favor da implantação de uma democracia liberal²¹. Porém, antes, em 1943 ocorreu o primeiro ato de oposição ao regime de Vargas por

²¹ “Um então jovem oficial, o Coronel Humberto de Alencar Castelo Branco, escrevia da FEB à esposa: ‘sei que o Brasil não pode continuar à mercê de ditaduras e comodores. Esta guerra vai resolver tudo isto, subverter todas

meio do Manifesto dos Mineiros – posteriormente influenciou na formação da União Democrática Nacional (UDN) (Chacon, 1981, p. 141) – que possibilitou que novos grupos de oposição se organizassem naquela ocasião (Souza, 1990, p. 63). Em 1945 foram convocadas eleições para ocorrerem no mesmo ano (Motta, 1999, p. 83), um curto período para organizar o país pela via democrática considerando o longo período de intervenção federal.

Entre as deliberações para a eleição estava à obrigação da filiação de todos os candidatos em partidos políticos. Contudo, esta determinação colaborava para que somente os partidos políticos da base Varguista se estruturassem rapidamente: o PSD se articulou por meio dos interventores nomeados pelo Governo central – ressalve uma oposição ao presidente Vargas constituída entre as bases de Minas Gerais e de São Paulo (Souza, 1990, p. 133). Também foi formado o PTB acomodado no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e nos sindicatos controlado pelo estado. Deste modo, o arranjo político favorecia o próprio ex-presidente Vargas e os partidos políticos alinhados com o ex-presidente, já que pelas regras definidas, as “sobras” para a representação parlamentar federal e estadual, beneficiava diretamente o PSD (ver Nicolau, 2012, p. 98-101), enquanto o alistamento dos eleitores *ex-officio* contribuiu para que as organizações empregadoras inscrevessem diretamente os eleitores influenciados pelo PTB.

O curto prazo para filiações dificultou a coordenação da UDN que se organizou junto de outros partidos para concorrer às eleições, entre as organizações estavam: o Partido Republicano, o Partido Libertador e a Esquerda Democrática (Nicolau, 2012, p. 115). Somam-se outras organizações partidárias com registro permanente junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enquanto outras dezesseis legendas tiveram seus registros cancelados. Das ocorrências dos partidos com o registro cancelado o caso do PCB foi o mais notório. A situação internacional muito influenciou na decisão para sua exclusão na política nacional, mas esta possibilidade já vinha sendo acenada (talvez pela própria concorrência no campo operário/sindical com o PTB²²). Os mandatos dos parlamentares comunistas foram cassados sendo marcadas novas eleições para ocupar as cadeiras em 1947.

essas cousas’. Era a impaciência de ver o Brasil atrás daquele liberalismo, em nome do qual os oficiais e soldados dos Estados Unidos lutavam [...]”. (FRANCO, 1974, p. 143).

²² “[...] Em março de 1946 o governo suspende as eleições sindicais, mantendo as diretorias ligadas ao PTB. O Partido Comunista [...] reage à nova situação, procurando formar organizações paralelas. Cria a CTB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil) em oposição à CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores) petebista. [...] É significativo, em face de esta sequência de acontecimentos, que os primeiros a pedirem a cassação do PC tenham sido elementos do PTB, especificamente Barreto Pinto e Hymalaia Virgulino.” (SOUZA, 1990, p. 118).

Entre os partidos aprovados, e que participaram das eleições entre 1945 e 1964, alguns tiveram força política apenas regionalmente, por exemplo: o PL (gaúcho), PR (mineiro) e o PSP (paulista) (Souza, 1990, p. 116).

As bibliografias sobre o período político entre 1945 e 1964 sugerem que as bases territoriais dos partidos políticos estavam distribuídas do seguinte modo:

- d) Os quadros do PSD estavam em maioria ligados aos interesses das áreas rurais do país – provavelmente esta configuração influenciou para a negação do partido em apoiar uma reforma agrária planejada pelo governo de João Belchior Marques Goulart (“Jango”);
- e) A UDN, herdeira dos ideais liberais dos movimentos Civilistas e da Reação Republicana ainda na Primeira República, tinha suas concepções integradas aos empresários e às camadas de classes médias urbanas;
- f) O PTB obtinha o apoio de setores da população urbana, os trabalhadores sindicalizados e suas organizações (Franco, 1974, p. 87-92) – ressalve que alguns dos membros do PCB se filiaram no PTB;
- g) Os outros partidos (PST, o PRT, o PTN e o PDC) tiveram forte base eleitoral em São Paulo (ver Cardoso, 1975, p. 49-53).

Figura 4 – Origem e formação dos partidos políticos no cenário político brasileiro entre o período de 1945 a 1965.

Elaboração do autor (2019).

A aliança entre o PTB e o PSD estabeleceu uma forte coalização eleitoral para derrotar sucessivamente a UDN nas campanhas presidenciais de 1945 (eleito Eurico Gaspar Dutra), de 1950 (eleito novamente Vargas) e de 1955 (eleito presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira). Todavia, na eleição de 1960 a UDN apoiou a eleição de Jânio da Silva Quadros (PTN) lançando como vice-candidato Milton Soares Campos, a aliança também foi formada pelo PDC/PR/PL. Já a principal chapa rival foi formada pelo Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (PSD) com o vice-candidato João Goulart (PTB). A eleição incluiu a participação de Adhemar Pereira de Barros (PSP) e de Fernando Ferrari (MRT).

Os eleitores nesta ocasião elegiam o Presidente da República e não necessariamente o vice da mesma chapa. Com cerca de 48% dos votos, Jânio Quadros foi eleito Presidente do Brasil junto do vice-presidente o candidato do PTB, João Goulart (36%) – a eleição dos dois candidatos foi encampada por alguns entusiastas com a denominada chapa “Jan-Jan”. No mesmo ano que assumiu a presidência da República (1961) Jânio Quadros renunciou ao cargo de presidente criando um embaraço político devido à possibilidade de seu vice assumir o cargo executivo – Jango era tido como simpático ao comunismo. Uma tentativa de parlamentarismo não resistiu aos movimentos legalistas para que Jango exercesse o mandato presidencial.

O aumento da pressão de grupos sindicalistas, de movimentos de estudantes e das ligas camponesas favorecia uma ampla política de reformas sociais, mas tais empreitadas não tinham apoio do Congresso Nacional, logo, o governo não contava com o apoio da maioria parlamentar para avançar nas propostas, principalmente sobre a reforma agrária (Motta, 1999, p. 105-106). No Congresso se formaram duas organizações suprapartidárias, uma de apoio às reformas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), e outra de oposição, a Ação Democrática Parlamentar (ADP) (Motta, 1999, p. 107). O constante conflito do governo Jango foi finalizado em 1964, um ano antes do fim de sua gestão (1965).

As razões da crise política terminaram no estabelecimento do regime militar que governou entre 1964:1985. São muitas as interpretações sobre as razões que levaram o país para o próximo período político, não sendo descartado o apoio dos governadores dos três maiores colégios eleitorais: Ademar de Barros (SP), Carlos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (MG) (Abrucio, 1998, p. 60). Outra argumentação sobre a crise de 1964 foi a diminuição da influência eleitoral do PSD e da UDN, com o PTB aumentando à preferência dos eleitores a cada pleito. Para alguns outros o fracionamento partidário na Câmara dos Deputados dificultou a governabilidade (ver Lamounier e Meneguello, 1986, p. 48-50). A tabela abaixo indica como o Congresso Nacional se configurou entre 1945 e 1964, destacando uma alta fragmentação partidária na Câmara dos Deputados em 1962.

Tabela 13 – Percentual dos deputados federais eleitos entre os partidos políticos nos pleitos da Câmara Federal de 1945 à 1962.

PARTIDOS	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	52,8%	36,8%	35,0%	35,3%	28,8%
UDN	29 %	26,6%	22,7%	21,5%	22,2%
PTB	7,7%	16,8%	17,2%	20,2%	28,4%
PSP	0,7%	7,9%	9,8%	7,7%	5,1%
PCB	4,9%				
Outros	4,9%	11,9%	15,3%	15,3%	15,5%

Fonte: Extraído de LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986, p. 121. e SANTOS, 2004, p. 732.

Existem outras importantes considerações sobre as razões para o fim do governo Jango, com quatro prováveis consensos sobre a conjuntura pré-1964: o fim do modelo substituição de importação como padrão econômico no Brasil; o conflito entre o tradicionalismo e o moderno; a perda de legitimidade política dos partidos; e a crise do centro político-partidário no Congresso Nacional²³ (Lamounier e Meneguello, 1986, p. 47). Entretanto, não deve ser desconsiderado o contexto geopolítico para a mudança no regime político brasileiro e em grande parte do continente.

2.2.5 Regime militar: o bipartidarismo no centralismo político entre 1964 a 1979

Um dos primeiros atos do “Comando Supremo da Revolução” foi impor o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que entre os objetivos: ampliou os poderes do Executivo; reduziu os poderes do Legislativo; suspendeu os direitos políticos e cassou os mandatos de parlamentares. Em seguida foram marcadas eleições para a Presidência da República com a condição de ser via Congresso Nacional. Em 11 de abril de 1964, Castelo Branco se tornou presidente do Brasil com o exercício do mandato previsto até o dia 31 de janeiro de 1966, contudo, por meio da Emenda Constitucional nº 8 foi prorrogado o mandato para março de 1967 (Nicolau, 2012, p. 104-105).

Em 1965 ocorreram eleições para Governadores e para surpresa dos militares os candidatos apoiados foram derrotados em cinco dos onze estados disputados, destes, em importantes colégios eleitorais: Minas Gerais e Guanabara. Como resultado desta derrota o governo de Castelo Branco determinou em outubro de 1965 o segundo Ato Institucional (AI-2) impondo que a escolha do Presidente da República seria exclusivamente via o Congresso Nacional (Nicolau, 2012, p. 106) – a partir de 1974 os presidentes eleitos foram por meio do Colégio Eleitoral composto por deputados federais, senadores e delegados eleitos nas Assembleias Legislativas.

Neste momento em diante algumas engenharias políticas foram implantadas pelo regime militar dificultando a organização da oposição. Em novembro (1965) o governo lançou o Ato Complementar nº 4 (AC-4) definindo que a formação dos novos partidos políticos obedeceria a premissa da filiação de no mínimo cento e vinte (120) deputados federais e de vinte (20) senadores com mandatos (Schmitt, 2000, p. 32). Com essa regra poderia existir até três partidos políticos, mas somente dois partidos foram constituídos.

²³ O surgimento do agrupamento progressista-reformista da Ala Moça dentro do PSD dividiu setores do partido (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986, p. 45-46).

A finalidade do regime militar foi concentrar em um único partido político o apoio ao governo e que oferecesse suficiente suporte às políticas aplicadas, sendo formada a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A oposição, fragilizada por conta do exílio de políticos e por divergências internas, se agrupou em uma mesma organização política, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – o governo militar ainda colaborou na formação do partido convencendo um senador a assinar a ficha de inscrição (Motta, 1999, p. 116-117).

A tabela abaixo indica o total de migração dos congressistas dos partidos políticos do período anterior (1946:1964) para a formação da ARENA e do MDB.

Tabela 14 – Filiação dos congressistas do antigo sistema político-partidário brasileiro, para a ARENA e no MDB.

Origem	ARENA			MDB		
	Câmara	Senado	Total	Câmara	Senado	Total
PSD	78	17	95	43	4	47
PTB	38	6	44	78	11	89
UDN	86	15	101	9	1	10
PSP	18	2	20	2	-	2
PDC	13	1	14	6	-	6
PTN	8	1	9	4	1	5
PRP	5	-	5	-	-	-
PL	3	2	5	-	-	-
PR	4	1	5	-	-	-
PRT	2	-	2	2	-	2
MTR	-	-	-	3	1	4
PST	2	-	2	-	-	-
PSB	-	-	-	2	1	3
S/ Partido	-	-	-	-	1	1
Total	257	45	302	149	20	169

Fonte: Extraído de SCHMITT, 2000, p. 35. Adaptado pelo autor (2018).

É nítido o amplo apoio recebido para a criação da ARENA por parte dos congressistas da UDN e do PSD – já existia uma proposta de unificação dos dois partidos em uma única organização (Chacon, 1981, p. 191). Quanto à formação do MDB, a maior parte dos congressistas era entre os “petebistas” e em menor quantidade participantes do PSD e da própria UDN. A configuração inicial dos dois partidos políticos ficou estabelecido no seguinte modo: o MDB contou com apenas vinte senadores e cento e quarenta e nove deputados federais; enquanto que a ARENA tinham quarenta e cinco senadores e duzentos e cinquenta e sete deputados – uma grande força política estabelecida em todo o território e na estrutura do poder nacional.

Ainda como resultado da derrota da eleição dos Governadores em 1965, o governo impôs em fevereiro de 1966 o terceiro Ato Institucional (AI-3)²⁴ encerrando as eleições diretas para os Executivos estaduais²⁵. Também foi decidido que os prefeitos das capitais e dos municípios definidos como de segurança nacional fossem nomeados pelos Governadores e referendados nas Assembleias Legislativas (Nicolau, 2012, p. 108). Em 1968 o presidente Artur da Costa e Silva deliberou que sessenta e oito municípios eram do tipo de segurança nacional, e até o fim do regime militar mais outros vinte e cinco municípios foram designados desta característica (Nicolau, 2012, p. 109).

As pesquisas bibliográficas apontam que a ARENA tinha uma maior representação de membros por parte dos setores rurais no país, enquanto que o MDB uma maior participação de advogados, profissionais de saúde, ensino e imprensa entre seus quadros (Fleischer, *apud in* Chacon, 1981, p. 200) – uma curiosa semelhança com as bases do Partido Conservador e do Partido Liberal ainda no período monárquico.

Entre os governos de Costa e Silva e de Emílio Garrastazu Médici o regime militar exerceu forte controle do Estado, período de um maior fortalecimento do autoritarismo. Esta conjuntura criou mecanismos de menor flexibilidade nas políticas descentralizadoras. Desta realidade, e do aumento do autoritarismo, o caminho guiado por algumas organizações foi pelas vias armadas²⁶. Alguns destes grupos surgiram entre as divisões internas do PCB – desde 1960 o “partidão” enfrentou algumas crises internas, surgindo de uma de suas cisões o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) sob inspiração maoísta – estas divisões divergiam quanto aos meios de luta: para alguns a via seria com os trabalhadores urbanos, para outros entre os camponeses (Ferreira Neto, 1989, p. 70).

Entre os opositores do regime militar que ainda tinham condições de se organizar politicamente, Carlos Lacerda iniciou uma articulação visando estabelecer uma frente de lideranças com o objetivo do retorno à normalidade constitucional. Juntaram-se à Lacerda os ex-presidentes Goulart e Kubitschek em uma “Frente Ampla” requerendo coordenar mudanças no cenário político brasileiro, contudo, em abril de 1967 a “Frente Ampla” foi cassada aumentando o autoritarismo do regime militar (Ferreira Neto, 1989, p. 68).

²⁴ Outro produto do AI-3 foi a criação da sublegenda – inspirado no sistema uruguaio – no caso, os dois partidos políticos poderiam concorrer com até três candidatos para as eleições majoritárias, mas seria eleito apenas aquele candidato que, do partido vencedor, obtivesse o maior número de votos (ver Nicolau, 2012, p. 108-109).

²⁵ “Os militares sabiam que, mais do que os partidos, o grande contrapeso à ação do Executivo Federal tem sido historicamente constituído pelos governadores.” (ABRUCIO, 1998, p. 64).

²⁶ Algumas destas organizações de cunho “revolucionário” que existiram foram: a Ação Nacional Libertadora sob a liderança de Carlos Marighela; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); a Política Operária (POLOP); o Movimento Revolucionário 8 de outubro; Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) (FERREIRA NETO, 1989, p. 70-71).

Em decorrência destes movimentos de oposição ao governo militar, principalmente ocasionado pela luta armada, em dezembro de 1968 foi sancionado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que consistiu ao Presidente da República o atributo de decretar o recesso parlamentar, limitar a liberdade civil, e encerrava com o *habeas corpus* para os acusados de crimes contra a segurança nacional. Neste conjunto de eventos as eleições passaram a ter um caráter plebiscitário.

No pleito de 1974 o MDB surpreendeu alcançando um bom desempenho eleitoral, conquistando: dezesseis vagas das vinte e duas disponíveis para o Senado, além da influência de cento e sessenta cadeiras (44%) na Câmara dos Deputados contra duzentos e quatro (56%) pertencentes a ARENA. Como pode ser visto na tabela abaixo o melhor desempenho eleitoral do MDB para as eleições do Congresso Nacional foi em 1974 sendo superado pela ARENA na eleição seguinte (em 1978).

Tabela 15 – Representação por partidos políticos nos pleitos de 1966 a 1978 para os cargos disponíveis no Congresso Nacional.

Partidos	1966		1970		1974		1978	
Senado Federal								
ARENA	19	82,6%	41	89,1%	6	27,3%	15	65,2%
MDB	4	17,4%	5	10,9%	16	72,7%	8	34,8%
Total	23	100%	46	100%	22	100%	23	100%
Deputados Federais								
ARENA	277	67,7%	223	71,9%	204	56,0%	231	55,0%
MDB	132	32,3%	87	28,1%	160	44,0%	189	45,0%
Total	409	100%	310	100%	364	100%	420	100%
Deputados Estaduais								
ARENA	731	67,9%	493	70,3%	457	58,1%	492	58,2%
MDB	345	32,1%	208	29,7%	330	41,9%	354	41,8%
TOTAL	1076	100%	701	100%	787	100%	846	100%

Fonte: Extraído de TSE. Adaptado pelo autor (2018).

Uma das razões para o bom desempenho eleitoral do MDB em 1974 foi exercer uma oposição mais crítica ao governo, também houve um maior envolvimento do partido com setores da sociedade como sindicatos e entidades estudantis, e uma eficiente campanha eleitoral por meio das propagandas televisionadas (Motta, 1999, p. 122). Por este último motivo o governo militar criou em 1976 a Lei nº 6339/76 (Lei Falcão) impondo aos partidos políticos a obrigação de apresentarem seus candidatos aparecendo somente o nome, o número e um breve currículo (Abrucio, 1998, p. 88).

Os estudos de Lamounier e de Cardoso (1975) contribuíram para a análise eleitoral de 1974 associando o resultado eleitoral no território – ainda que apenas no município de São Paulo. Em linhas gerais foram apontados que:

- h) Houve uma preferência dos eleitores da classe alta e média por Carvalho Pinto, enquanto nas faixas mais pobres o candidato Orestes Quércia teve melhores resultados;
- i) Os mais idosos e socioeconomicamente mais elevados optaram pelo “arenismo”; enquanto o “emedebismo” foi favorecido entre os mais jovens e socioeconomicamente menos privilegiados.
- j) Aumentou uma opinião pública que existia um partido popular-reformista de oposição ao regime militar, e não que apenas concordava as ações do governo;
- k) O MDB teve um voto de legenda de 38,3% na eleição da Câmara Federal e de 34,1% na Assembleia Legislativa; enquanto a ARENA 14,6% na Câmara Federal e 14,7% nos deputados estaduais.

Como também pode ser visto na tabela, o MDB vinha melhorando seu desempenho nos pleitos das Assembleias Legislativas, logo, seria questão de tempo para o partido influenciar o resultado das eleições indiretas para Governadores. Em consequência, o governo militar lançou o “Pacote de abril de 1977”²⁷ determinando que a composição do Colégio Eleitoral seria com a participação dos deputados estaduais e da representação dos Municípios (Abrucio, 1998, p. 88-89).

Na conjuntura geopolítica o presidente estadunidense Jimmy Carter empreendeu uma política externa voltada para as questões dos direitos humanos exigindo do regime militar uma maior flexibilização nos controles autoritários internos (Chacon, 1981, p. 189) – esta ação do governo estadunidense também tinha como objetivo conter o governo brasileiro no programa nuclear associado com a Alemanha – como resultado, o governo brasileiro revogou em dezembro de 1978 o AI-5 (Lamounier e Meneguello, 1986, p. 73).

Diante da junção de forças políticas internas (contrárias ao regime militar) e da conjuntura externa (a geopolítica e a econômica internacional desfavorável), os resultados eleitorais fragilizavam o caráter plebiscitário do regime militar obrigando uma série de medidas visando restabelecer o processo de participação civil na política brasileira; contudo, sem antes o regime militar reforçar suas tradicionais bases políticas e enfraquecer a oposição.

²⁷ Ainda sobre o Pacote de Abril de 1977: foi alterado o número de representantes dos estados na Câmara Federal de “eleitores” para o de “população”; criação do cargo dos Senadores biônicos; aumentou o quórum constitucional para criação de emendas parlamentares; a Lei Falcão foi mantida para o pleito de 1978 (ver Abrucio, 1998, p. 89).

2.3 Golbery, diástole e sístole na política nacional

Como abordado anteriormente, é recorrente na história da política brasileira a discussão sobre as tendências de centralização e descentralização política, neste mesmo entendimento Golbery de Couto e Silva explanou no primeiro capítulo de sua obra intitulando: “sístole e diástole na vida dos Estados”. Partindo de uma analogia biológica, Golbery relacionou os batimentos cardíacos com as circunstâncias vividas na história política dos Estados – “[...], como que pulsa, vivo, o coração do Estado, na sequência interminável de diástole e sístole – sujeita como tal a arritmias, isquemias e enfartes, bradi e taquicardias, quanto não a fibrilações altamente perigosas.” (COUTO E SILVA, 1981, p. 21). Esta afinidade foi baseada nas oportunidades que a administração do Estado nacional ora pende para a centralização política (sístole), ora para a descentralização política (diástole).

Diante desta observação – centralização / descentralização – “o mago” advertiu o regime militar em conduzir o país para uma democracia civil-liberal antes de ocorrer um rompimento abrupto com o poder centralizado. Todavia, já existia um planejamento para instauração da democracia civil ainda no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969:1974). Por meio dos conselhos do cientista político estadunidense Samuel Phillips Huntington, o regime militar vinha esboçando uma descompressão gradual da centralização autoritária²⁸ – implantada somente no governo de Ernesto Beckmann Geisel (1974:1979).

Em uma entrevista concedida em 1982, Golbery afirmou que a distensão política deveria ter sido executada durante o crescimento econômico do país (Rago Filho, 2008, p. 12-13) – justamente no período do governo Médici – o regime militar poderia ter aproveitado o “milagre (econômico) brasileiro” para captar o apoio popular na ascensão da democracia civil (Couto e Silva, 1981, p. 30-31). Segundo Golbery, a crise econômica dos anos 1970 acelerou a transição política brasileira (Couto e Silva, 1981, p. 25). Neste período surgiram oposições ao governo Geisel tanto à direita como à esquerda, sendo que: à direita estavam os que se auto intitulavam revolucionários legítimos; e à esquerda permaneciam os subversivos, os contestadores, insatisfeitos e os saudosistas (Couto e Silva, 1981, p. 27).

Em sua observação, o governo tinha de se fixar em uma posição estratégica ao centro, já que a eliminação de um dos grupos criaria uma única frente opositora não permitindo mais a

²⁸ “No dia 29 de março de 1982, em ‘Os conselhos do doutro Huntington, de Médici à abertura’, título de sua coluna ‘De Brasília’ do Jornal da Tarde, o jornalista José Márcio Mendonça, revela-nos um surpreendente documento escrito para a ditadura Médici, por solicitação de Leitão de Abreu, que traça as possibilidades de um *projeto de auto reforma* do regime militar: a transição pelo alto planejada por Samuel Huntington.” (RAGO FILHO, 2008, p. 1).

flexibilidade de manipular a oposição (Couto e Silva, 1981, p. 27). Mesmo assim, para Huntington o caso brasileiro foi um exemplo da transição de um regime militar para uma democracia civil.

Brazil is perhaps the most striking example of democratization introduced from above by a military elite that realized and indeed supported the need to move toward democracy.' In 1973 Brazil was a military dictatorship; in 1985 it was a democracy. The genius of the Brazilian transition is that it is virtually impossible to pinpoint the time during the twelve years in between when Brazil stopped being a dictatorship and became a democracy. The Brazilian transition to democracy was in many respects a masterpiece of obfuscated incrementalism. Political science played a modest role in this process. The military leadership that guided the transition was aware of the experiences of other countries and sensitive to the need first to encourage "decompression" (distensão) and the "opening" (abertura) of their society so as to minimize the probability of extreme polarization and violent upheaval and second to proceed with changes incrementally, often on a two-steps-forward-one-step-backward basis and thus to make democratization, as President Geisel put it, "slow, gradual, and sure". (HUNTINGTON, 1988, p. 7).

De acordo com o politólogo estadunidense os governos deveriam se atentar justamente nos períodos de maior estabilidade econômica, isto porque neste instante existiriam tensões motivadas nas desigualdades de renda. Para Huntington, as tensões políticas estão relacionadas em uma tríade: sociedade-economia-política (Mello, 2010), desse modo, os conceitos “modernização social” e “desenvolvimento político” estão distantes. Em seu entendimento, a modernização das sociedades (oriundos do crescimento econômico) causaria instabilidades políticas pelo fato das satisfações e necessidades terem de ser supridas constantemente (Mello, 2010, p. 103). Já a estabilidade política estava vinculada com a criação de sólidas instituições e procedimentos (Mello, 2010, p. 105 e Lemos, 2014, p. 565).

Em verdade, a preocupação de Huntington foi quanto à governabilidade dos países denominados como “democracia de terceira onda”, já que no contexto de Guerra Fria aumentavam os riscos de ingovernabilidade, logo, o foco era a preservação da ordem (Fiori, 1997, p. 35-36). Huntington associou as sociedades modernas navegando como uma “vela” seguindo em direção à decadência política; enquanto as sociedades coesas eram aquelas que os cidadãos tinham lealdades com o Estado via suas instituições, ou seja, estas últimas sociedades navegavam com “âncoras” (as instituições) (Mello, 2010, p. 106).

Sabemos que Huntington exerceu grande prestígio na estratégia de descompressão política do regime militar – visitou o Brasil cerca de seis vezes entre 1960 e 1974 (ver Lemos, 2014) –

assim como também exerceu influência no pensamento de Golbery²⁹. Mas para o general brasileiro as tensões políticas eram influenciadas nas tendências de centralidade/descentralidade originadas nos campos da política, da economia e da cultura. Estas tensões ocorrem de forma acelerada ou desacelerada com ritmos esquematizados como de movimentos ondulatórios perpetrando diferentes pressões nos respectivos campos (Couto e Silva, 1981, p. 15-17).

Como também comentado tais impressões são frutos das características que fundaram o Federalismo e a República brasileira, portanto, são particularidades da própria formação da sociedade. A diástole/sístole exemplificada por Golbery são elucidações que explicaram a história brasileira em constantes movimentos de centrifugismo e de centripetíssimo. Esta linha de pensamento foi referenciada na obra de Oliveira Viana (1923) que influenciou uma série de estudos sobre a política nacional. Em seu entendimento, somente existiria sentido de consolidar partidos políticos quando houvesse uma opinião pública organizada (Lamounier, 1975, p. 17).

A centralização/descentralização são conjunturas que compreendem distintos modos de organização partidária, respectivamente, enquanto um viés valoriza o antipartidarismo em benefício do centralismo autoritário, o outro viés afrouxa as regras de representações partidárias.

Alguns pesquisadores sugerem que o excesso de partidos políticos no Brasil está relacionado ao tipo de sistema eleitoral adotado (presidencialismo multipartidário), com as obras de Maurice Duverger e de Giovanni Sartori sintetizando esta afinidade (ver Guarnieri, 2015). No entanto, existem outras explicações para o fortalecimento do multipartidarismo brasileiro. Isto porque a fragilidade do sistema partidário pode obedecer a outros interesses, já que o multipartidarismo prejudica os próprios partidos políticos na contraposição de um personalismo político eleitoral (Mainwaring, 1991, p. 48-56)³⁰.

Assim sendo, a estratégia de Golbery consistiu em utilizar a Lei nº 6.767/79 (Brasil, 1979) para dividir a oposição em vários partidos políticos e solidificar o partido governista em um único bloco partidário.

²⁹ “Quem quiser entender hoje o projeto político do governo Figueiredo precisa conhecer um trabalho do cientista político norte-americano, o professor de Harvard, Samuel Huntington. O estudo ‘Abordagens da Descompressão Política’ foi preparado a pedido de Leitão de Abreu, quando o atual chefe do Gabinete Civil ocupava a mesma função no governo Médici e Huntington foi trazido a Brasília para uma conversa no Palácio do Planalto.” (Mendonça apud in RAGO FILHO, 2008, p. 4).

³⁰ Por exemplo, no início da redemocratização, Tancredo Neves diferenciava “seu” MDB daquele que seria o de Miguel Arraes, e ainda, Leonel Brizola, em seu retorno do exílio, já articulava criar seu próprio partido político (Chacon, 1981, p. 198).

A estratégia recomendaria [...] pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas, em relação às quais voltasse a ser possível levar a cabo novo tipo, mais ampliado, da mesma manobra em posição central que fora penhor do êxito alcançado na fase anterior. (COUTO E SILVA, 1981. p. 28).

[...], cuidar-se-á de consolidar e, se possível ampliar as próprias forças, mantendo sempre dissociada a frente oposicionista, já agora, também, pelo atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais exequível quanto mais nossos propósitos, sinceros, de liberalização democrática incluam muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado, numa hábil e esclarecida manobra de cooptação por partes. (COUTO E SILVA, 1981, p. 34).

Em uma primeira análise a estratégia de Golbery foi eficiente, pois da oposição (MDB) surgiram outros cinco partidos políticos, enquanto o partido governista (ARENA) permaneceu unido em um único bloco partidário. Na tabela abaixo constam os novos partidos políticos e a configuração das bases parlamentares do Congresso Nacional via o MDB e ARENA.

Tabela 16 – Distribuição do MDB e da ARENA nos novos partidos políticos a partir do Congresso Nacional de 1980.

Câmara dos Deputados								
Partidos	PDS	PMDB	PP	PDT	PT	PTB	S/ Partido	Total
ARENA	193	6	28	-	-	3	1	231
MDB	22	109	41	10	5	1	1	189
Senado Federal								
ARENA	35	2	4	-	-	-	-	41
MDB	1	20	4	-	-	-	1	26
TOTAL	251	137	77	10	5	4	3	487

Fonte: Extraído de SCHMITT, 2000, p. 51. Adaptado pelo autor (2019).

Da ARENA apenas trinta e sete deputados federais e seis senadores migraram para os outros partidos políticos (principalmente para o PP), enquanto a maioria seguiu a estratégia de Golbery em consolidar o PDS em um único partido – perdeu apenas 7,7% da bancada original da ARENA. Quanto ao MDB, vinte e dois deputados e um senador migraram para o PDS, enquanto outros cinquenta e sete deputados federais e quatro senadores se distribuíram entre os outros partidos políticos (PP, PDT, PT e PTB).

O primeiro teste da distensão política planejada pelo regime militar ocorreu na eleição de 1982 com a disputa eleitoral para os cargos de Deputados Federais, Senado Federal, de Governadores, Assembleias Legislativas estaduais, e ainda as eleições municipais para as prefeituras e vereadores em todos os municípios (exceto de casos das capitais, zonas de segurança nacional e as estâncias hidrominerais). Mesmo assim o regime militar determinou que os partidos políticos tivessem que apresentar candidatos para todos os cargos disputados,

favorecendo apenas o PDS e o PMDB que já mantinham estruturas estaduais organizadas. Também foi decidido que os eleitores teriam de votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos (“voto vinculado”) para que fosse contabilizado como voto válido, caso contrário o voto seria anulado (Nicolau, 2012, p. 116-117).

Na eleição de governadores e de senadores o PMDB e o PDT venceram nos três estados mais importantes do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo estes partidos de oposição conquistado o poder nos três maiores colégios eleitorais do país, controlando cerca de: três quartos do PIB, 75% do ICM e influenciando 56,5% do eleitorado (Abrucio, 1998, p. 94). Nas Assembleias Legislativas a oposição também conquistou a maioria nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Espírito Santo.

Desse modo, Franco Montoro, Tancredo Neves e Leonel Brizola, controlavam juntos a maioria das respectivas bancadas nas Assembleias Legislativas e mantinham algum grau de influência sobre os municípios – as bases do Colégio Eleitoral para eleger o Presidente da República em 1985.

Na consolidação do período de descentralização política ocorreu um debate sobre as possibilidades de surgir um novo período de centrifugismo. Mas a Constituição de 1988 concedeu amplos poderes aos governadores fortalecendo o Federalismo³¹ – ao menos até a implantação do Plano Real em julho de 1994 (ver Capítulo 4).

³¹ “[...] as regras estabelecidas pela Constituição de 1988 destruíram o antigo modelo de federalismo. Em seu lugar surgiu um federalismo estadualista, que tornou os governadores ‘barões da Federação’, com forte influência no plano nacional, graças ao controle exercido sobre as bancadas estaduais na Câmara Federal.” (ABRUCIO, 1998, p. 107).

CAPÍTULO 3 – DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ELEITORAL DO PT E DO PSDB

A finalidade deste capítulo é acompanhar a evolução eleitoral e a expansão dos cargos conquistados do PT e PSDB a partir dos pleitos de 1982. Infelizmente não são todas as informações eleitorais que estão disponibilizadas no TSE, de modo que: os pleitos de 1982, 1985, 1988 e 1992 não constam elementos para a tabulação; as eleições de 1986 e 1990 possuem informações somente no nível estadual; e a eleição de 1994 possui dados no nível municipal de alguns estados. A alternativa foi recorrer às informações disponíveis em notícias de jornais para cada período, considerando que as publicações priorizam análises somente de alguns recortes territoriais.

A primeira seção está dividida no exame do crescimento gradual dos dois partidos: na primeira subseção observam-se os pleitos ocorridos ao longo da década de 1980; na subseção seguinte são avaliadas as eleições municipais de 1992, 1996 e 2000; e na última subseção é comparado o total dos cargos conquistados para o Congresso Federal, e o executivo e legislativo estadual entre 1990 e 2002.

Na segunda seção deste capítulo é revisado o desenvolvimento dos dois partidos por um viés geopolítico. Por meio dos ganhos de cargos e da consolidação eleitoral em determinadas localizações são revistos como ambas instituições se viabilizaram eleitoralmente, logo, uma visão estratégica de cada partido para conquistar o principal objetivo: a presidência da República.

3.1 Desenvolvimento eleitoral do PT e PSDB

Esta seção examina como o PT e o PSDB se consolidaram no cenário político e eleitoral brasileiro. Entre ambos, o PT foi constituído primeiro em fevereiro de 1980 composto principalmente por sindicalistas, intelectuais e membros da igreja católica (Leôncio Martins, 2001). Quanto ao PSDB, se formou em junho de 1988 reunindo políticos filiados originalmente no PMDB.

Deve ser ressaltado que ambos os partidos se constituíram com bases políticas e eleitorais em São Paulo: o PT com raízes no município de São Bernardo do Campo recebeu a filiação de alguns políticos com cargos legislativos federais (ver tabela 16). O PSDB foi constituído com uma base formada de senadores, deputados e governadores, também oriundos de Minas Gerais, Paraná e Ceará.

Segundo José Luiz Fiori (2015), em artigo publicado no jornal Valor Econômico, a origem estadual de ambos os partidos não foi somente uma coincidência territorial, seguiu a orientação de um projeto democrático paulista, anti-estatista e antinacionalista. Não obstante, a rivalidade entre os dois partidos políticos (sobretudo a partir de 2002) o politólogo Christian Edward Lynch comparou a concorrência entre ambos como semelhante a que existiu entre “saquaremas” e “luzias” no século XIX (ver Capítulo 2). Vale lembrar ainda que Singer (2000) apontou reuniões dos dois partidos entre 1989 e 1993 com tentativas de criar vindouras alianças políticas; inclusive com o ensaio de unificação (Suassuna e Novaes, 1994 *in* SINGER, 2000, p. 92-93, nota de rodapé).

Certamente tais relações merecem maiores elucidações. No entanto, estas analogias e recordações nos revelam afinidades e diferenças entre ambos os partidos. Com o objetivo de examinar o desenvolvimento e o crescimento do PT e do PSDB, nas próximas subseções são revistos os caminhos da consolidação eleitoral dos dois partidos. A primeira parte explora a eleição de 1982 e segue até o pleito presidencial de 1989; em seguida são revistos os resultados dos dois partidos nas eleições municipais no decorrer da década de noventa; e por último um comparativo do total de cargos conquistados para o Congresso Federal, governadores e de deputados estaduais.

3.1.1 Caminhos iniciais

Em 1982 foram realizadas as primeiras eleições com a participação dos cinco novos partidos constituídos a partir da Lei nº 6.767/79 (ver Capítulo 2), sendo disputadas vagas para os cargos: do Congresso Federal, Governadores estaduais, Assembleias Legislativas, prefeituras e câmara de vereadores (exceto das capitais, zonas de segurança nacional e estâncias hidrominerais).

O PT elegeu o total de treze deputados estaduais (nove em São Paulo, dois no Rio de Janeiro e um único nos estados de Minas Gerais e do Acre); oito deputados federais (seis em São Paulo, e um único nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais); e também seu primeiro prefeito, Gilson Menezes em Diadema (SP). Ainda que o PSDB não tenha se constituído formalmente, algumas personalidades do futuro partido foram eleitas: André Franco Montoro (governador) e Fernando Henrique Cardoso (senador), ambos por São Paulo.

Entretanto, para o cargo de Governadores, o PMDB venceu em nove estados enquanto o PDS em outros doze estados. Diante deste resultado, o jornalista Flávio Tavares do Estado de

São Paulo³² relatou que professores da Universidade de São Paulo (USP) daquela ocasião observaram um avanço no território dos partidos de oposição ao governo militar a partir de uma perspectiva geopolítica:

[...] partido do Paraná, subindo por São Paulo, Rio e Espírito Santo, entrando em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás e chegando ao Acre, Amazonas e Pará, as forças da oposição ocupariam uma área geográfica em condições de, num verdadeiro movimento de pinças, isolar politicamente o governo federal em Brasília. (TAVARES, 1982, Brasil, p. 7).

O jornalista ponderou sobre os efeitos que estes ganhos teriam politicamente, isto porque, vide a pouca autonomia estadual frente à expressiva centralidade política do período, ele questionou o quanto que o poder conquistado da oposição teria condições de “cercar” Brasília. A figura do mapa abaixo ilustra os partidos vencedores para o cargo de Governador em cada estado no pleito de 1982.

Mapa 5 – Resultado final da eleição para governadores em 1982.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

³² TAVARES, Flávio, Lições da geopolítica, **O Estado de São Paulo**. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19821125-33041-nac-0007-999-7-not>>.

Ressalte que o PDS havia conquistado a maioria do colégio eleitoral, o suficiente para determinar o próximo presidente (Kinzo, 2001, p. 6). No entanto, para responder ao jornalista deve ser recordado que os governadores de São Paulo (André Franco Montoro), Minas Gerais (Tancredo de Almeida Neves) e Rio de Janeiro (Leonel de Moura Brizola) controlaram juntos “três quartos do PIB e aproximadamente 75% do ICM recolhido por todos os estados [...] PMDB e PDT se tornaram governantes de 56,48% da população brasileira” (Ferreira Filho, 1983 *in* ABRUCIO, 1998, p. 94). Também foi importante a atuação destes governadores em favor da campanha da redemocratização: Montoro liberou as catracas do metrô para as manifestações das “Diretas-Já” (Abrucio, 1998, p. 98); e Tancredo Neves foi o presidente eleito indiretamente no Colégio Eleitoral de 1985 (falecendo antes da posse).

Passados quatro anos, em 1986 ocorreram novas eleições para o Congresso Federal, e o executivo e legislativo estadual. O governo federal estava sob a presidência de José Sarney de Araújo Costa (ex-governador e senador do Maranhão) e acabava de ter implantado o plano Cruzado em uma tentativa de diminuir a inflação. Foi definido que todos os eleitos para o Congresso Federal de 1986 comporiam a Assembleia Nacional Constituinte em 1987 acumulando as funções de congressistas e de constituintes.

Com um bom desempenho do plano econômico do governo de José Sarney, o PMDB elegeu a grande maioria dos governadores (apenas no Sergipe foi eleito um governador do PFL). Um predomínio eleitoral que no período foi identificado como um amplo apoio da população ao projeto econômico do governo federal. Em São Paulo foi eleito Orestes Quércia que, deste respectivo resultado, houve uma cisão no partido culminando na fundação do PSDB dois anos mais tarde.

Acompanhando os resultados da base que viria a constituir o PSDB foram eleitos senadores por São Paulo (FHC e Mário Covas Júnior) e o governador do Ceará (Tasso Ribeiro Jereissati). O PT por sua vez ampliou sua base de deputados federais para dezesseis eleitos (todos da região Sudeste), entre os quais Luís Inácio Lula da Silva. Também aumentou para trinta e nove deputados estaduais, mas não elegeu nenhum senador e governador.

Tabela 17 – Total de Deputados Federais e Estaduais eleitos pelo PT em 1986.

Estados	Deputados Federais	Deputados Estaduais
São Paulo	10	10
Rio de Janeiro	2	4
Minas Gerais	3	5
Espírito Santo	1	3
Paraná		1
Santa Catarina		1
Rio Grande do Sul		4

Estados	Deputados Federais	Deputados Estaduais
Bahia		1
Sergipe		2
Pará		2
Rondônia		2
Goiás		2

Fonte: Extraído de TSE. Adaptado pelo autor (2019).

Nas eleições municipais de 1985 o PT havia conquistado novamente uma única prefeitura, todavia uma capital: Fortaleza, com Maria Luiza Fontenele (posteriormente filiada no PSB). Já o PMDB foi derrotado com o candidato FHC na concorrência da prefeitura de São Paulo contra o ex-presidente Jânio Quadros (PTB), um resultado surpreendente vide o avanço que o partido vinha obtendo na capital desde 1974 (Limongi e Mesquita, 2008, p. 52).

Para os pleitos de 1985/1986 o sociólogo Antônio Flávio Pierucci identificou uma geografia do voto “janista” na capital: “raízes bem fincadas em setores sociais determinados na região metropolitana [...] situados na velha periferia ao Norte e ao Leste de São Paulo” (PIERUCCI, 1986). Estas são as regiões que não elegeram FHC para a prefeitura, e os locais que o autor identificou uma presença do conservadorismo paulistano.

Entretanto, no pleito municipal de 1988 o PT venceu a eleição com a candidata Luiza Erundina de Souza (29,8%) ficando em segundo lugar justamente o ex-governador do estado, Paulo Salim Maluf (24,4%). Esta eleição foi à primeira que o PT e PSDB participaram juntos, o candidato “tucano” José Serra ficou em quarto lugar (5,5%) atrás de João Leiva do PMDB (14,1%). O saldo final foi positivo para os dois partidos: os “petistas” elegeram dezesseis vereadores e o PSDB cinco vereadores.

O PT também obteve um bom desempenho eleitoral em outras capitais, conquistando as prefeituras de Porto Alegre com Olívio de Oliveira Dutra e em Vitória com Vitor Buaiz. Em Belo Horizonte o PSDB elegeu João Pimenta da Veiga Filho (37%) e o PT ficou na segunda colocação com Virgílio Guimarães de Paula (31%).

Nos outros municípios paulistas o PT obteve um bom saldo eleitoral vencendo nas prefeituras de Santos (com Telma Sandra Augusto de Souza com 25,5%) e em Campinas (com José Bittar com 31,8%). Essas vitórias “petistas” (incluindo outros municípios) foram consideradas como uma derrota do governador Orestes Quércia e do senador Ulisses Silveira Guimarães (presidente da Assembleia Nacional Constituinte). Por certo, as derrotas do PMDB em relevantes municípios indicaram que em 1989 a eleição seria marcada exatamente como um voto anti-PMDB (vide a alta inflação do período).

No dia do centenário da Proclamação da República ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais. O pleito de 1989 contou com a participação de vinte e um candidatos (ver tabela abaixo) com o total de 81.983.579 eleitores aptos para votar.

Tabela 18 – Resultado eleitoral do primeiro turno da eleição presidencial de 1989.

Candidatos	Partido	Votos	Percentual
Fernando Affonso Collor de Mello	PRN	20.611.030	30,5%
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	11.622.321	17,2%
Leonel de Moura Brizola	PDT	11.167.665	16,5%
Mario Covas Júnior	PSDB	7.790.381	11,5%
Paulo Salim Maluf	PDS	5.986.585	8,9%
Guilherme Afif Domingos	PL	3.272.520	4,8%
Ulysses Silveira Guimarães	PMDB	3.204.996	4,7%
Roberto João Pereira Freire	PCB	769.117	1,1%
Antônio Aureliano Chaves de Mendonça	PFL	600.821	0,9%
Ronaldo Ramos Caiado	PSD	488.893	0,7%
Affonso Alves de Camargo Netto	PTB	379.284	0,6%
Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	360.578	0,5%
José Alcides Marronzinho de Oliveira	PSP	238.408	0,4%
Paulo Gontijo	PP	198.710	0,3%
Zamir José Teixeira	PCN	187.164	0,3%
Lívia Maria Ledo Pio de Abreu	PN	179.925	0,3%
Eudes de Oliveira Mattar	PLP	162.343	0,2%
Fernando Paulo Nagle Gabeira	PV	125.844	0,2%
Celso Teixeira Brant	PMN	109.903	0,2%
Antônio dos Santos Pedreira	PPB	86.107	0,1%
Manoel Antônio de Oliveira Horta	PDCdoB	83.291	0,1%
Armando Corrêa da Silva	PMB	-	0,0%

Fonte: Extraído de TSE. Adaptado pelo autor (2019).

Conforme indicado na tabela acima, a segunda colocação ficou com o candidato Lula (11.622.321 votos e 17,2% dos votos válidos). Destaque que no primeiro turno o PT recebeu votos em Pernambuco (33,6%), no Distrito Federal (29%) e na Bahia (26%). O PSDB ficou na quarta colocação com Mário Covas (7.790.381 votos, 11,5% dos votos válidos); seus melhores resultados eleitorais foram em São Paulo (22,7%), no Ceará (18,3%) e também no Distrito Federal (17,8%).

Relevante registrar a expressiva votação do candidato do PDT, Leonel Brizola (11.163.869 votos, 16,5% dos votos válidos), com votos concentrados praticamente nos estados de Santa Catarina (26,2%), Rio Grande do Sul (62,7%) e Rio de Janeiro (52,1%) – estes dois últimos

estados governados anteriormente pelo candidato – Brizola ficou em terceiro lugar com uma diferença de apenas 454.656 votos contra Lula (segundo lugar).

O principal destaque foi para a votação do primeiro turno de Collor (20.611.030 votos, 30,5% dos votos válidos), com ótimo saldo eleitoral nos estados de Alagoas (64,4%), Roraima (59,7%), Tocantins (57,1%), Mato Grosso do Sul (53,2%) e Pará (52%).

O segundo turno foi disputado entre Collor (35.051.631 de votos, 53% votos válidos) e Lula (31.050.953 dos votos, 47% votos válidos). Ver figura do mapa abaixo.

Mapa 6 – Resultado final da eleição presidencial de 1989 por estados.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Como pode ser visto na figura do mapa acima, Collor recebeu significativa votação nos estados da região Norte e Centro-Oeste – certa correspondência com a observação de Terron (2009) sobre a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas (ver Capítulo 1) – além de um grande número de votos nos estados de Alagoas, Sergipe, Maranhão e Paraná.

Em Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, e no restante da região Nordeste (com exceção de Pernambuco), Collor também conquistou uma ampla vantagem de até 60% do total de votos válidos. Nas regiões Sul e Sudeste houve uma grande adesão dos setores conservadores em favor do candidato do PRN, além do apoio do candidato Paulo Maluf em favor de Collor influenciando os eleitores paulistas (Jacob *et al.*, 2010, p. 34-35).

Quanto a Lula, recebeu apoio no segundo turno do PDT e do PSDB. Conforme a figura do mapa acima a vantagem de votos se consagrou somente nos estados do Rio de Janeiro (72,9%) e do Rio Grande do Sul (68,7%) – influência direta da colaboração prestada por Brizola.

Em discordância da razão de um possível voto ideológico na eleição de 1989 oriundos dos estudos de Singer (2000), o politólogo David Verge Fleischer (1990) avaliou que os motivos partidários foram pouco decisivos na definição deste pleito. Para o autor, o fator rural e urbano foram cruciais para definir o voto no segundo turno desta eleição (Fleischer, 1990, p. 21). De outro modo, enquanto Collor foi beneficiado eleitoralmente no interior do país, Lula obteve um melhor resultado nas áreas industrializadas (Jacob *et al.*, 2000).

Este foi o cenário político final da década de 1980. A seguir a contextualização dos pleitos municipais de 1992, 1996 e 2000 com ênfase nos resultados conquistados por PT e PSDB nas capitais. Em seguida, comparados o total de eleitos para o Congresso Federal, e os governos estaduais e Assembleias Legislativas entre 1990 e 2002 para ambos os partidos.

3.1.2 Resultados nos pleitos municipais

As eleições municipais de 1992 foram as primeiras a serem disputadas com a possibilidade de existir um segundo turno entre os candidatos. Deve ser recordado que no dia do primeiro turno (2 de outubro) ocorreu na capital paulista o “massacre do Carandiru”, sendo assassinados cento e onze detentos. No mesmo ano também tinha sucedido o *impeachment* de Collor com o então vice-presidente Itamar Franco tomado a posse.

Os paulistanos elegeram no segundo turno Paulo Maluf (48,8%) do PDS vencendo o candidato do PT, Eduardo Matarazzo Suplicy (30,6%). No primeiro turno o candidato do PSDB (Fábio José Feldmann) ficou em quarto lugar atrás do candidato, vice-governador do estado, Aloysio Nunes Ferreira (PMDB). O PT também perdeu a eleição no segundo turno na capital fluminense com Benedita Sousa da Silva Sampaio (48,1%) contra o candidato do PMDB, César Epitácio Maia (51,8%); o candidato do PSDB (Sérgio Cabral Filho) obteve somente 1,8% dos votos válidos.

Contudo, em Belo Horizonte e Porto Alegre os “petistas” venceram a eleição com, respectivamente, Patrus Ananias de Sousa (50%) e Tarso Fernando Herz Genro (60,5%). E em Salvador os “tucanos” venceram com Lídice da Mata e Souza (47%) coligado com o PT. Nas outras capitais o destaque foi para as vitórias do PSDB em: Vitória (Paulo César Hartung Gomes), Teresina (Raimundo Wall Ferraz), Macapá (João Bosco Papaléo Paes) e Porto Velho (José Alves Vieira Guedes). O PT venceu apenas em Goiânia (Darci Accorsi) e em Rio Branco (Jorge Ney Viana Macedo Neves).

O jornal do Estado de São Paulo publicou no dia 17 de novembro daquele ano um saldo das prefeituras vencidas nas capitais por cada partido (ver figura abaixo).

Figura 5 – Total de capitais por partidos em 1992.

Fonte: Extraído do jornal Estado de São Paulo.

Enquanto na eleição municipal de 1988 o PT havia sido o destaque, sobretudo por ter vencido em São Paulo, em 1992 o saldo positivo foi em benefício do PSDB (elegeu prefeitos em cinco capitais). No entanto, se na ocasião das vitórias “petistas” cresceram análises de uma possível “onda de esquerda do país”, nesta última ocasião os exames observaram uma tendência do voto da direita no país (devido à eleição de Maluf).

Em verdade a vitória “petista” em 1988 se concretizou por causa do apoio nos últimos dias da campanha dos setores do PMDB e PSDB em favor de Luiza Erundina (Limongi e Mesquita, 2008, p. 53-56). Pierucci e Lima avaliaram que foi justamente o crescimento de votos do PT na capital (a eleição de Erundina, seguido no segundo turno de Lula em 1989) que a elite paulistana aglutinou apoio nos partidos de direita, quando Paulo Maluf foi o grande beneficiado (Pierucci e Lima, 1993, p. 96).

Os sociólogos também observaram um contínuo crescimento dos votos em Maluf desde 1986: no primeiro turno de 1990, Maluf conquistou na capital 37,9% dos votos contra Luiz Antônio Fleury Filho (16,5%) do PMDB (na capital o candidato Mario Covas ficou em segundo lugar com 17,8% dos votos) (Pierucci e Lima, 1991, p. 12). Logo, sempre existiu um voto da

“direita” na capital paulista, mas deve ser ressaltado que, conforme discutido no Capítulo 1, a avaliação de um voto do tipo ideológico reflete o recorte do eleitorado que possui um maior nível de escolaridade.

Quatro anos adiante, o contexto político das eleições municipais de 1996 foi bem distinto comparado ao anterior: o país estava estabilizado político e economicamente: o governo federal era administrado pelo presidente FHC, a inflação estava controlada, e nesta ocasião foi utilizado pela primeira vez as urnas eletrônicas. Neste pleito, como saldo eleitoral o desempenho do PT foi inferior ao que o partido havia conquistado anteriormente; enquanto o PSDB foi bem votado pela eficiência do plano Real.

No segundo turno em São Paulo, o candidato apoiado pelo então prefeito Paulo Maluf (PPB), Celso Roberto Pitta (62,2%) venceu contra a ex-prefeita Luiza Erundina (37,7%). O desempenho do PSDB na capital paulista melhorou, o candidato José Serra ficou em terceiro lugar com 15,5% dos votos válidos.

Na capital fluminense os “tucanos” melhoraram em relação a 1992, chegando no segundo turno com Sérgio Cabral (24,6%), mas perderam para o candidato do PFL, Luiz Paulo Conde (40,2%) – os “petistas” ficaram em terceiro lugar com o candidato Francisco Rodrigues de Alencar Filho (21,6%). Em Belo Horizonte o candidato do PSB, Célio de Castro (40,7%) venceu a eleição no segundo turno contra o candidato do PSDB, Amilcar Martins (26,4%) – o PT disputou com Virgílio Guimarães (21,6%) que ficou em terceiro lugar.

Em Porto Alegre, o PT venceu pela terceira vez consecutiva com Raul Jorge Anglada Pont (54,5%) ainda no primeiro turno, a candidata “tucana” Yeda Rorato Crusius (22,3%) ficou em segundo lugar. E em Salvador a eleição também foi vencida no primeiro turno pelo candidato do PFL, Antônio José Imbassahy da Silva (51,4%) com o PT em segundo lugar com Nelson Vicente Portela Pelegrino (29,7%) – o candidato do PSDB, Domingos Leonelli Netto (7,9%), ficou em terceiro lugar.

Nas outras capitais o PT venceu somente em Belém (Edmilson Rodrigues). Enquanto o PSDB ganhou em: Cuiabá (Roberto França Auad), Goiânia (Nion Albernaz), Teresina (Firmino da Silveira Soares Filho) e em Vitória (Luiz Paulo Vellozo Lucas). Como resultado geral, comparando com as eleições de 1992, o PSDB melhorou na quantidade de votos em relevantes capitais. O PT diminuiu sua participação nestas mesmas localidades, mas permaneceu com certa relevância na quantidade de votos.

No contexto político para o pleito municipal de 2000, FHC havia sido reeleito em 1998 e diferentemente dos quatro anos anteriores ocorreram sucessivas crises econômicas e como

saldo: uma estagnação econômica e um aumento do desemprego em todo o país. No final, estas eleições municipais foram consideradas positivas para o PT.

No pleito paulistano, o PPB enfrentou um grande desgaste político por conta das denúncias de corrupção no “escândalo dos precatórios” durante a gestão do prefeito Celso Pitta. Mesmo assim, Paulo Maluf (41,5%) chegou no segundo turno perdendo a eleição para a candidata do PT, Marta Teresa Smith de Vasconcellos Suplicy (58,5%) – no segundo turno ainda recebeu apoio do PSDB e do PFL com o candidato Romeu Tuma (11,4%). O candidato do PSDB, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (17,2%) ficou em terceiro lugar.

Na capital fluminense a disputa ficou entre os candidatos César Maia (51,6%) do PTB e Luiz Paulo Conde (48,9%) do PFL. A candidata “petista” Benedita da Silva (22,6%) ficou em terceiro lugar e o candidato “tucano” Ronaldo Cezar Coelho (1,8%) ficou em sexto. Em Salvador, Antônio Imbassahy (PFL) se reelegeu, e novamente o candidato do PT, Nelson Pelegrino (35,3%) ficou em segundo lugar e o PSDB com Arthur de Oliveira Maia da Silva (3,1%) em quarto lugar.

Em Belo Horizonte, o PT com o vice-candidato Fernando Damata Pimentel (43,5%) venceu junto com a reeleição de Célio de Castro (PSB), já o PSDB ficou em segundo lugar com João Leite da Silva Neto (31,2%). E em Porto Alegre, pela quarta vez o PT venceu a eleição com Tarso Genro (48,7%) contra Alceu Collares (PDT) – o PSDB ficou em terceiro lugar novamente com Yeda Crusius (15,5%).

Nas outras capitais o PT venceu em: Aracajú (Marcelo Déda Chagas); Belém (Edmilson Brito Rodrigues); Goiânia (Pedro Wilson Guimarães); Recife (João Paulo Lima e Silva). Enquanto o PSDB ganhou em: Boa Vista (Maria Teresa Sáenz Surita Guimarães); Cuiabá (Roberto França); Teresina (Firmino Filho) e Vitória (Luiz Paulo Vellozo Lucas). Além das seis capitais conquistadas, outras vinte e nove cidades com a população acima de duzentos mil habitantes o PT elegeu prefeitos (Kinzo, 2004, p. 26). Com este saldo eleitoral o jornal “Estado de São Paulo” afirmou que tinha sido até então o melhor desempenho eleitoral do partido, e sinalizava o arranjo para as eleições presidenciais seguintes.

O jornal também averiguou que o PT, mesmo com uma boa votação neste pleito, permanecia como a quarta força partidária do país com um pequeno número de prefeituras conquistadas. O PSDB continuava como a terceira força eleitoral em número de prefeituras; quanto o PMDB (1.253 prefeituras) ainda era a primeira força política, e o então PFL (1.028 prefeituras) a segunda força eleitoral. Desta constatação, por coincidência, as disputas para a presidência da República desde 1994 foram marcadas justamente na rivalidade entre a terceira e a quarta força eleitoral.

3.1.3. Congresso Federal, Governos estaduais e Assembleias Legislativas

Em 1990 ocorreram eleições para o Congresso Federal, governos estaduais e assembleias legislativas (a eleição de 1989 foi solteira). A partir de 1994 os pleitos para o executivo e legislativo, federal e estadual, ocorreram em conjunto. Desse modo, as eleições “casadas” passaram a vincular os deputados e senadores com o presidente eleito alterando de alguma maneira a lógica anterior quando os congressistas se elegiam com grande apoio dos Governadores estaduais (Abrucio, 2005, p. 51).

Como um panorama geral, abaixo são observados o total das conquistas eleitorais do PT e PSDB para os cargos de, respectivamente: deputados federais, senadores, governadores e deputados estaduais. No gráfico abaixo consta o total de deputados federais eleitos no período de 1990 a 2002 para os dois partidos.

Gráfico 1 – Total de deputados federais eleitos pelo PT e PSDB entre 1990 e 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Conforme o gráfico acima, ao longo deste período houve um aumento gradual de deputados federais eleitos pelo PT. Seus melhores resultados foram quando Lula ganhou a presidência com o partido eleito noventa e um deputados. Já o PSDB, nesta mesma eleição diminuiu a quantidade de deputados federais eleitos quando comparado com os pleitos anteriores. O melhor resultado dos “tucanos” foi na reeleição de FHC em 1998 quando o partido elegeu noventa e nove deputados federais.

Somente no período observado, o PT não elegeu nenhum deputado federal nos estados de Alagoas, Roraima e Tocantins, e um único deputado foi eleito no Amazonas (em 1990), em Rondônia, e no Rio Grande do Norte (em 2002). O maior número de deputados eleitos pelo partido foi em São Paulo com dezoito nomeados (2002).

O PSDB não tinha elegido até 2002 nenhum deputado no Acre e elegeu um único deputado federal em Santa Catarina (em 1998). O maior número de deputados eleitos também foi em São Paulo em 2002 com onze deputados. Destaque para o bom desempenho do partido no Ceará que ao longo deste período sempre elegeu um bom número de deputados federais. Abaixo consta o total de eleitos no Senado Federal.

Gráfico 2 – Total de senadores federais eleitos pelo PT e PSDB entre 1990 e 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Ambos os partidos elegeram um único senador em 1990: o PT com Eduardo Suplicy em São Paulo, e o PSDB elegeu Benedito Clayton Veras Alcântara no Ceará. Em 2002, surpreendendo o resultado do pleito presidencial o PSDB elegeu dez senadores enquanto o PT somente oito senadores. Importante destacar que os “tucanos” em todas as eleições ganharam um senador no Ceará, enquanto os “petistas”, ao longo deste período, elegeram no total três senadores em São Paulo e no Acre.

Nos executivos estaduais o PSDB elegeu seu primeiro governador no Ceará em 1990 (Ciro Gomes); nestas quatro eleições os “tucanos” elegeram todos os governadores do estado. Em 1994 o partido elegeu seis governadores, destaque para a “trinca”: Mario Covas (SP), Marcello Alencar (RJ), e Eduardo Brandão de Azeredo (MG). E em 1998 os destaques são para as reeleições de Covas e de Jereissati (CE). No ano de 2002 foram importantes as reeleições de Marconi Ferreira Perilo (GO) e de Geraldo Alckmin (SP), e ainda a vitória de Aécio Neves da Cunha (MG), nestes dois últimos pleitos estaduais o partido elegeu sete governadores no total.

Com resultados mais modestos, o PT elegeu seus primeiros governadores em 1994: no Distrito Federal (Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque) e no Espírito Santo (Vitor Buaiz). Em 1998 e 2002 foram três governadores eleitos pelo partido. Respectivamente: no primeiro pleito destaque para Olívio Dutra (RS); e no segundo pleito para as reeleições de Jorge Viana (AC) e José Orcírio Miranda dos Santos, o “Zeca do PT” (MS), além da eleição de José Wellington Barroso de Araújo Dias (PI).

Prosseguindo com esta análise, o gráfico abaixo indica o total de deputados estaduais eleitos nos dois partidos neste mesmo período.

Gráfico 3 – Evolução do total de deputados estaduais eleitos por PSDB e PT por ano.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Nas eleições de 1990 e de 1994 o saldo de deputados estaduais eleitos por ambos os partidos foram semelhantes. Em 1998 houve um aumento de eleitos em favor do PSDB; já em 2002 houve uma reversão melhorando o desempenho do PT.

Novamente, o estado do Ceará para os “tucanos” proporcionou o maior número de eleitos ao longo deste período (total de 71 deputados estaduais). Os estados de São Paulo (63) e Minas Gerais (38) os “tucanos” também elegeram deputados estaduais. Outro destaque é no Rio de Janeiro (34). O menor número de deputados estaduais do PSDB foi no Distrito Federal e no Rio Grande do Norte com apenas dois eleitos no total deste período.

Quanto ao PT, seu melhor desempenho foi em São Paulo (65 deputados no total), seguido por Minas Gerais (37) e Rio Grande do Sul (34) – no Rio de Janeiro o partido elegeu vinte e seis deputados estaduais no total. O menor número de deputados estaduais eleitos foi em Tocantins e em Roraima com somente um único eleito nestes respectivos estados em 2002.

A conjuntura e os resultados apresentados são uma visão geral dos cargos conquistados por ambos os partidos. O objetivo foi averiguar onde “petistas” e “tucanos” estabeleceram alguma base política e se mantiveram por meio dos ganhos eleitorais. Na seção seguinte é reavaliada a trajetória dos dois partidos por um viés territorial, logo, relacionando as conquistas nos estados e nas regiões por meio da importância de cada local via o total de eleitores registrados junto ao TSE.

3.2 Observações geopolíticas do crescimento do PT e do PSDB

Por meio do artigo de Flávio Tavares no jornal O Estado de São Paulo, esta seção reavalia o desenvolvimento político-eleitoral do PT e do PSDB por um viés geopolítico interpretando as articulações de ambos os partidos com a finalidade de ampliar votos nos estados com alta concentração de eleitores, consequentemente, visando conquistar o pleito presidencial. Inicialmente pode ser visto as seguintes considerações:

- a) Leôncio Martins Rodrigues (2001) afirmou em artigo no jornal “O Estado de São Paulo” que o PT trouxe uma “novidade” aos partidos de esquerda: tinha pretensão de ganhar eleições. Segundo o politólogo, a esquerda como o PCB e PCdoB não necessariamente tinha esta aspiração;
- b) O PSDB sempre disputou o pleito presidencial, enquanto seu partido de origem (PMDB) apresentou candidatos somente para as eleições de 1989, 1994, e mais recentemente em 2018;
- c) A segunda força partidária do país (PFL) apresentou um único candidato para o executivo federal em 1989, optando em participar apenas das eleições para o Congresso Federal e os pleitos estaduais.

O PT expandiu seus votos após a campanha presidencial de 1989 quando seu principal candidato viajou por todo o país na busca de votos e de alianças. Antes, confinado na região Sudeste com alguns pontuais destaques os “petistas” aproveitaram o saldo eleitoral de 1989 para se consolidar em toda a região Sul aproveitando do apoio prestado por Leonel Brizola no segundo turno daquele pleito.

O PSDB já nasceu forte no estado do Ceará, portanto, sua consolidação no estado já estava em certa medida adiantada frente a outros partidos. No pleito de 1989 seus votos estiveram restritos entre paulistas e cearenses, mas foram as disposições dos “tucanos” em apoiar o

presidente Itamar Franco que fortaleceu o partido nacionalmente em uma ocasião em que tanto PMDB e PFL estavam enfraquecidos eleitoralmente (via o processo de *impeachment* de Collor).

Para uma melhor compreensão da importância de cada localidade aos partidos, as análises que seguem abaixo evidenciam a quantidade de eleitores registrados no TSE, junto da relevância de cada unidade territorial para a totalidade dos votos viáveis para o pleito majoritário federal.

Gráfico 4 – Gráficos do total de eleitores registrados por estado e por região em 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

No gráfico A (total de eleitores por estado) é notado que no estado de São Paulo está localizado 22,3% de todo o eleitorado nacional, seguido por Minas Gerais com 11% e o Rio de Janeiro com 8,9%. Ressalte que nestes três estados estão 42% do eleitorado nacional.

Conforme mencionado no Capítulo 2, até meados do século XIX a política brasileira ficou centrada na capital, Rio de Janeiro. Sua hegemonia política foi substituída para a província de São Paulo motivada na maior produção e exportação do café. Junto de Minas Gerais, ambos estados exerceram influência na política nacional em todo período da “República velha”, consequentemente, a política ficou concentrada no eixo dos três estados da região Sudeste.

Algo equivalente a este montante de eleitores somente pode ser superado (conforme o gráfico A) quando agrupado o total de eleitores que seguem da Bahia até a Paraíba reunindo 42,8% do eleitorado – o restante dos estados contabiliza somente 15% de eleitores. Importante observar que os cinco estados com o menor número de eleitores estão localizados na região Norte (no gráfico a partir de Rondônia até Roraima) somando apenas 2,2% dos eleitores registrados.

No gráfico B (total de eleitores por região) pode ser conferido que pouco modificou a importância da região Sudeste quando acrescentado os eleitores capixabas. Relevante também notar que a região Nordeste possui 26,9% do eleitorado brasileiro (os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará somam juntos 16,3%). Os três estados do Sul estão entre os dez maiores colégios eleitorais reunindo 15,5% eleitores. E complementando, pouco superior ao total de eleitores da região Norte (6,6%), o Centro-Oeste agrupa somente 7% do eleitorado (destaque para o estado de Goiás com 2,9% dos eleitores).

Deste modo, os eleitores brasileiros estão concentrados em poucos estados (inclusive regionalmente) confirmando uma hierarquização político-social dos lugares (ver Capítulo 1). Ressalte que esta apreciação não sugere que uma eleição presidencial possa ser vencida apenas em um determinado recorte territorial, mas em contrapartida, quando lembrado do desempenho eleitoral de Leonel de Moura Brizola (em 1989) uma campanha que visa específicas localidades pode oferecer resultados positivos (ver mais Capítulo 4).

As informações acima se referem ao pleito de 2002 quando existiam 5.563 municípios com o total de 115.284.691 eleitores registrados no TSE. As figuras dos dois mapas abaixo indicam a localização (mapa 1) e a densidade (mapa 2) do eleitorado na escala municipal.

Mapa 7 – A localização e a densidade dos eleitores por município no Brasil em 2002.

Fonte: TSE e IBGE. Elaboração do autor (2019).

Na figura do mapa 1 (localização do eleitorado) pode ser conferido que em todos os estados a maior concentração de eleitores estão estabelecidos nas capitais. Também pode ser notada uma baixa densidade e de uma distância dos eleitores (a partir do centroide) nos municípios das regiões Norte e Centro-Oeste. Conforme Marzagão (2013), nestas regiões a autocorrelação espacial pode ser pouco relevante nas influências dos efeitos de vizinhança (ver Capítulo 1). No mapa 2 (densidade do eleitorado) existe uma alta concentração de eleitores em toda a faixa litorânea do país que se estende do Rio Grande do Norte até São Paulo seguindo uma concentração de eleitores a partir do oeste paranaense ao norte gaúcho.

Todavia, as informações acima são referenciadas na base de dados disponibilizados pelo TSE do ano de 2002, cabendo examinar se existiram deformações da importância de cada estado nas eleições anteriores. Dispondo da mesma fonte de dados, o gráfico abaixo compara o total de eleitores com um crescimento percentual por estados nos pleitos de 1989 a 2002.

Gráfico 5 – Crescimento do eleitorado brasileiro entre 1989 e 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

De acordo com o gráfico acima, em toda a região Norte houve um aumento de eleitores registrados no período entre 1989 e 2002, possivelmente ocasionados por um maior fluxo migratório de outras regiões do país. Neste mesmo período o estado de Roraima (65%) correspondeu ao maior crescimento de eleitores seguido, respectivamente, dos estados do Amapá (58%), Acre (51%), Tocantins (41%) e Rondônia (37%). Mesmo assim nada modificou na condição destes estados no cenário político-eleitoral. Quanto ao menor crescimento do eleitorado destaque para os estados do Rio de Janeiro (20%), Rio Grande do Sul (22%) e, Paraná e Alagoas (ambos com aumento de 24% dos eleitores).

Além da importância político-eleitoral centrada no eixo Sudeste também pode ser considerado relevante o conjunto de eleitores entre os estados da Bahia, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Pernambuco e do Ceará (ver gráfico A). Curiosamente, com exceção da Bahia e

do Paraná, entre 1989 e 2002 todos os estados acima apresentaram relevantes candidatos à presidência da República, inclusive Alagoas que possui somente 1,4% do eleitorado. Apreciado a localização e a densidade de eleitores por todo o país, pode ser revisto a direção política do PT e PSDB do seguinte modo:

- d) Os dois partidos se originaram em São Paulo e despontaram via os resultados eleitorais para o Rio de Janeiro e Minas Gerais;
- e) PT com votos restritos na capital paulista e com alguma ascensão no Rio de Janeiro e em Minas Gerais seguiu para o Sul do país via o apoio de Brizola na eleição de 1989; na região Norte teve uma única “porta de entrada” no estado do Acre; no Nordeste, talvez pela razão da origem de Lula o partido sempre teve votos em Pernambuco e na Bahia (ainda que insuficiente para vencer eleições);
- f) PSDB concorrendo diretamente com o PMDB buscou votos no interior paulista com alguma dificuldade de ganhar a preferência na capital; em Minas Gerais e no Ceará o partido sempre esteve bem posicionado; no Rio de Janeiro nunca conseguiu fortalecer; no Norte, Centro-Oeste e Nordeste o partido soube aproveitar da aliança política com o PFL.

Desse modo, é certo que as apostas de ambos os partidos se dirigiram à atração de votos no maior número de localidades que pudessem ampliar futuros benesses eleitorais. Logo, vencer os pleitos municipais nas capitais excedem vantagens na preferência dos indivíduos situados nas aglomerações urbanas; e acumular votos em estados com grande número de eleitores os habilita para consolidação de alianças políticas locais.

A princípio o PSDB parece ter mais bem aproveitado das conveniências decorridas de suas alianças políticas. A penetração do partido no interior do país o consolidou com certa preferência dos eleitores registrados no Norte e Centro-Oeste, mas como pôde ser visto no Gráfico A estas duas regiões somam 13,6% do eleitorado nacional, menos que o total dos eleitores localizados na região Sul (15,5%).

Os resultados eleitorais apresentados em toda a primeira seção deste capítulo foram generalizados com a finalidade de ilustrar a consolidação eleitoral dos dois partidos nos estados e nas regiões. As estratégias eleitorais do PT e do PSDB seguiram de um modo individualizado e seus arranjos políticos foram eficientes em aproveitar as conquistas de cargos e de aliados, além de terem apresentado inovações administrativas e conquistado uma margem de confiança dos eleitores.

Afinal, os dois partidos são desde 1994 os dois primeiros colocados em seis pleitos presidenciais. E ainda que tenham encontrado dificuldades e perdido oportunidades, ambos mantiveram o constante objetivo de conquistar a presidência da República. Compreender os contextos políticos, econômicos e sociais, talvez expliquem a razão dos votos no território nacional, além de incluir as motivações para a transição de poder ocorrido entre 1998 e 2002. Consequentemente, existiram causas para as mudanças homogêneas nos votos em localidades historicamente identificadas com uma determinada linha político-partidária, cabe a Geografia eleitoral colaborar nas hipóteses.

CAPÍTULO 4 – CONTEXTOS, RAZÕES E GEOPOLÍTICA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS

O último capítulo desta pesquisa examina os resultados das eleições presidenciais de 1998 e 2002 nas escalas estaduais, municipais e regionais. Também averigua a relação do voto com os fatores econômicos e sociais, além das questões políticas determinadas nas coligações partidárias; por fim, completa a análise dos resultados eleitorais aplicando uma visão geopolítica. Este capítulo se divide em três seções.

A primeira seção avalia as conjunturas da política e da economia que antecederam as eleições presidenciais incluindo as coligações partidárias dentro do pano de fundo do federalismo brasileiro. Na segunda seção são relacionadas as metodologias de Ron Johnston e de John Agnew com o emprego da cartografia e da estatística, respectivamente, as influências dos métodos da escola francesa e anglo-saxão, com a finalidade de averiguar o voto na escala municipal. E na terceira e última seção, por meio das informações regionais e, principalmente, diante de uma observação geopolítica, são examinadas as mudanças de comportamento da Geografia eleitoral brasileira ocorrida nos pleitos de 1998 e 2002.

4.1 Contextos político e econômico nas eleições presidenciais

A primeira seção deste capítulo tem a finalidade de acompanhar os contextos políticos e econômicos que envolveram cada pleito presidencial. O exame foi dividido em três subseções: na primeira subseção é avaliada a eleição de 1994 (eleição de FHC no primeiro turno); em seguida examinada as circunstâncias do pleito de 1998 (reeleição de FHC novamente no primeiro turno); e por último as situações anteriores do primeiro turno de 2002 (primeira eleição vencida por Lula no segundo turno).

O pleito de 1994 foi contemplado na análise para melhor compreensão das razões do voto dos eleitores para a conjuntura do pleito seguinte (1998). O procedimento nas subseções descreve um breve histórico de cada eleição e em seguida apresenta os seguintes itens: o resultado eleitoral, as possíveis razões envolvidas do voto dos eleitores, e as implicações no arranjo eleitoral do Congresso Federal e das administrações executivas nas unidades federativas.

4.1.1 Eleição presidencial do primeiro turno de 1994

Após o *impeachment* de Collor (setembro de 1992) as pesquisas de opinião entre os meses de junho de 1993 e maio de 1994 registravam um grande favoritismo de Lula para ganhar a eleição presidencial, inclusive com a possibilidade de vencer no primeiro turno. Estas pesquisas mostravam que quando cresciam as opiniões em favor de Lula diminuía a popularidade do presidente Itamar Franco (Singer, 2000, p. 94), indicando a princípio como correta a decisão do partido em ficar distante do governo constituído.

Em março de 1994 as intenções de voto em Lula e Brizola somavam 39% das preferências, enquanto as estimativas de voto para o ministro da Previdência (Antônio Britto do PMDB) e da Fazenda (FHC do PSDB) chegavam a 22% do total das preferências. Os candidatos identificados como de direita, Paulo Maluf (prefeito de São Paulo) e Antônio Carlos Magalhães (ACM) contavam 18% das intenções de voto (Singer, 2000, p. 94-95).

Na tabela abaixo constam as intenções de votos pesquisados pelo instituto Datafolha entre os meses de junho de 1993 e outubro de 1994 para os principais candidatos daquele pleito.

Tabela 19 – Intenção de votos para a eleição de 1994.

Meses	Lula	Brizola	FHC	Quércia	Enéas	Amin	Brancos/Nulos	Indecisos
Jun/1993	26	11	12	7			16	6
Ago/1993	27	7	10	7			20	6
Nov/1993	33	7	10	6			20	5
Dez/1993	32	7	10	6			21	4
Fev/1994	30	9	11	7			13	8
Abr/1994	37	10	21	8		3	12	7
Mai/1994	42	8	16	7		3	14	9
Mai/1994	40	7	17	8	2	3	11	9
Jun/1994	41	7	19	6	2	3	11	11
Jul/1994	38	7	21	7	2	3	13	11
Jul/1994	34	7	25	7	3	3	9	11
Jul/1994	32	7	29	7	2	2	7	10
Ago/1994	29	6	36	6	3	2	7	11
Ago/1994	24	5	41	5	4	3	8	12
Ago/1994	23	5	43	4	4	2	7	10
Ago/1994	23	5	45	5	4	2	6	12
Set/1994	23	4	44	5	4	2	6	11
Set/1994	23	4	44	5	4	2	6	10
Set/1994	21	4	45	6	5	2	7	9
Set/1994	22	4	47	6	5	2	5	8
Set/1994	23	3	47	5	6	2	5	
Out/1994	22	4	48	5	6	2	8	
Resultados	22	3	44	4	6	2	10	

Fonte: Extraído de SINGER, 2000, p. 96. Adaptado pelo autor (2019).

Segundo Guilhaon Albuquerque (*in* SINGER, 2000, p. 97-98) o favoritismo de Lula fez com que os eleitores posicionados ideologicamente à direita antecipassem o segundo turno unificando todo o apoio a FHC (Singer, 2000, p. 92).

A ascensão política de FHC se concretizou por fazer parte do governo de Itamar Franco: inicialmente foi ministro das Relações Exteriores e em seguida ministro da Fazenda. A equipe econômica liderada por FHC definiu que o país deveria adotar as diretrizes formuladas pelo “Consenso de Washington” que, entre uma série de ações, requeria que os países em desenvolvimento mudassem sua política cambial a fim de absorver o excesso de liquidez (Filgueiras, 2012, p. 93).

Para tanto, antes, foi compreendido que o país deveria passar por mais um plano econômico (Filgueiras, 2012, p. 99). No dia 1º de março de 1994 foi criado a Unidade de Referência de Valor (URV) com a finalidade inicial de ser apenas um índice de inflação atrelada ao dólar. Quando da implantação (1º de julho de 1994) a moeda em Cruzeiros Reais (CR\$ 2.750,00) valia 01 (um) URV. Foi então determinado que R\$ 1,00 (um real) teria o mesmo valor em dólares e que, trimestralmente, seriam emitidos Reais de acordo com dólares depositados no Banco Central do Brasil (Filgueiras, 2012, p. 108). Em junho de 1994 (um mês antes do lançamento do Plano Real) a inflação estava em 47,43%; quando no mês de agosto do mesmo ano a inflação foi reduzida para 1,86%. Como pode ser visto no gráfico abaixo (inflação INPC e IPCA³³) a nova moeda cumpriu com seu principal objetivo: reduzir a inflação.

Gráfico 6 – Índice de inflação INPC e IPCA entre janeiro de 1994 e agosto de 1996.

Fonte: Extraído de IBGE. Elaborado pelo autor (2019).

³³ “INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 5 salários-mínimos, cuja pessoa de referência é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões; a do IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos e residentes nas áreas urbanas das regiões.”. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>.

Precisamente, FHC ganhou força política após a concretização do plano Real com a redução da inflação e o aumento do consumo por parte da população. Por esta razão foi identificado entre os analistas políticos do período que a principal razão do voto no pleito de 1994 foi motivada pelos efeitos imediatos do Plano Real. Como pôde ser visto na tabela acima, em cinco *surveys* realizados entre os meses de julho e setembro de 1994 (Carreirão, 2002, p. 122) as pesquisas identificavam uma reversão das opiniões dos eleitores: agora, conforme aumentavam as intenções de voto em FHC também melhoravam a avaliação do governo Itamar Franco (Carreirão, 2002, p. 123 e 189).

Entre os partidos políticos a decisão de participar do pleito presidencial se configurou do seguinte modo: o PFL e o PTB aderiram à candidatura de FHC restando ao então prefeito da capital paulista, Paulo Maluf, desistir de seu projeto político permitindo que seu partido (PPR) indicasse o ex-governador de Santa Catarina (Espiridião Amin) para concorrer ao pleito. O PMDB também optou em lançar seu candidato próprio, o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia (Singer, 2000, p. 98). O PDT novamente lançou Leonel Brizola (então governador do Rio de Janeiro) acreditando superar o desempenho eleitoral de 1989.

Podem ser acrescentados outros contextos ocorridos antes da realização desta eleição presidencial: a conquista da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol; a greve de metalúrgicos no ABC; conflitos na campanha petista para a troca do vice-candidato entre Bisol e Palmeira (o vice foi o deputado federal do partido Aloísio Mercadante); e a afirmação de Paulo César Farias de ter financiado a campanha ao Senado do candidato a vice de FHC, Marco Maciel (Mendes e Venturi, 1994, p. 60).

Com o início do horário eleitoral gratuito (em 02 de agosto) FHC teve um crescimento na preferência dos eleitores. Na semana seguinte da campanha, nos meios televisivos foi detectado um empate técnico entre Lula e FHC (Mendes e Venturi, 1994, p. 61-62). Durante a campanha a maioria dos candidatos demonstraram apoio ao Plano Real e afirmavam serem os mais capazes para administrar a economia; somente o PT criticava o plano econômico (Abrucio e Couto, 2003, p. 276).

Na eleição de 1994 estavam registrados 94.689.104 eleitores em todo Brasil, compareceram às urnas 82,3% dos eleitores. Deste montante 18,8% (14.629.703 eleitores) optaram em votar branco ou nulo, e os outros restantes 81,2% (63.276.736 eleitores) correspondem aos indivíduos que votaram nos candidatos participantes (votos válidos). A tabela abaixo apresenta o resultado deste pleito com informações de cada candidato.

Tabela 20 – Resultado eleitoral do primeiro turno da eleição presidencial de 1994.

Candidatos	Partido	Votos	Percentual
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	34.346.093	54,3%
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	17.112.552	27%
Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	4.671.063	7,4%
Orestes Quércia	PMDB	2.771.595	4,4%
Leonel de Moura Brizola	PDT	2.015.185	3,2%
Esperidião Amin Helou Filho	PPR	1.739.401	2,7%
Carlos Antônio Giacomelli Gomes	PRN	387.399	0,6%
Hernani Goulart Fortuna	PSC	238.084	0,4%

Fonte: Extraído de TSE. Adaptado pelo autor (2019).

O candidato FHC venceu a eleição no primeiro turno com 34.343.922 (54,3%) dos votos válidos. O segundo colocado da eleição foi o candidato do PT, Lula com 17.112.552 votos (27%), enquanto o terceiro colocado foi surpreendentemente o candidato do PRONA, Enéas Ferreira Carneiro com 4.671.063 (7,4%) da preferência eleitoral. Outros dois relevantes candidatos não conseguiram se destacar neste pleito: Orestes Quércia conquistou 4,4% dos votos válidos; enquanto Leonel Brizola obteve apenas 3,2%, bem abaixo de seus votos no pleito em 1989.

Na figura abaixo consta o mapa do resultado da eleição presidencial por estado; em seguida o resultado para o pleito de governadores (diante das coalizações partidárias presidenciais); e dois gráficos do resultado do Congresso Federal (diante da coalizão entre os partidos para a eleição presidencial).

Ressalte que as coligações para os pleitos estaduais não necessariamente reproduzem as mesmas configurações para os pleitos presidenciais, no entanto, para checar os votos dentro do contexto do federalismo foram contemplados os ganhos para cada coligação presidencial.

Figura 6 – Resultado das eleições gerais de 1994.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Conforme a figura do mapa, existiu certa semelhança do resultado eleitoral conquistado por FHC com o que Collor obteve em 1989 – inclusive em Alagoas 76,2% dos votos válidos se direcionaram ao candidato FHC – outro destaque foi em Roraima com 71,6% dos votos válidos do estado. Por outro lado, entre os alagoanos foi eleito governador Divaldo Suruagy do PMDB (coligação “Desenvolvimento do Brasil”); enquanto entre os roraimenses venceu para o governo do estado Neudo Campos do PTB (mesma coligação partidária do PSDB e PFL: “União, trabalho e progresso”).

Os partidos que compunham a coligação vencedora do pleito presidencial conquistaram nove estados (governadores): destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (ver capítulo 3). Estes mesmos partidos elegeram uma ampla maioria no Congresso Federal: cento e oitenta e nove deputados federais e vinte e três senadores.

A coligação “Frente Brasil popular pela cidadania” (PT, PSB, PPS e PCdoB) elegeu três governadores (igualmente com o PPR), e em conjunto elegeram setenta e cinco deputados federais e seis senadores. Especificamente para o pleito presidencial o PT obteve seu melhor desempenho em Brasília com 44,8% dos votos válidos (eleito Cristovam Buarque para governador), seguido de Pernambuco (37%) e Sergipe (36,9%). O candidato Lula também manteve a votação satisfatória conquistada ainda em 1989 no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, e melhorou no Acre e no Pará (a capital Belém era administrada por Edmilson Rodrigues).

Quanto às exclusivas eleições para governadores e do Congresso Federal, o PMDB (coligação presidencial “Desenvolvimento do Brasil” em conjunto do PSD) venceu em nove estados e ainda elegeu cento e nove deputados e quatorze senadores. A coligação “Força do Povo” (PDT e PMN) elegeu apenas dois governadores, trinta e sete dos deputados federais e quatro senadores. Entre os outros partidos, destaque para o PPR que conquistou cinquenta e uma cadeiras na Câmara dos Deputados e dois senadores.

Nesta eleição o resultado contemplado do pleito presidencial para a principal oposição (“Frente Brasil popular pela cidadania”) não reproduziu vantagens para os candidatos aos governos estaduais. Lula obteve razoável votação para presidente, mas não refletiu em ganhos para o executivo estadual onde se destacou (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro). Enquanto FHC venceu na maioria dos estados, mas seu partido teve de dividir os ganhos nos estados com aliados e concorrentes.

4.1.2 Eleição presidencial do primeiro turno de 1998

No primeiro dia do governo FHC, o Banco Central entrevistou diretamente nos bancos Banespa (SP) e Banerj (RJ). O objetivo do Governo Federal foi reduzir o déficit público obrigando os bancos estaduais recuperarem a capacidade de endividamento para que as metas fiscais fossem conquistadas (Abrucio e Couto, 2003, p. 279). Desde 1982 os governos estaduais utilizavam os bancos para autofinanciarem as dívidas públicas tornando um processo de contínuo endividamento (Abrucio e Couto, 2003, p. 279), logo, esta disposição colaborava para uma alta inflação no país. Posteriormente, foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal para todas as esferas administrativas (Filgueiras, 2012, p. 140).

Ressalte que a ação do governo Federal foi possível somente porque os governadores dos dois principais estados eram aliados “tucanos” em suas devidas administrações (Abrucio e Couto, 2003, p. 278-279). Tão logo, a atuação do governo Federal no início de 1994 pôde ser interpretada como o fim de um “federalismo estadualista”, portanto, o início de uma maior centralização política via o presidente da República (Abrucio, 2005, p. 50) – contraditoriamente, conforme nossa discussão no Capítulo 2, justamente quando existiu uma maior descentralização política nas circunstâncias democráticas. Nesta direção, FHC ao longo de seu primeiro governo emitiu uma série de medidas provisórias (MP):

As cinco primeiras emendas do período FHC eram todas referentes à desregulamentação dos mercados, à desestatização e à abertura econômica. Entre elas, a mais controversa era a que acabava com o monopólio estatal na exploração do petróleo [...]. O ano seguinte foi ainda mais pródigo: seis emendas foram aprovadas. Dessas, quatro merecem destaque: duas dando alívio fiscal ao governo – o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e de Direitos de Natureza Financeira (CPMF); outras duas promovendo a desestatização do setor de seguros e criando o Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef). Já em 1997 o ritmo diminuiu um pouco, embora tenha sido aprovada uma das mais controversas emendas: a que permitia a reeleição presidencial, além da renovação do FEF. Finalmente, no último ano do primeiro mandato aprovaram-se duas grandes emendas, concernentes às reformas administrativa e previdenciária, além de uma que – abrangendo esses dois campos – alterava o regime constitucional dos militares (ABRUCIO e COUTO, 2003, p. 277).

No entanto, a aliança com o PFL (ver seção anterior) favoreceu as ações do governo na aprovação na maioria das propostas no Congresso Federal, como por exemplo: o programa de privatizações, reestruturação da previdência, reforma da administração pública (Almeida, 2006, p. 116-117).

Economicamente pode se recordar que ao longo do primeiro governo ocorreram sucessivas crises em alguns países: primeiro uma tensão no México, atingindo a economia argentina e desconfianças quanto ao Brasil; em seguida outra crise no continente asiático com grandes dúvidas com as economias emergentes; e em 1998 houve a crise na Rússia.

Devido à crise mexicana, houve uma grande saída de capitais especulativos do Brasil. Como resposta, o governo de FHC determinou um aumento da taxa de juros como estratégia para atrair novos capitais ao país (Filgueiras, 2012, p. 125-127). A tabela abaixo mostra a variação de reservas internacionais do país entre 1994 e 1998.

Tabela 21 – Variação mensal das reservas internacionais do Brasil entre 1994 e 1998.

Meses	1994	1995	1996	1997	1998
JAN	-	38,278	53,540	58,951	53,103
FEV	-	37,998	55,794	59,405	58,782
MAR	-	33,742	55,753	58,980	68,594
ABR	-	31,887	56,769	56,171	74,656
MAI	-	33,731	59,394	59,279	72,826
JUN	-	33,512	59,997	57,615	70,898
JUL	43,090	41,823	59,521	60,331	70,210
AGO	42,981	47,660	59,643	63,056	67,333
SET	43,455	48,713	58,775	61,931	45,811
OUT	41,806	49,694	58,600	53,690	42,385
NOV	38,806	51,257	60,471	52,035	41,189
DEZ	38,278	51,840	61,110	52,173	44,556

Fonte: Extraído de FILGUEIRAS, 2012, p. 127. Adaptado pelo autor (2019).

De acordo com a tabela acima, houve um retorno imediato de capitais a partir de maio de 1995, entretanto, nesta mesma ocasião houve um aumento das falências de empresas brasileiras em cerca de 20%. No conjunto de falências das empresas, as maiores consequências foram as do banco Econômico e do Banco Nacional (Filgueiras, 2012, p. 166) com o governo decidido intervir nestes respectivos bancos por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER).

Estas intervenções atingiram o apoio do governo federal por parte do senador ACM. Liderando uma caminhada de parlamentares baianos até o Planalto, foi requisitado pelo senador que o governo ajudasse imediatamente o Banco Econômico. No entanto, alguma colaboração chegou somente no ano seguinte quando foi comprado pelo banco Excel (Almeida, 2006, p. 134-135). Ainda que fosse parte da base aliada, o político baiano se tornaria um dos principais rivais do governo FHC (ver adiante).

Em julho de 1997 ocorreu a crise no continente asiático e, consequentemente, uma nova saída de capitais no Brasil (ver tabela acima). Mais uma vez o governo aumentou a taxa de

juros, além de aplicar um pacote de ajuste fiscal. Todavia, no segundo semestre de 1998 ocorreu outra crise econômica, desta vez na Rússia, e novamente o governo brasileiro aumentou a taxa de juros e aplicou outro ajuste fiscal. O gráfico abaixo indica a evolução da taxa de juros no período de 1996 a 1999 – neste período o TBC era a referência de juros.

Gráfico 7 – Taxa de juros TBC entre 1996 e 1999.

Fonte: Extraído de Banco Central do Brasil. Elaboração do autor (2019).

De junho de 1996 até outubro de 1997 a taxa de juros se manteve em média 1,6%. Em dezembro de 1997 (crise asiática) a taxa de juros do Brasil atingiu 38%, quando em dezembro de 1998 diminuiu para 19%. Nesta ocasião, a diminuição da taxa de juros foi motivada pela obtenção de empréstimo de US\$ 41,5 bilhões oriundos do FMI, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial (BIRD) e dos países mais ricos (G7).

De forma geral, as decisões do governo tiveram como principal escopo evitar o aumento da inflação³⁴, logo, de todos os mecanismos disponíveis o governo brasileiro sempre utilizou o aumento da taxa de juros para atrair capitais estrangeiros (Filgueiras, 2012, p. 175 e 178). Para conter estas vulnerabilidades econômicas internas, e pela proposta oriunda do Consenso de Washington, a concepção do governo foi: cortes de despesa pública, ampla abertura da economia para as empresas internacionais, e ênfase nas privatizações.

Em abril de 1998 o ministro das Comunicações, Sérgio Roberto Vieira da Motta, homem de confiança de FHC, e um dos principais articuladores do governo faleceu de infecção pulmonar (Almeida, 2006, p. 125). “Serjão” havia sido um dos principais mediadores para a votação da Emenda Constitucional 16/1997 (reeleição para todos os cargos executivos). O governo perdeu um dos seus principais membros dificultando em posteriores negociações.

³⁴ “Inflação não pode retornar, afirma FHC” (Folha de São Paulo, 19 de janeiro de 1999, p. 4, Dinheiro).

No mesmo período da morte de Sérgio Motta, faleceu o então presidente da Câmara dos Deputados Federais, Luís Eduardo Magalhães (PFL) – filho de ACM – um dos principais aliados do governo e uma das “promessas” da política nacional. Outro político próximo de FHC e de importância para o partido (PSDB) foi o governador de São Paulo, Mário Covas (reeleito em 1998) – ainda que seu falecimento tenha ocorrido apenas em 2001, esta também foi uma perda sentida nas articulações do governo (Almeida, 2006, p. 106). Em verdade, desde o caso do “grampo” do BNDES o governo já vinha enfrentando dificuldades na articulação política, inclusive obtendo saldos negativos em algumas votações no Congresso (Barros, 1999, p. 10).

Próximo da campanha eleitoral de 1998, o governo de FHC (candidato à reeleição) teve que enfrentar outros problemas no plano interno: seca e saques no Nordeste; incêndios na Floresta Amazônica; epidemia de dengue; baixo ajuste do salário mínimo; greve de professores universitários; e uma infeliz declaração sobre os aposentados (Carreirão, 2002, p. 144). Todas estas condicionantes, junto das sucessivas crises econômicas, pareciam dificultar uma possível reeleição.

As pesquisas de intenção de voto indicavam que aqueles que avaliavam positivamente o Plano Real tendiam em manter o voto em FHC; mas quem avaliava negativamente o plano (e se posicionavam a esquerda) votariam em Lula; e aqueles outros que avaliavam negativamente o plano Real (mas estavam à direita) tendiam a preferir o voto em uma possível candidatura do ex-presidente José Sarney (Carreirão, 2002, p. 169).

Em *surveys* do período foi identificado naqueles que tinham a intenção de votar em FHC que a principal característica do presidente-candidato era reconhecê-lo como o “melhor piloto” para continuar administrando o país em um cenário de constantes crises econômicas (Carreirão, 2002, p. 148). Esse foi justamente o mote da campanha da reeleição do presidente: enfatizar sua competência para enfrentar crises que ainda poderiam surgir (Carreirão, 2002, p. 155).

Tabela 22 – *Surveys* das razões do voto em FHC no pleito de 1998.

Principais razões do voto em FHC	Nov./1997	Jun./1998	Jul./1998	Set./1998
Fez o Plano Real/Inflação e moeda estável	67	48	60	62
Continuidade do trabalho do governo	17	26	24	24
Áreas/propostas de governo	21	23	32	20
Aumentar emprego/diminuir desemprego	2	3	3	8
Tem capacidade/é o mais capaz	4	6	2	8
Outras qualidades pessoais	14	13	14	15
Tem experiência política	0	1	1	4
Total de entrevistas	192	318	136	240

Fonte: Extraído de CARREIRÃO, 2002, p. 149. Adaptado pelo autor (2019).

Comparando com o pleito anterior, esta eleição aumentou o número de eleitores registrados no TSE para 106.035.287 de eleitores (um acréscimo de 10,7%). Destes, apenas 78,5% compareceram às urnas (83.275.929), sendo que 18,7% (15.574.559 eleitores) votaram entre brancos e nulos, e 81,3% (67.701.370 eleitores) corresponderam aos votos válidos.

Na eleição de 1998, FHC se candidatou para a reeleição tendo um maior número de concorrentes comparado à eleição de 1994. Em números gerais o resultado da eleição presidencial de 1998 pode ser resumido conforme a tabela abaixo.

Tabela 23 – Resultado eleitoral do primeiro turno da eleição presidencial de 1998.

Candidatos	Partido	Votos	Percentual
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	35.909.007	53%
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	21.466.130	31,7%
Ciro Ferreira Gomes	PPS	7.422.840	11%
Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	1.446.498	2,1%
Ivan Moacyr da Frota	PMN	251.050	0,4%
Alfredo Hélio Syrkis	PV	212.737	0,3%
José "Zé" Maria de Almeida	PSTU	202.428	0,3%
João de Deus Barbosa de Jesus	PTdoB	198.693	0,3%
José Maria Eymael	PSDC	171.668	0,3%
Thereza Tinajero Ruiz	PTN	165.984	0,2%
Sergio Bueno	PSC	124.458	0,2%
Vasco Azevedo Neto	PSN	108.901	0,2%

Fonte: Extraído de TSE. Adaptado pelo autor (2019).

FHC foi reeleito no primeiro turno com 35.922.531 (53,1% votos válidos), e mais uma vez o candidato Lula ficou na segunda colocação com 21.466.130 (31,7%), e na terceira colocação desta vez ficou o candidato, ex-governador do estado do Ceará, Ciro Gomes com 7.422.840 (11%) – o candidato Enéas Carneiro obteve apenas 2,1% dos votos válidos. Na figura abaixo constam: o resultado do pleito presidencial, o resultado para os governos estaduais, e os gráficos do total de eleitos para o Congresso Federal.

Figura 7 – Resultado das eleições gerais de 1998.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Em termos percentuais este pleito foi um pouco distinto ao que FHC havia conquistado quatro anos antes, desta vez destaque para 73,1% dos votos no Mato Grosso, seguido por Tocantins (66,7%), Rondônia (66,4%) e Goiás (66%). Não por menos que estes respectivos estados elegeram governadores da coligação “União, Trabalho e Progresso” (composto por PSDB, PFL, PTB, PPB e PSD). Esta mesma frente partidária foi responsável por eleger duzentos e noventa e oito (298) deputados federais e onze senadores.

A principal oposição na disputa para a presidência, o PT (junto da coligação “União do povo muda Brasil”, formada por PT, PDT, PSB e PCdoB), obteve melhor desempenho no Rio Grande do Sul (49%), seguido do Rio de Janeiro (42%) – influência do vice-candidato, Leonel Brizola. Desta vez a coligação elegeu seis governadores (inclusive no estado gaúcho), e cento e nove (109) deputados federais e quatro senadores.

Concorrendo pelo PPS, Ciro Gomes recebeu a maioria dos votos no estado que havia sido governador, Ceará (34,2%), também foi bem votado em Brasília (27,5%), e em Alagoas (20,4%). Sua coligação denominada “Brasil real e justo” (composto por PPS e PL) elegeu somente quinze deputados federais. O PMDB, não concorreu na eleição presidencial, mas venceu em seis unidades federativas e ainda obteve oitenta e três (83) deputados federais e doze (12) senadores.

Gráfico 8 – Total de votos por estados na eleição presidencial de 1998.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

De modo geral, como conferido no mapa e no gráfico acima, pode ser associada à votação de FHC com o agronegócio – inclusive uma baixa votação no candidato Lula nos respectivos locais motivados pelo apoio do Movimento do Sem Terra (MST) – mas também deve ser ressaltado a expressiva votação conquistada por FHC (acima de cinquenta por cento) nos

estados de: São Paulo (59,9%), Paraná (59,2%), Pernambuco (57,2%), Pará (56,8%), Minas Gerais (55,7%), Alagoas (54,8%) e Amazonas (54,7%).

O presidente FHC conquistou mais um mandato no executivo Federal. A ampla maioria no Congresso Federal e muitos governadores aliados eleitos poderia então garantir mais quatro anos de certa tranquilidade política, inclusive, preparando a transferência de votos para um candidato da base governista.

4.1.3 Eleição presidencial do primeiro e segundo turno de 2002

Como o início do segundo mandato de FHC também principiou uma disputa entre os partidos da base governista (PSDB, PFL e PMDB) já visando o pleito presidencial seguinte: de 2002. Tão logo o governo iniciou o novo mandato, em janeiro de 1999, foi decidido pela equipe econômica a desvalorização cambial (Almeida, 2006, p. 122).

Após a crise da Rússia houve um aumento de saída de capitais especulativos do país, para conter esta pressão o governo adotou o câmbio flutuante. Esta modificação criou desconfiânças dos agentes econômicos quanto à capacidade do governo em continuar administrando a política econômica (Barros, 1999, p. 10). Os constantes ajustes da economia brasileira a fim de conter as saídas de capitais influenciaram negativamente o arranjo de outras variáveis macroeconômicas, como por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Com o gráfico abaixo pode ser visto o resultado do PIB e sua variação de crescimento percentual em todo o período desta pesquisa.

Gráfico 9 – PIB real e variação do PIB entre 1994 e 2002.

Fonte: Extraído de Banco Central do Brasil. Elaborado pelo autor (2019).

Conforme o gráfico acima, entre 1994 e 2002 o PIB brasileiro aumentou em seu montante 76,5%, mas neste mesmo período a variação do crescimento foi de apenas 2,8%. Embora o PIB

tenha aumentado nestes oito anos sua variação de crescimento foi menor que nos momentos anteriores da implantação do plano real em julho de 1994 (período este também marcado por altas taxas de inflação). De modo geral, todas as decisões do governo tinham como objetivo evitar o aumento da inflação, e entre uma série de mecanismos disponíveis o governo brasileiro optou em aumentar a taxa de juros na busca de capitais estrangeiros.

Também no início de 1999 um novo conflito político ocorreu com o recém-eleito governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Não acatando a manutenção do acordo de financiamento das dívidas estaduais definidas na gestão anterior, o governo mineiro teve as verbas bloqueadas até a regularização do pagamento (Abrucio, 2005, p. 56). Junto, outros conflitos estaduais com o governo federal ocorreram, por exemplo, a “Guerra Fiscal”. O caso mais conhecido foi na saída da fábrica da Ford do Rio Grande do Sul, sob o governo Olívio Dutra (PT), para a Bahia beneficiando o senador ACM (Abrucio, 2005, p. 62-63).

Politicamente o governo enfrentou outras dificuldades justamente por não possuir aliados de confiança e habilidosos nas articulações políticas. Um dos fatos que mais prejudicaram a governança federal foi na disputa entre os senadores ACM e Jader Barbalho. Os conflitos entre os senadores baiano e pernambucano efetivaram duas instaurações de Comissões Parlamentar de Inquérito (CPI).

O primeiro (ACM) criou a CPI do Judiciário com a finalidade de investigar o desvio de dinheiro público na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo. No final, responsabilizou o juiz Nicolau dos Santos Neto e cassou o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB) (Almeida, 2006, p. 147). O segundo (Jader) investiu na CPI do sistema financeiro que tinha como objetivo investigar a venda de dólares para proteger os bancos Marka e FonteCindam (Almeida, 2006, p. 139-140). Outra derrota política do governo federal foi no caso do escândalo da “violação do painel eletrônico do Senado”. O fato atingiu os senadores ACM e José Roberto Arruda (PSDB) que tiveram que renunciar seus cargos para evitar a cassação (Almeida, 2006, p. 154). Para complementar as dificuldades políticas e econômicas, em julho de 2001 iniciou o racionamento de energia (Almeida, 2006, p. 158).

A partir do rompimento de ACM o governo teve dificuldades em manter o PFL na base aliada. Contudo, o PTB foi o primeiro a romper com o governo por não conceber uma saída positiva para a economia – no pleito de 2002 o partido coligou na chapa presidencial de Ciro Gomes. O PPB também saiu da base governista, mas não apoiou nenhum candidato e também não apresentou um filiado para o pleito presidencial (Abrucio e Couto, 2003, p. 289).

Os anos de baixo desempenho do PIB, do aumento de importações, diminuição das exportações, altas taxas de juros, contribuíram para aumentar a falência das empresas

brasileiras, consequentemente: baixo crescimento econômico, sucessivas crises e o aumento do desemprego em todo o país. Entre *surveys* realizados neste período, foi identificada uma forte relação dos eleitores que escolheram o desemprego como o principal tema de discussão para os candidatos à eleição presidencial.

A maior concentração de eleitores (37%) estava no patamar dos que achavam que o desemprego era o maior problema dos últimos quatro anos de governo FHC; formando com o desemprego, a trinca de vilões que alcançava o percentual de dois dígitos na preocupação dos eleitores, estavam violência/segurança (13%) e inflação (10%); vale registrar que logo abaixo apareceu fome/pobreza/miséria (9%). (ALMEIDA, 2006, p. 28).

Para suceder a FHC no pleito de 2002, entre os principais nomes “tucanos” estavam respectivamente: Pedro Sampaio Malan, apoiado por aqueles que projetavam alguma recuperação econômica; o Ministro da Saúde, José Serra captando apoio por aqueles que cogitavam um nome governista, mas crítico dos rumos da economia (Almeida, 2006, p. 107); e o senador cearense, Tasso Jereissati – a intensa disputa entre Serra e Tasso fez com que alguns “tucanos” defendessem a candidatura de Aécio Neves (Almeida, 2006, p. 131).

Algumas ações despontaram em favor do Ministro da Saúde: a primeira que, a partir da instauração da “CPI dos Bancos”, o governo teve de manobrar para evitar o depoimento de Pedro Malan no Congresso Federal (Almeida, 2006, p. 149); segundo, por meio da Fundação Nacional da Saúde foram liberados R\$ 9 milhões para o estado de Pernambuco beneficiando o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) – cotado para ser vice de Serra (Almeida, 2006, p. 127-128); e por último, a gestão do ministério apresentou resultados positivos para a população: quebra de patentes dos medicamentos da AIDS; aprovação dos remédios genéricos para diminuir o preço; regras nas propagandas de cigarro (Almeida, 2006, p. 127-128). Todavia, também houve o aumento de casos de dengue no decorrer de 2002 resultando em conflitos do governo federal com governadores e prefeitos (Abrucio, 2005, p. 59).

Mesmo assim, outro nome vinha se destacando como uma das favoritas para concorrer ao pleito de 2002: a governadora do Maranhão, Roseana Macieira Sarney Murad (PFL), com alguns membros do PMDB apresentando o deputado federal, Michel Miguel Elias Temer Lulia (PMDB), como possível vice-candidato. Contudo, em março de 2002 uma ação da polícia federal apreendeu no escritório de seu marido, Jorge Murad, uma quantia que ascendeu novas investigações – o “escândalo da Lunus” (Almeida, 2006, p. 162-163). Com esta ação, o PFL e a governadora apontaram a interferência direta de José Serra. O resultado foi à saída do PFL da

base governista e a votação na véspera do primeiro turno para a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) (Abrucio e Couto, 2003, p. 288).

O PT pela quarta vez consecutiva apresentou o candidato Lula para a disputa eleitoral, mas desta vez coligou com um partido denominado como de “centro-direita” o PL, recebendo como vice-candidato José Alencar Gomes da Silva. A mudança nos rumos ideológicos foi recebida com alguma desconfiança, mas também foi vista como uma certa maturidade do partido (Rodrigues, 2001). Ainda no início de 2002 o partido sofreu um revés de sua base de articuladores: o sequestro seguido por assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP), Celso Augusto Daniel.

Na eleição de 2002 aumentou o número de eleitores registrados para 115.153.406 (aumento 7,9% de novos eleitores quando comparado com 1998). O total de 82,3% compareceu às urnas, sendo que destes 10,4% votaram entre brancos e nulos e outros 89,6% votaram em alguns dos candidatos à presidência – o maior percentual de votos válidos quando lembrado das duas eleições presidenciais anteriores. Para as eleições de 2002 a tabela abaixo indica os números gerais do resultado deste pleito no primeiro turno:

Tabela 24 – Resultado eleitoral do primeiro turno da eleição presidencial de 2002.

Candidatos	Partido	Votos	Percentual
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	39.431.134	46,4%
José Serra	PSDB	19.690.638	23,2%
Anthony William Matheus de Oliveira (Garotinho)	PSB	15.175.332	17,9%
Ciro Ferreira Gomes	PPS	10.164.709	12%
José "Zé" Maria de Almeida	PSTU	402.003	0,5%
Rui Costa Pimenta	PCO	38.510	0,05%

Fonte: Extraído de TSE. Adaptado pelo autor (2019).

O candidato Lula venceu o primeiro turno com 39.431.134 (46,4% dos votos válidos). O ex-ministro do Planejamento e da Saúde do governo FHC, José Serra (PSDB) ficou na segunda colocação com 19.690.638 (23,2%); na terceira colocação ficou o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony “Garotinho” com 15.175.332 (17,9%) – o candidato Ciro Gomes ficou na quarta colocação com 10.164.709 (12% dos votos).

Na figura do mapa abaixo, novamente consta o resultado do pleito presidencial na escala estadual, os resultados para as eleições de governadores, e a composição da Câmara dos Deputados federais e do Senado de acordo com as coligações partidárias para a eleição presidencial.

Figura 8 – Resultado das eleições gerais de 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Destaque de Lula no conjunto de votos nos respectivos estados: Santa Catarina (56,6%), seguido pela Bahia (55,3%), Minas Gerais (53%), Paraná e o Amapá (ambos com 50% dos votos válidos). Nas eleições para governadores e do Congresso Federal, a coligação “Brasil Presidente” (PT, PL, PCdoB e PMN) venceu somente em três estados, mas em compensação elegeram em conjunto cento e quarenta e cinco (145) deputados federais e dezessete senadores.

Enquanto o candidato José Serra obteve seus melhores resultados eleitorais em Tocantins (34%) e no Rio Grande do Sul (32,4%) – ver gráfico abaixo – enquanto a coligação “Grande Esperança” (PSDB e PMDB) elegeu doze governadores no total, além de cento e trinta (130) deputados federais e doze senadores.

Gráfico 10 – Total de votos por estados na eleição presidencial primeiro turno de 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Ainda na votação nos estados, o candidato Anthony Garotinho obteve seu melhor resultado justamente no estado que havia sido governador: Rio de Janeiro (42,2%), seguido do Espírito Santo (27%). A coligação de Garotinho, “Brasil Esperança” (PSB, PGT e PTC), conquistou cinco estados, vinte e dois (22) deputados federais e apenas três senadores.

Ciro Gomes, além do Ceará (44,5%), também conquistou boa votação no Maranhão (22,1%) – ver gráfico acima – e sua coligação “Frente trabalhista” (PPS, PTB e PDT) ganhou três governos estaduais, sessenta e dois (62) deputados federais e sete senadores. Destaque para a opção de isolamento político do PFL nesta eleição, mesmo assim, elegeu quatro governadores, oitenta e quatro (84) deputados federais e quatorze senadores.

A base de governadores e do Congresso Federal composta pela frente que elegeu Lula presidente melhorou comparativamente com o que os partidos coligados conquistaram

anteriormente. No entanto, menor que a base formada por PMDB, PFL e PSDB havia conquistado nos últimos anos (ver Capítulo 3).

No segundo turno compareceram 79,5% dos eleitores registrados (menos 2,8% dos eleitores quando comparado com o primeiro turno) – destes, somente 6% votaram entre brancos e nulos restando a participação de 94% dos votos válidos. Ao final, o candidato Lula foi eleito com 52.771.181 (61,3% dos votos válidos), enquanto o candidato José Serra obteve 33.355.806 (38,7%) de votos na preferência eleitoral – a figura do mapa do segundo turno é apresentada na próxima seção – abaixo consta o gráfico comparativo dos votos conquistados pelos dois candidatos (Lula e Serra) em cada estado.

Gráfico 11 – Total de votos por estados na eleição presidencial segundo turno de 2002.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

O candidato Lula conquistou 61,9% dos votos válidos no Rio de Janeiro, seu bom desempenho eleitoral seguiu para Amapá (59,2%), Ceará (52%) – obteve apoio do candidato Ciro Gomes – no Distrito Federal (51,2%) e Minas Gerais (50,4%). Nos estados de Santa Catarina e Roraima ambos os candidatos conquistaram quase que os 50% dos votos válidos. O único estado que José Serra venceu Lula no segundo turno foi em Alagoas (38,6%) – certamente ainda permaneceu à base de votos do ex-presidente Collor (1989) para o PSDB no estado.

Como resultado geral o PT ganhou a eleição presidencial, mas com os resultados do Congresso Federal e para os governadores eleitos demonstravam as dificuldades que o partido poderia enfrentar, e, principalmente, a configuração para as futuras negociações e alianças políticas visando à aprovação de propostas no Congresso Federal.

4.2 Métodos da Geografia eleitoral para as eleições presidenciais

Conforme discutido no Capítulo 1, os geógrafos britânicos Ron Johnston e John Agnew desenvolveram métodos com o objetivo de reintroduzir o “espaço” na análise eleitoral em uma ocasião de excessos nas apreciações para as individualidades dos eleitores. Novamente deve ser lembrado que as metodologias desenvolvidas pelos geógrafos britânicos servem para exames nos governos do tipo Parlamentarista, necessário então adaptar suas apreciações para a realidade política, social e cultural brasileira.

De certo modo as metodologias de Johnston e Pattie já foram utilizadas no primeiro capítulo quando empregado a técnica de autocorrelação espacial para as influências de “*local friends*”. Todavia, para complementar as informações de localização e densidade dos eleitores, portanto, para constatar as possibilidades de influências e da homogeneidade eleitoral, necessário acrescentar as seguintes observações: quando analisado um total de cem municípios com o maior número de eleitores do país, este grupo reúne quase 40% do total de eleitores; quando considerado o grupo de duzentos municípios, nestas localidades estão presentes 49% do eleitorado; e quando avaliado trezentos municípios, estas respectivas cidades contém 54,3% de eleitores.

Com ênfase somente nos cem primeiros municípios, a maioria dos eleitores estão nos estados de São Paulo (vinte e oito cidades com o total de 13% do eleitorado de todo o país), no Rio de Janeiro (com onze cidades e 6,6% de eleitores) e em Minas Gerais (com nove cidades e 3,1% do eleitorado). Assim sendo, em apenas quarenta e oito municípios (nos três maiores colégios eleitorais do país) estão presentes 22,7% do eleitorado brasileiro, os outros estados possuem menos de 2% de participação neste recorte. Com destaque no resultado eleitoral nestes respectivos municípios, a tabela abaixo indica o percentual de votos obtidos por ambos os partidos dividido nestes três grupos de cidades de todo o Brasil.

Tabela 25 – Percentual de votos recebidos em trezentos municípios.

1998	100 municípios	200 municípios	300 municípios
PSDB	47,9%	49,5%	49,5%
PT	36,9%	36,2%	35,8%
Votos Válidos no país	44%	52,7%	57,9%
2002	100 municípios	200 municípios	300 municípios
PT	48,9%	48,8%	48,8%
PSDB	18,9%	19,2%	19,4%
Votos Válidos no país	43,3%	52,3%	57,9%

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Em trezentos municípios estão localizados a maioria dos eleitores do país, consequentemente, também são as cidades mais populosas – de 1998 para 2002 apenas doze municípios são distintos na comparação. Significativo também notar a homogeneidade na preferência dos eleitores quando os vencedores nas duas eleições conquistaram quase 50% dos votos válidos nestas respectivas cidades. Entre os partidos, o PT melhorou seu desempenho eleitoral em quase doze pontos percentuais; enquanto o PSDB diminuiu em quase trinta pontos percentuais.

Certamente estes respectivos municípios possuem semelhantes problemas sociais, econômicos e urbanos, portanto, a unidade de votos nestas localidades talvez seja resultado de uma idêntica busca de soluções. Nestes mesmos grupos de municípios foram reavaliados a correlação eleitoral com as variáveis do IDH (vistos no primeiro capítulo), mesmo que tenham aumentado um pouco o peso de cada uma, nenhuma outra foi identificada com alguma significância.

Como referência da técnica de desvio padrão de Agnew – para averiguar a nacionalização dos votos nos partidos políticos italianos ao longo de um período (ver Capítulo 1) – o gráfico abaixo consta o resultado para presidência da República com a mesma técnica para a nacionalização dos votos do PSDB e PT entre 1989 e 2002 nas escalas dos estados e dos municípios (foram considerados apenas os votos do primeiro turno por envolver um maior número de partidos na disputa eleitoral).

Gráfico 12 – Desvio padrão para os votos do PSDB e PT no nível estadual e municipal.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Na escala estadual o PSDB nacionalizou seus votos a partir de 1994, superando inclusive a nacionalização dos votos no nível municipal obtidos pelo PT naquele mesmo ano. Mas nos

pleitos seguintes o partido iniciou uma tendência de diminuição na nacionalização dos votos estaduais – possivelmente porque os votos de Lula e Ciro Gomes foram mais regionalizados.

O PT na escala estadual manteve certa estabilidade nas eleições, mas justamente na eleição que venceu a presidência diminuiu a nacionalização dos votos. Neste caso foi conferido que seus principais concorrentes tiveram uma menor média de votos que o conquistado por Lula (45,3%) – o cálculo de desvio padrão é baseado na diferença da média em cada unidade observada (ver Capítulo 1) – respectivamente: Serra apresentou uma média de 22,1% de votos, Garotinho 18,7%, e Ciro Gomes uma média de 13,5%.

Na escala municipal a disposição do PSDB foi semelhante com o que ocorreu no nível estadual: auge em 1994 e diminuição na preferência nacional dos votos nos pleitos seguintes. O PT ao contrário, diminuiu em 1994 (em relação a 1989) e melhorou a partir de 1998 com uma tendência de encontro entre os dois partidos nos pleitos posteriores.

Cruzar os resultados por grupo de municípios pode oferecer alguma consideração relevante. Mesmo assim, cabe uma análise geral para os resultados das eleições na escala municipal. Na figura do mapa abaixo consta o resultado do pleito de 1998 em cada município. Os percentuais calculados estão baseados no total de votos válidos recebido do PSDB (cor azul), enquanto as cores distintas não correspondem aos exclusivos votos obtidos pelo PT, e sim, representam o total de votos de todos os partidos que disputaram a eleição.

Mapa 8 – Resultado das eleições presidenciais de primeiro turno em 1998 nos municípios.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

Pode ser constatado que em apenas trinta e oito municípios (38) o presidente-candidato FHC perdeu a eleição para o conjunto de votos recebidos por Lula e Ciro Gomes (todos em cidades do Nordeste e na maioria no Ceará). Quando considerado os municípios que somente Lula venceu FHC, estes correspondem a seiscentos e oitenta e três cidades (683) equivalentes a 23,6% dos votos válidos: nestas localidades Lula obteve 48,6% dos votos, FHC 34,3% e Ciro Gomes 12,5%. Em compensação FHC venceu em outros quatro mil e oitocentos e trinta municípios (4.830) com equivalente a 62,7% dos votos válidos em disputa: o candidato “tucano” obteve 58,8% dos votos, Lula 26,5% e Ciro Gomes 10,5%.

A maior diferença na quantidade total de votos de FHC (61,8%) (em relação a Lula – 27,7%) esteve na capital paulista (1.709.200 votos a mais; 34,1% de vantagem). Entretanto

FHC também conquistou uma vantagem eleitoral nas seguintes capitais: Curitiba (213.548 votos a mais), Belo Horizonte (196.989 votos a mais), Goiânia (184.390) – seguido por Londrina (111.709) – e continuou em Manaus (108.127) e Brasília (103.622). Em termos percentuais, o total de 87,9% dos eleitores no município de Vargem Grande do Rio Pardo no norte mineiro votou em FHC nesta eleição.

Os melhores saldos eleitorais de FHC ocorreram em uma área contígua que envolve municípios no norte mineiro, abrange o centro sul baiano, sul do Piauí, Maranhão e Pará, e segue envolvendo os estados de Tocantins, Goiás e Mato Grosso. Enquanto Lula recebeu boa margem de votação no sudoeste paranaense, oeste catarinense e noroeste rio-grandense, com destaque também nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Salvador. Já Ciro Gomes, obteve votação em todo estado do Ceará, e abrangeu bons resultados em regiões do Rio Grande do Norte e em Brasília.

Passados quatro anos, novas eleições presidenciais ocorreram com a participação de quatro fortes concorrentes. Pela quarta vez consecutiva, Lula (PT) se candidatou à disputa eleitoral. Este pleito também envolveu a participação do então ministro da Saúde, José Serra (PSDB), de Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS).

Como saldo final desta eleição, entre 1998 e 2002 houve uma mudança no padrão de votação. Conforme a teoria de V. O. Key este último pleito rompeu com um determinado padrão de votos no país – estes caracterizados como do tipo “normal” – portanto, a eleição de 2002 pode ser definida como sendo do tipo “crítica” (Terron, 2009, p. 26-27).

A figura do mapa abaixo corresponde ao resultado do primeiro turno da eleição de 2002 por município baseados nos votos obtidos por Lula (cor laranja); as outras cores não significam a exclusividade dos votos do PSDB, correspondem ao conjunto dos votos dos outros concorrentes.

Mapa 9 – Resultado das eleições presidenciais de primeiro turno em 2002 nos municípios.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

No primeiro turno, a soma de votos em Lula não foi caracterizada no envolvimento de grandes áreas contíguas, recebendo destaque os votos em municípios da região de Campinas (SP), em cidades do centro baiano, no sul paranaense e catarinense, e também no vale do Itajaí (SC). Enquanto José Serra obteve boa margem de votação na região metropolitana de Porto Alegre, no norte paranaense, no Vale do Paraíba (SP) e no sul mineiro.

Garotinho também foi bem votado no vale do Itajaí (SC), no sudeste paraibano, sudeste piauiense e leste sergipano. Jacob (*et al.*, 2010, p. 56 e 58) pondera que o bom desempenho do candidato se concretizou em locais com presença de igrejas pentecostais e das antenas da rede de televisão Record, mas o apoio recebido de Miguel Arraes (PSB) também foi fundamental para os votos em municípios no Nordeste. Já quanto a Ciro Gomes, além das regiões cearenses,

melhorou na quantidade de votos em relação ao pleito anterior no nordeste paraense, e no agreste pernambucano e alagoano.

Somando os votos dos três principais concorrentes, em duzentos e sessenta e seis municípios (266) equivalentes a 2.245.874 votos (2,6% dos votos válidos em disputa), Lula (24,5%) perdeu a eleição nestas cidades com a seguinte distribuição percentual de votos: Serra conquistou 15,4%; Garotinho obteve 9% e Ciro Gomes com a maioria da preferência nestas localidades com 51% dos votos. Nos municípios em que apenas José Serra venceu Lula, somam mil e quinhentos e noventa e nove municípios (1.599), equivalentes à 8.430.330 votos (com 9,9% dos votos válidos), nestas localidades Serra conquistou 43,7% dos votos e Lula 31,5% dos votos. Quanto aos municípios em que Lula venceu a eleição somam três mil e novecentos e sessenta e três municípios (3.963), equivalentes à 37.791.094 votos (93,4% dos votos válidos), onde obteve 47,7% de votos válidos e Serra 22,9% dos votos.

A maior diferença de votos totais de Lula (42%) em relação a Serra (30,7%) ocorreu no Rio de Janeiro (1.257.341 votos a mais; 11,3% de vantagem) – o ex-governador do estado Anthony Garotinho conquistou 13,8% dos votos na capital fluminense – e em termos percentuais a maior diferença foi no município de São João da Boa Vista na região de Campinas (SP) com 76,3% dos votos válidos na cidade para Lula.

No segundo turno de 2002 os candidatos Lula e Serra disputaram a eleição resultando nos dados da tabela abaixo:

Tabela 26 – Resultado eleitoral do segundo turno da eleição presidencial de 2002.

Candidatos	Partido	Votos	Percentual
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	52.771.181	61,3%
José Serra	PSDB	33.355.806	38,7%

Fonte: Extraído de TSE. Adaptado pelo autor (2019).

Neste turno compareceram 79,5% dos eleitores registrados (menos 2,8% dos eleitores comparado com o primeiro turno) – destes, apenas 6% votaram entre brancos e nulos restando a participação de 94% de votos válidos. Sendo assim, o candidato Lula foi eleito com 52.771.181 (61,3% dos votos válidos), enquanto o candidato José Serra obteve 33.355.806 (38,7%) da preferência eleitoral.

Na figura do mapa abaixo, constam o resultado comparativo dos votos na escala municipal entre Lula e Serra do segundo turno deste respectivo pleito.

Mapa 10 – Resultado das eleições presidenciais segundo turno em 2002 nos municípios.

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

No segundo turno as maiores diferenças de votos de Lula para Serra ocorreram respectivamente nas seguintes capitais: Rio de Janeiro (21.09.735 votos a mais), Salvador (2.109.735 votos a mais), Fortaleza (779.887 votos a mais), Belo Horizonte (671.235 votos a mais), Manaus (362.393 votos a mais) e Brasília (306.223 votos a mais) – curiosa semelhança das mesmas cidades de vantagem que FHC conquistou em 1998.

A maior diferença de votos totais de Serra ocorreu no município de Londrina (PR) com 25.540 votos a mais que Lula; e em termos percentuais Serra conquistou 87,5% dos votos válidos em todo o município de Juruá no sudoeste amazonense. Em contrapartida, Lula obteve 93,4% dos votos válidos da cidade de São Francisco do Conde na região metropolitana de Salvador (BA).

4.3 Por uma geopolítica das eleições presidenciais de 1998 e 2002

Nas seções anteriores deste capítulo foram apresentados os contextos políticos e econômicos que podem ter influenciado na decisão dos eleitores; também foi contemplada a importância das coligações e a participação dos deputados, senadores e governadores nos respectivos pleitos; e ainda apreciado com certa exatidão os números finais destas eleições presidenciais. Relevante incluir uma análise geopolítica dos resultados eleitorais.

Como mencionado no Capítulo 3, no território nacional a maior densidade de eleitores está localizado na faixa litorânea do país (ver figura 13), enquanto que o “interior” (que segue do oeste mineiro para o Centro-Oeste e avança para Amazônia) contém um menor número de eleitores, inclusive distante (fisicamente) a partir do centroide dos municípios, portanto, reduzindo contatos e, conseqüentemente, inibindo o exercício das influências eleitorais.

Desse modo, a densidade de técnicas definidas por Santos e Silveira (2006, p. 264) como espaços luminosos e espaços opacos são características de um maior ou menor contato e que por uma série de motivações contextuais estabelecem perspectivas e necessidades distintas. Logo, a presença de uma densidade de instituições é responsável por uma formação de redes de cooperação (Castro, 2004, p. 151) que, precisamente, as qualidades destas redes dependem do número de instituições presentes. Segundo Agnew, cada lugar reproduz ao seu modo os conflitos presentes nas diversas escalas (Zolnerkevic, 2017, p. 70) originando soluções políticas de acordo com seu contexto social.

Junto do desenvolvimento histórico dos partidos políticos no país (ver Capítulo 2) e das tabelas e mapas apresentados, incluindo a inspiração nos trabalhos de Siegfried e Sauer, compreende-se que nas localidades litorâneas do país (maiores contatos) sempre existiu alguma propensão na diversificação dos votos em candidatos de diversas matrizes político-ideológico; enquanto na grande massa territorial voltada para o interior do país (a partir do oeste mineiro), talvez por um menor contato com o exterior, estas regiões sempre foram caracterizadas como politicamente conservadoras. Assim sendo, de um modo generalizado, a disposição dos eleitores no território nacional coincide com uma análise histórico-geopolítica descrita por Tucídides quando identificou as civilizações divididas entre “terra e mar”. Conforme a tabela abaixo pode ser observada um histórico de votação por regiões do país nas eleições envolvendo o PSDB e o PT.

Tabela 27 – Votos no PSDB e PT entre 1994 e 2002 por região.

Ano	Partidos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
1994	PSDB	60,4%	57,6%	58,9%	56,1%	41,3%
	PT	24,6%	30,3%	25,5%	25,6%	28,2%
1998	PSDB	61,2%	47,7%	57,6%	55,3%	49,2%
	PT	22,1%	31,6%	26,5%	31,2%	38,8%
2002	PSDB	26,2%	19,8%	22,7%	22,7%	28,5%
	PT	43,1%	45,9%	44,4%	46,5%	49,4%

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).

As regiões do Centro-Oeste e Norte sempre resistiram em votos no candidato Lula nas eleições presidenciais. Mas também deve ser visto a seguinte disposição dos votos nestas respectivas regiões: em 1994, FHC foi favorecido no apoio recebido do PFL e também por ter herdado os votos que tinham sido de Collor em 1989 (ver Capítulo 1); em 1998, Lula e Ciro Gomes receberam grande parte dos votos nas áreas litorâneas, enquanto o PSDB conservou sua hegemonia eleitoral impetrada anteriormente. Finalmente, somente houve uma reversão nos padrões de votação no país quando os “petistas” penetraram no interior; de outra forma: Lula venceu a eleição quando conquistou o *heartland* brasileiro. Desse modo, as eleições presidenciais no país ao longo do período refletido (1998:2002) demonstraram uma razão geopolítica para a conquista do *heartland* brasileiro.

Se avançarmos a análise eleitoral para além do escopo temporal desta pesquisa (a partir das eleições de 2006) nota-se que houve uma inversão territorial dos votos. Se antes as áreas homogêneas que votaram em Collor/FHC foram o interior do país, e aqueles locais com uma maior heterogeneidade eleitoral ocorreram na faixa litorânea; a partir da reeleição de Lula (2006) houve uma nova divisão territorial do voto em uma ordem norte-sul: as áreas ao norte apresentando forte consolidação eleitoral nos candidatos do PT, enquanto no sul um maior acirramento entre os participantes – mas aqui, certamente, cabem novas avaliações geopolíticas da transformação do voto no território.

Por último, ressalto que este exame é generalizado e esta constatação não origina para um “determinismo ou geografismo eleitoral”, mas investiga as razões do voto que podem estar para além das motivações materiais, compreendendo o voto na relação do comportamento político-histórico-territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das referências bibliográficas foi relevante compreender os métodos da Geografia eleitoral incluindo as influências dos trabalhos de outras ciências. Também foi envolvido as formações dos partidos políticos ao longo da história nacional, lembrando dos antigos partidos Conservador e Liberal no século XIX chegando finalmente ao arranjo da consolidação eleitoral do PT e PSDB. Em seguida, foi acompanhado os meios que estas duas forças políticas se desenvolveram e conquistaram a presidência da República. Este foi o escopo da pesquisa incluindo o período da transição de um partido para outro no cargo do executivo Federal (1998:2002). Portanto, além de compreender a relação dos partidos políticos em cada estado, também foi de imprescindível importância constatar os eventos determinantes que mudaram os votos na Geografia eleitoral brasileira deste período, e analisar os contextos políticos e econômicos que podem ter influenciado na decisão dos eleitores.

Com a aplicação dos testes estatísticos e da técnica Geoespacial foram utilizadas as variáveis do Atlas de Desenvolvimento Humano – IDH do ano de 2000 (ano intermediário entre as duas eleições) a fim de buscar as relações que explicassem a razão do voto com este viés empírico. No entanto, as respostas nestas duas eleições foram semelhantes, modificando apenas o grau e a ordem de significância das variáveis analisadas. Deste modo, pela ênfase exclusiva da estatística foi constatado que pouco poderia ser respondido sobre as razões dos votos dos eleitores nos pleitos de 1998 e 2002.

Consequentemente, foi visto a relevância dos contextos político e econômico antecedente das eleições, incluindo a análise da eleição de 1994 para melhor compreender as motivações dos eleitores. A partir das referências bibliográficas e dos recortes de notícias dos principais jornais tornou-se possível identificar as causas gerais do voto em cada pleito. Assim sendo, em 1994 os eleitores votaram em grande maioria no candidato FHC devido aos ganhos imediatos oriundos do Plano Real; em 1998 a opção para a reeleição do presidente FHC foi motivada por ser visto como o mais capaz na administração do país em um cenário de possíveis crises econômicas; enquanto que em 2002 o alto índice de desemprego foi o principal motivo para a decisão dos eleitores em votar no candidato Lula.

Contudo, estas razões foram identificadas momentaneamente em entrevistas de *surveys* em um recorte de opções pré-determinadas apresentadas aos eleitores, logo, não necessariamente estes motivos foram exclusivos, também podem ter envolvido outras motivações na disputa política. Desta constatação, foram averiguadas as relações das coligações partidárias constituídas pelo PSDB e o PT.

O PSDB se destacou ganhando a eleição no primeiro turno de 1994 e 1998 quando teve como principal aliado o PFL. Por meio dos mapas, gráficos e tabelas apresentadas no decorrer da pesquisa se observa os resultados eleitorais obtidos por FHC nas duas eleições com grande destaque nos estados do Centro-Oeste e Norte do país – resultados semelhantes aos conquistados por Collor em 1989. Portanto, a aceitação do candidato FHC foi possível quando o partido (PSDB) “entrou no interior do país” com o apoio do PFL.

Quanto ao PT, o partido sempre recebeu votos de parcela da população localizadas no centro-sul do país, com algum destaque na região do Nordeste (principalmente, Bahia e Pernambuco). Perdido três eleições presidenciais, pela quarta vez consecutiva o partido apresentou o candidato Lula em uma ocasião que, ao que tudo indicava, nenhum candidato governista receberia votos suficientes para vencer. Desse modo, não foi a saída eleitoral de Roseana Sarney ou a queda na preferência de votos de Ciro Gomes que despontaram Lula para ganhar a eleição de 2002, foram às capacidades do PT em “interiorizar” o voto abrangendo áreas que antes o candidato Lula não havia apresentado um bom desempenho eleitoral.

De todo este conjunto de exames é possível averiguar que para ganhar a eleição para a presidência da República – ao menos para os pleitos do escopo temporal desta pesquisa (1998:2002) – foi de grande importância os candidatos / partidos conquistarem votos para todo o conjunto do país.

Em um cenário que a grande maioria dos eleitores está distribuída na faixa litorânea enquanto outros estão localizados na grande massa territorial do interior, foi constatado que: receber votos na faixa litorânea (maioria do eleitorado) não garante vencer a eleição, somente se consolida eleitoralmente; conseqüentemente, para ganhar a eleição presidencial é necessário conquistar o *heartland* brasileiro, ou seja, avançar para o interior do país.

Cruzar as variáveis sociodemográficas, compreender a macroeconomia nacional, envolver as conjunturas dos conflitos políticos e sociais, constatar as relações político-partidárias, são todos, como apontados por Johnson e Agnew, complementares para a análise do resultado eleitoral. Assim sendo, a Geografia tem o objetivo de examinar os resultados eleitorais diante da identidade do voto construída e consolidada por uma razão histórica, política e social presentes no território.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira, São Paulo: editora Hucitec, 1998.

ABRUCIO, Fernando Luiz e COUTO, Cláudio Gonçalves. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições, **Tempo Social**, São Paulo, pp. 269-301, nov. 2003.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula, **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 24, pp. 41-67, jun. 2005.

AGNEW, John. Maps and models in political studies: a reply to comments, **Political Geography**, v. 15, n. 2, pp. 165-167, 1996a.

_____. Mapping politics: how context counts in electoral geography, **Political Geography**, v. 15, n. 2, pp. 129-146, 1996b.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O fardo dos bacharéis, **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 19, pp. 68-72, dez. 1987.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Por que Lula?**, Rio de Janeiro: editora Record, 2006.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, IDH , disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, BCB, disponível em <<https://www.bcb.gov.br/>>.

BAYBECK, Brady e HUCKFELDT, Robert. Urban contexts, spatially dispersed networks, and the diffusion of political information, **Political Geography**, v. 21, pp. 195-220, 2002.

BRASIL, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, Brasília/Casa Civil, 1979, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>.

BRASIL, Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, Brasília/Casa Civil, 1979, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm>.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**, São Paulo: editora Malheiros, 2009.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia**: conceitos e temas, Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2001.

_____. Espaços públicos: entre a *publicidade* e a política, **revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 141-155, jan/jun 2004.

_____. **Geografia e política:** territórios, escalas de ação e instituições, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros:** discurso e práxis dos seus programas, Brasília: editora Universidade de Brasília, 1981.

CORONADO, Jaime Preciado. **Geopolítica crítica francesa:** contribuciones a la geografía del poder y a la geografía electoral, in: La geografía contemporánea y Elisée Reclus, Mexico: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, pp. 1-27, 2011.

COUTO E SILVA, Golbery de. **Conjuntura política nacional: poder executivo e geopolítico do Brasil.** Rio de Janeiro: editora José Olympio, 1981.

CUNHA, Ricardo Borges e MARTINS, César Augusto Ávila, Geografia eleitoral: uma revisão e possíveis caminhos, **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 39, pp. 43-56, abr. 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O estado federal**, São Paulo: editora Ática, 1986.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS, DIEESE, disponível em <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>>.

DOLHNIKOFF, Miriam. A regionalização do jogo político: elites e poder legislativo no Brasil do século XIX. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n° 70, pp. 33-49, nov 2004.

_____. **O pacto imperial:** origens do federalismo no Brasil, São Paulo: editora Globo, 2005.

_____. Governo representativo e legislação eleitoral no Brasil do século XIX, **Journal of Iberian and Latin America Research**, vol. 20, n° 1, pp. 66-82, 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro, São Paulo: editora Globo, 2008.

FERREIRA, Marcos César. **Iniciação à análise geoespacial:** teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**, São Paulo: editora Contexto, 1989.

FLEISCHER, David. Comportamento do eleitorado brasileiro na eleição presidencial de 1989, **Revista de Ciências Humanas**, Santa Catarina, v. 6, n. 9, p. 9-22, 1990.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do plano real:** fundamentos, impactos e contradições, São Paulo: editora Boitempo, 2012.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos.** Petrópolis: editora Vozes, 1997.

FIORI, José Luís, Longa duração e incerteza. **Valor Econômico**, 26 jun. 2015. Disponível em <<https://www.valor.com.br/opiniaio/4109972/longa-duracao-e-incerteza>>.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1974.

GAZIR, Augusto, Inflação não pode retornar, afirma FHC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 78, n. 25493, p. 2, 19 fev. 1999, Disponível em <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14134&anchor=614148&origem=busca&pd=5a3626298f483b5a8fb53479f6a27eaa>>.

GONÇALVES, Ricardo Dantas. Eleições mapeadas: como se infere sobre a dimensão geográfica das eleições presidenciais brasileiras, **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 6, n. 2, pp. 364-381, 2015.

GUARNIERI, Fernando. Voto estratégico e coordenação eleitoral: testando a Lei de Duverger no Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 30, n° 89, pp. 77-195, out 2015.

HERNÁNDEZ, Vladimir Hernández. Análisis Geoespacial de las elecciones presidenciales en México, 2012, **Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales – Eure**, v. 41, n. 122, pp. 185-207, enero 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, São Paulo: editora Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. One Soul at a time: Political science and political reform, **American Political Science Review**, Cambridge, vol. 82, n° 1, pp. 1-10, mar. 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, disponível em <<https://ibge.gov.br/>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA, disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>.

JACOB, Cesar Romero *et al.* **A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006**, Rio de Janeiro: editora Vozes, 2010.

JOHNSTON, Ron; PATTIE, Charles. Social networks, Geography, and neighbourhood effects, in Scott, John e Carrington, Peter. *The sage handbook of social network analysis*, **Sage**, 2014.

JOHNSTON, Ron, *et al.* Friends and neighbours voting revisited: the Geography of support for candidates to lead the UK's Labour party, **Political Geography**, v. 55, pp. 1-9, 2016.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, Campinas: Editora Papirus, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática**: o caso brasileiro, Rio de Janeiro: editora Brasiliense, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil, São Paulo: editora Companhia das Letras, 2012.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. A conexão Harvard e a política de descompreensão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64, **Tempos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 18, pp. 559-590, 2014.

LIMONGI, Fernando e MESQUISTA, Lara. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004, **revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 81, p. 49-67, jul. 2008.

LYNCH, Christian Edward, Saquaremas petistas e luzias tucanos, **O Globo**, 13 out. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/saquaremas-petistas-luzias-tucanos-14238164>>.

KINZO, Maria D'Alva G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, pp. 3-12, 2001.

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, fev. 2004.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa, **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 29, pp. 34-58, mar 1991.

MARTIN, André Roberto. Dilemas do federalismo: entre o “estadualismo oligárquico” e o “regionalismo burocrático”, **Perspectivas Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 27, pp. 55-68, jan/jun de 2005.

_____. **As fronteiras internas e a “questão regional” do Brasil**, Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARTINS Jr., José Paulo. **A disputa entre PSDB e PT nas eleições presidenciais 1994-2006**, Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

MARZAGÃO, Thiago. A dimensão geográfica das eleições brasileiras, **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, n. 2, pp. 270-290, nov. 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo de saquaresma**, São Paulo: editora Hucitec, 1987.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. Os partidos políticos, **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, vol. 18, nº. 2, pp. 9-27, abr/jun de 1975.

_____. Federalismo e centralização, **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, vol. 22, n.. 3, pp. 81-94, jul/set de 1979.

MELLO, Natália Nóbrega de. O desenvolvimento político em Huntington e Fukuyama, **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, pp. 97-125, 2010.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Tendências do Federalismo no Brasil**, Florianópolis: editora Lunardelli, 1978.

MENDES e VENTURI. Eleição presidencial: o plano Real na sucessão de Itamar Franco, **Opinião Pública**, Campinas, vol. 2, n. 2, pp. 59-72, dez. 1994.

MONZÓN, Norma B.. Geografía electoral. Consideraciones teóricas para el caso argentino, **Revista Colombiana de Geografía**, n. 18, pp. 119-128, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**, Belo Horizonte: editora UFMG, 1999.

NEEDELL, Jeffrey D.. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n° 10, pp. 4-73, nov. 2009.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**, Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2004.

_____. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados, **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 47, n°. 1, pp. 85-129, 2004.

_____. Partidos na República de 1946: uma réplica metodológica, **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, n°. 3, pp. 589-609, 2005.

_____. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**, Rio de Janeiro: editora Zahar, 2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, PT, disponível em <<https://pt.org.br/>>.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA, PSDB, disponível em <<http://www.psdb.org.br/>>.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Um toque de classe, média-baixa, **revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 1, pp. 1, fev. 1986.

PIERUCCI, Antônio Flávio e LIMA, Marcelo Coutinho de.. A direita que flutua: o voto conservador na eleição de 1990 em São Paulo, **revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 29, pp. 10-27, mar. 1991.

_____. São Paulo, a vitória da direita, **revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 35, pp. 94-99, mar. 1993.

Quércia quer romper com Sarney; Ulisses não descarta, **Folha de São Paulo**, ano 68, n. 21779, Política, p. A5. 18 nov. 1988. Disponível em <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?anchor=4166213&pd=f4e07eac098dc442950013fadeab9f40>>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**, São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAGO FILHO, Antônio. Ensinaamentos de Samuel Huntington para o processo de autoreforma da autocracia burguesa bonapartista, **Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão**. São Paulo, 08 à 12 de setembro de 2008, cd-rom.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Da revolução ao reformismo, **O Estado de São Paulo**, ano 122, n. 39197, 10 fev. 2001. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20010210-39197-spo-10-pol-a10-not>>.

ROYETT, Josefa Herazo. La geografía electoral en América Latina: tendencias, problemas y disertaciones, **Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina**, Peru, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Por uma Geografia nova**, São Paulo: Editora Edusp, 2012.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, São Paulo: Editora Record, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica, **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 47, n.º. 4, pp. 729-762, 2004.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945:2000)**, Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2000.

SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial, **revista Espaço e tempo**, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**, São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SOARES, Orlando. Origens das organizações partidárias e os partidos políticos brasileiros, **Revista de informação legislativa**, v. 26, n.º. 103, pp. 163-190, jul/set de 1989.

SONNLEITNER, Willibald. Explorando las dimensiones territoriales del comportamiento político: Reflexiones teórico-metodológicas sobre la geografía electoral, la cartografía exploratoria y los enfoques espaciales del voto, **Estudios Sociológicos**, vol. 31, pp. 1-38, 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 a 1964**, São Paulo: editora Alfa-Omega, 1990.

TAVARES, Flávio, Lições da geopolítica, **O Estado de São Paulo**, ano 13, n. 33041, p. 7, 25 nov. 1982. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19821125-33041-nac-0007-999-7-not>>.

TERRON, Sonia Luiza. **A composição de territórios eleitorais no Brasil: uma análise das votações de Lula (1989-2006)**, Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Cartografia e análise política: mapas políticos ou a política em mapas?, **ComCiência**, Campinas, n. 123, pp. 1-3, 2010.

_____. Geografia eleitoral em foco, **revista Em Debate**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, pp. 8-18, mai. 2012.

Três subculturas de Daniel Elazar (1972), disponível em: <<https://courses.lumenlearning.com/amgovernment/chapter/state-political-culture/>>, acesso em: 17 de março de 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, TSE, disponível em <<http://www.tse.jus.br>>.

Vitórias apertadas revelam equilíbrio político, **O Estado de São Paulo**, ano 121, n. 39094, p. h6, 30 out. 2000. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina#!/20001030-38094-nac-0080-epl-h6-not/tela/fullscreen>>.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. **Geografia eleitoral**: volatilidade e tendências nas eleições presidenciais de 1989 a 2006, Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. **A geografia e os estudos eleitorais**: a influência do contexto no comportamento eleitoral, Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017.

APÊNDICE A – Resultado completo da correção linear de Pearson

Variável IDH	1998 – 1º turno		2002 – 1º turno		2002 – 2º turno	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT
AGUA_ESGOTO	-0,050	-0,062	-0,045	-0,062	-0,042	-0,059
E_ANOSESTUDO	0,063	0,075	0,062	0,077	0,055	0,069
ESPVIDA	0,069	0,076	0,069	0,080	0,060	0,071
FECTOT	-0,085	-0,104	-0,075	-0,106	-0,074	-0,101
GINI	0,036	0,035	0,028	0,039	0,034	0,038
IDHM	0,121	0,140	0,109	0,144	0,106	0,135
IDHM_E	0,125	0,147	0,111	0,150	0,109	0,142
IDHM_L	0,069	0,076	0,069	0,080	0,060	0,071
IDHM_R	0,138	0,155	0,124	0,158	0,120	0,150
MORT1	-0,063	-0,070	-0,060	-0,070	-0,052	-0,065
MORT5	-0,062	-0,068	-0,060	-0,069	-0,051	-0,063
P_AGRO	-0,158	-0,186	-0,132	-0,189	-0,140	-0,186
P_COM	0,155	0,176	0,131	0,182	0,141	0,179
P_CONSTR	0,053	0,062	0,040	0,067	0,045	0,069
P_EXTR	-0,014	-0,014	-0,014	-0,014	-0,015	-0,014
P_SERV	0,162	0,196	0,128	0,193	0,140	0,194
P_SIUP	0,040	0,051	0,029	0,052	0,032	0,051
P_TRANSF	0,065	0,071	0,065	0,077	0,061	0,070
PEA	0,975	0,963	0,913	0,975	0,931	0,959
PEA1014	0,915	0,859	0,880	0,904	0,897	0,867
PEA1517	0,974	0,897	0,942	0,937	0,955	0,896
PEA18M	0,974	0,965	0,911	0,975	0,928	0,961
pesoRUR	0,730	0,541	0,769	0,593	0,771	0,539
pesotot	0,967	0,968	0,901	0,976	0,920	0,965
pesourb	0,961	0,973	0,890	0,979	0,910	0,970
PIA	0,968	0,970	0,902	0,977	0,921	0,966
PIA1014	0,955	0,954	0,893	0,971	0,916	0,955
PIA1517	0,954	0,956	0,891	0,972	0,914	0,956
PIA18M	0,970	0,972	0,902	0,976	0,921	0,967
PIND	-0,078	-0,089	-0,070	-0,092	-0,066	-0,087
PINDCRI	-0,081	-0,092	-0,073	-0,095	-0,068	-0,090
PMPOB	-0,095	-0,107	-0,087	-0,109	-0,081	-0,103
PMPOBCRI	-0,102	-0,113	-0,093	-0,116	-0,088	-0,109
POP	0,967	0,968	0,900	0,976	0,920	0,965
POPT	0,967	0,969	0,901	0,976	0,921	0,965
PPOB	-0,122	-0,136	-0,111	-0,137	-0,106	-0,129
PPOBCRI	-0,131	-0,144	-0,119	-0,147	-0,115	-0,138
PRENTRAB	0,027	0,015	0,028	0,026	0,024	0,019
RDPC	0,207	0,229	0,185	0,229	0,182	0,217
RDPCCT	0,209	0,230	0,186	0,230	0,184	0,219
REN0	-0,077	-0,086	-0,062	-0,089	-0,064	-0,087
REN1	-0,148	-0,162	-0,131	-0,166	-0,130	-0,158
REN2	-0,209	-0,233	-0,186	-0,235	-0,187	-0,224
REN3	-0,229	-0,253	-0,204	-0,256	-0,205	-0,243
REN5	-0,254	-0,279	-0,226	-0,283	-0,228	-0,268
RIND	0,061	0,070	0,055	0,073	0,053	0,070
RMPOB	0,073	0,080	0,066	0,085	0,061	0,080
RPOB	0,082	0,089	0,075	0,093	0,069	0,087

SOBRE40	0,061	0,071	0,058	0,073	0,050	0,066
SOBRE60	0,069	0,080	0,064	0,085	0,058	0,078
T_AGUA	0,073	0,085	0,067	0,088	0,062	0,083
T_ANALF11A14	-0,048	-0,056	-0,043	-0,058	-0,037	-0,054
T_ANALF15A17	-0,052	-0,062	-0,046	-0,064	-0,040	-0,059
T_ANALF18A24	-0,063	-0,075	-0,056	-0,078	-0,051	-0,073
T_ANALF25A29	-0,069	-0,083	-0,061	-0,086	-0,056	-0,080
T_ATIV	0,048	0,054	0,051	0,059	0,044	0,052
T_ATIV1014	-0,070	-0,084	-0,050	-0,078	-0,056	-0,079
T_ATIV1517	-0,030	-0,054	-0,013	-0,045	-0,025	-0,052
T_ATIV1824	0,055	0,057	0,057	0,063	0,050	0,056
T_ATIV2529	0,069	0,081	0,066	0,085	0,062	0,079
T_BANAGUA	0,076	0,087	0,069	0,090	0,064	0,085
T_DES	0,083	0,106	0,064	0,108	0,075	0,108
T_DES1014	0,088	0,096	0,076	0,100	0,078	0,096
T_DES1517	0,110	0,137	0,089	0,135	0,098	0,133
T_DES1824	0,083	0,115	0,064	0,113	0,076	0,114
T_DES2529	0,058	0,081	0,043	0,079	0,053	0,081
T_ENV	-0,029	-0,030	-0,020	-0,043	-0,029	-0,039
T_FBBAS	0,041	0,066	0,027	0,067	0,037	0,070
T_FBFUND	-0,015	-0,002	-0,022	-0,004	-0,012	0,003
T_FBMED	0,092	0,112	0,081	0,116	0,079	0,110
T_FBPRES	0,056	0,079	0,038	0,080	0,049	0,084
T_FBSUPER	0,153	0,188	0,137	0,177	0,133	0,168
T_LIXO	0,057	0,064	0,053	0,066	0,050	0,062
T_LUZ	0,061	0,075	0,055	0,076	0,054	0,074
T_M10A14CF	-0,009	-0,011	-0,011	-0,012	-0,009	-0,011
T_M15A17CF	-0,022	-0,026	-0,024	-0,028	-0,021	-0,026
T_SLUZ	-0,061	-0,075	-0,055	-0,076	-0,054	-0,074
THEIL	0,057	0,065	0,047	0,068	0,053	0,066
TRABCC	0,118	0,140	0,102	0,143	0,103	0,137
TRABSC	-0,043	-0,062	-0,042	-0,058	-0,040	-0,053

Fonte: Extraído do TSE e IDH. Elaboração do autor (2019).

APÊNDICE B – Trezentos municípios com maior número de eleitores

UF	Município	1998		2002	
		PSDB	PT	PSDB	PT
SP	SAO PAULO	61,8%	27,7%	30,7%	42,0%
RJ	RIO DE JANEIRO	39,9%	42,0%	10,7%	47,2%
MG	BELO HORIZONTE	49,8%	32,1%	13,4%	58,4%
DF	BRASILIA	40,4%	29,7%	16,8%	49,1%
CE	FORTALEZA	15,1%	48,8%	2,8%	54,5%
BA	SALVADOR	27,1%	55,4%	4,6%	73,7%
PR	CURITIBA	56,8%	28,7%	22,8%	55,1%
RS	PORTO ALEGRE	36,6%	55,3%	31,5%	46,0%
PE	RECIFE	50,1%	37,8%	21,7%	50,5%
PA	BELEM	41,6%	41,0%	18,1%	46,9%
AM	MANAUS	49,0%	28,3%	10,2%	52,6%
GO	GOIANIA	63,7%	24,1%	23,7%	42,7%
SP	CAMPINAS	55,1%	34,4%	25,3%	53,1%
RJ	SAO GONCALO	37,4%	48,8%	5,0%	35,3%
RJ	NOVA IGUAU	44,0%	43,4%	4,5%	26,6%
SP	SANTO ANDRE	45,6%	45,3%	19,9%	57,8%
SP	GUARULHOS	57,4%	30,6%	22,1%	41,5%
RJ	DUQUE DE CAXIAS	43,0%	45,8%	4,7%	36,9%
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	45,0%	46,0%	19,0%	60,1%
SP	OSASCO	49,6%	38,5%	20,8%	55,6%
MA	SAO LUIS	20,6%	50,0%	4,1%	56,4%
MS	CAMPO GRANDE	59,5%	24,9%	25,3%	39,3%
RJ	NITEROI	34,8%	46,6%	9,6%	48,8%
RN	NATAL	41,8%	35,6%	13,3%	51,3%
SP	SANTOS	56,0%	29,9%	23,5%	48,8%
MG	CONTAGEM	44,9%	40,9%	9,1%	62,5%
PI	TERESINA	29,8%	41,6%	11,7%	60,4%
SP	RIBEIRAO PRETO	63,8%	25,5%	32,9%	41,1%
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	53,2%	32,9%	24,3%	50,8%
MG	JUIZ DE FORA	26,5%	43,8%	9,0%	63,9%
RJ	SAO JOAO DE MERITI	39,9%	46,7%	4,2%	34,8%
SP	SOROCABA	56,6%	33,8%	26,4%	54,0%
AL	MACEIO	34,5%	32,1%	17,1%	38,5%
MG	UBERLANDIA	49,9%	33,3%	18,0%	55,7%
PB	JOAO PESSOA	27,9%	50,8%	13,5%	60,1%
MT	CUIABA	64,8%	23,8%	20,3%	49,6%
PR	LONDRINA	74,0%	17,7%	33,4%	34,3%
SC	JOINVILLE	53,2%	36,2%	22,2%	57,0%
SE	ARACAJU	28,5%	52,7%	9,3%	56,2%
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	57,2%	33,0%	17,4%	49,2%
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	31,0%	58,5%	8,3%	36,8%
RS	CAXIAS DO SUL	49,5%	40,0%	39,7%	44,3%
SP	DIADEMA	31,6%	57,3%	13,8%	62,5%
SC	FLORIANOPOLIS	45,8%	39,4%	21,6%	59,9%
RS	PELOTAS	33,3%	56,0%	28,2%	37,2%
PE	OLINDA	49,9%	38,8%	19,0%	52,9%
SP	JUNDIAI	56,3%	34,6%	25,2%	56,1%
SP	MAUA	34,1%	55,0%	13,4%	60,8%

SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	70,8%	19,2%	32,9%	42,6%
ES	VITORIA	56,1%	25,0%	20,5%	46,3%
RS	CANOAS	37,2%	55,5%	27,5%	50,2%
BA	FEIRA DE SANTANA	47,0%	31,7%	9,6%	55,1%
ES	VILA VELHA	57,5%	25,2%	16,3%	45,3%
RJ	BELFORD ROXO	39,8%	48,7%	3,5%	28,8%
SP	PIRACICABA	61,2%	26,5%	33,3%	43,5%
RJ	PETROPOLIS	51,9%	32,2%	14,0%	42,8%
SP	MOGI DAS CRUZES	57,2%	29,7%	26,3%	45,8%
PR	MARINGA	64,1%	24,6%	30,3%	38,4%
RJ	VOLTA REDONDA	25,0%	62,3%	6,3%	57,9%
SP	BAURU	56,5%	31,5%	21,8%	51,1%
PB	CAMPINA GRANDE	33,0%	44,9%	21,9%	50,7%
SC	BLUMENAU	62,7%	23,6%	31,8%	44,0%
SP	SAO VICENTE	58,8%	28,1%	15,9%	45,9%
SP	CARAPICUIBA	50,3%	39,1%	21,9%	54,5%
PR	PONTA GROSSA	63,3%	25,2%	28,5%	42,5%
MG	UBERABA	51,4%	29,4%	18,4%	62,3%
RO	PORTO VELHO	50,0%	30,2%	13,6%	48,8%
SP	FRANCA	58,9%	29,2%	35,8%	38,5%
RS	SANTA MARIA	31,5%	58,7%	31,0%	42,7%
SP	LIMEIRA	57,7%	35,1%	24,3%	51,3%
ES	SERRA	55,7%	30,8%	10,9%	53,1%
GO	ANAPOLIS	72,7%	15,5%	30,2%	34,7%
MG	MONTES CLAROS	55,3%	29,5%	11,3%	60,4%
RS	NOVO HAMBURGO	40,5%	51,3%	30,9%	46,7%
SP	GUARUJA	57,7%	25,9%	16,3%	46,5%
AC	RIO BRANCO	32,6%	40,1%	13,5%	47,9%
ES	CARIACICA	60,8%	25,5%	15,0%	45,8%
MG	GOVERNADOR VALADARES	60,2%	28,2%	18,9%	37,3%
RJ	NILOPOLIS	37,2%	45,9%	4,9%	37,5%
PR	CASCADEL	53,3%	33,9%	19,9%	56,1%
SP	TAUBATE	57,2%	31,9%	24,0%	54,4%
AP	MACAPA	35,7%	42,1%	7,9%	50,0%
MG	BETIM	44,5%	42,7%	12,7%	57,2%
PR	FOZ DO IGUAÇU	47,0%	41,3%	13,1%	62,7%
MG	IPATINGA	45,3%	42,9%	9,6%	52,9%
SP	AMERICANA	59,4%	31,3%	23,9%	54,1%
PE	PAULISTA	45,7%	43,0%	16,7%	52,4%
SP	BARUERI	60,1%	29,7%	19,2%	47,0%
RS	RIO GRANDE	32,9%	56,8%	27,0%	51,2%
RS	GRAVATAI	46,3%	47,1%	30,6%	43,3%
RS	SAO LEOPOLDO	34,0%	59,0%	24,3%	55,0%
PA	SANTAREM	66,1%	21,4%	11,3%	47,7%
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	72,0%	19,3%	27,9%	43,4%
RS	VIAMAO	41,8%	51,7%	32,3%	41,6%
SP	JACAREI	48,6%	39,6%	22,6%	48,7%
MG	DIVINOPOLIS	48,2%	38,7%	15,5%	65,8%
GO	APARECIDA DE GOIANIA	71,2%	21,4%	21,1%	45,7%
SP	SAO CARLOS	54,7%	34,7%	31,2%	46,6%
SC	CRICIUMA	31,7%	58,8%	11,7%	64,3%
SP	SUZANO	54,8%	32,9%	21,2%	48,8%
RS	PASSO FUNDO	30,8%	62,1%	28,0%	53,5%

RJ	MAGE	41,7%	45,6%	4,5%	31,4%
SP	ARARAQUARA	53,9%	36,6%	31,7%	49,6%
SP	MARILIA	71,7%	20,6%	27,6%	48,0%
SP	TABOAO DA SERRA	64,2%	27,2%	28,7%	45,9%
MG	SETE LAGOAS	59,9%	27,6%	15,5%	63,2%
RJ	BARRA MANSA	39,3%	45,0%	7,9%	47,0%
PE	CARUARU	69,4%	21,4%	40,9%	36,8%
SP	ARACATUBA	75,3%	16,8%	40,7%	36,3%
RN	MOSSORO	36,1%	34,8%	10,8%	53,8%
RR	BOA VISTA	55,7%	20,3%	11,1%	46,4%
MS	DOURADOS	52,0%	35,1%	29,7%	40,3%
BA	VITORIA DA CONQUISTA	66,1%	24,2%	24,9%	47,5%
RJ	NOVA FRIBURGO	53,4%	33,3%	13,3%	47,6%
SP	RIO CLARO	70,6%	18,7%	27,7%	45,7%
MT	VARZEA GRANDE	72,9%	18,4%	18,9%	48,6%
SP	EMBU DAS ARTES	60,8%	31,3%	25,9%	45,0%
PA	ANANINDEUA	44,2%	41,5%	15,3%	47,3%
MA	IMPERATRIZ	50,1%	26,7%	14,0%	30,2%
SP	SAO CAETANO DO SUL	59,5%	27,7%	29,3%	45,1%
SC	SAO JOSE	56,3%	31,9%	22,0%	58,7%
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	65,9%	24,6%	21,0%	58,4%
CE	CAUCAIA	31,3%	35,6%	5,7%	44,1%
PE	PETROLINA	41,0%	48,3%	14,1%	61,1%
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	64,2%	21,4%	14,9%	46,6%
RS	ALVORADA	47,7%	45,8%	29,9%	41,5%
SC	LAGES	59,8%	28,4%	27,3%	45,9%
BA	ITABUNA	50,0%	33,2%	11,4%	38,7%
RJ	TERESOPOLIS	69,1%	18,7%	19,7%	36,4%
CE	JUAZEIRO DO NORTE	44,2%	30,9%	11,5%	42,4%
SC	ITAJAI	57,1%	31,5%	21,8%	52,7%
RJ	ITABORAI	53,1%	36,5%	5,3%	24,6%
SP	SANTA BARBARA D OESTE	51,5%	38,7%	17,9%	59,2%
SP	PRAIA GRANDE	68,7%	19,6%	22,3%	42,6%
PR	GUARAPUAVA	51,3%	37,2%	17,6%	63,1%
SP	SUMARE	54,7%	34,8%	17,5%	58,1%
RS	SAPUCAIA DO SUL	28,7%	65,4%	21,0%	59,2%
SP	ITAQUAQUECETUBA	53,3%	35,5%	19,4%	48,4%
MG	SANTA LUZIA	54,8%	32,5%	11,6%	58,3%
MG	POCOS DE CALDAS	70,4%	20,4%	28,0%	42,3%
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	58,2%	28,7%	11,3%	56,4%
SC	CHAPECO	45,3%	42,1%	21,6%	53,5%
CE	MARACANAU	19,6%	51,9%	3,7%	57,5%
SP	INDAIATUBA	56,2%	34,9%	21,0%	57,7%
RS	BAGE	38,8%	50,3%	27,7%	48,9%
CE	SOBRAL	18,1%	12,3%	7,4%	12,9%
BA	JUAZEIRO	35,2%	51,2%	7,5%	51,6%
MT	RONDONOPOLIS	70,0%	18,8%	29,5%	39,4%
MG	PATOS DE MINAS	76,8%	12,2%	29,1%	40,9%
RS	URUGUAIANA	41,7%	48,4%	34,3%	36,7%
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	52,4%	39,2%	14,1%	48,0%
SP	MOGI GUACU	62,9%	28,2%	22,7%	53,9%
BA	CAMACARI	37,5%	52,6%	4,6%	68,2%
RS	SANTA CRUZ DO SUL	46,2%	44,4%	15,2%	55,8%

PR	PARANAGUA	50,9%	38,7%	17,7%	54,0%
PR	COLOMBO	63,3%	28,7%	16,6%	60,4%
SP	ITU	67,6%	24,1%	29,6%	49,3%
RS	CACHOEIRINHA	42,4%	50,6%	28,4%	43,6%
MG	BARBACENA	41,4%	33,9%	19,8%	61,5%
BA	ILHEUS	46,9%	36,2%	8,4%	57,1%
ES	COLATINA	73,4%	17,0%	26,6%	43,5%
SC	JARAGUA DO SUL	54,5%	35,1%	20,8%	64,5%
SP	CUBATAO	41,2%	42,5%	13,7%	55,8%
SP	BRAGANCA PAULISTA	70,7%	21,1%	33,4%	41,5%
SP	ITAPEVI	57,8%	33,3%	22,9%	51,1%
SP	COTIA	63,0%	28,5%	26,7%	48,9%
SP	JAU	66,0%	25,7%	30,5%	48,9%
MG	ARAGUARI	60,6%	20,6%	25,5%	43,0%
SP	PINDAMONHANGABA	52,0%	30,0%	28,9%	47,4%
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	37,1%	44,5%	14,6%	69,0%
MG	VARGINHA	56,7%	30,6%	22,4%	55,7%
SP	ITAPETININGA	65,4%	24,9%	31,0%	47,2%
SP	GUARATINGUETA	63,2%	24,0%	25,4%	49,7%
RJ	MACAE	42,1%	44,3%	13,3%	47,5%
PR	APUCARANA	78,8%	14,9%	40,7%	37,5%
PE	CAMARAGIBE	54,7%	36,4%	15,7%	50,7%
MG	TEOFILO OTONI	51,2%	35,1%	21,4%	52,6%
AL	ARAPIRACA	63,4%	12,9%	41,6%	24,8%
SP	BARRETOS	72,6%	18,7%	35,9%	43,3%
MG	ITABIRA	39,0%	32,4%	12,2%	64,2%
RJ	ANGRA DOS REIS	52,2%	35,9%	7,3%	30,8%
SP	RIBEIRAO PIRES	46,8%	40,2%	18,6%	52,3%
SP	BOTUCATU	58,0%	32,4%	29,5%	45,2%
ES	LINHARES	79,6%	12,1%	28,6%	41,7%
SP	ARARAS	59,4%	29,1%	27,0%	47,4%
RJ	BARRA DO PIRAI	30,3%	55,2%	7,2%	44,0%
RJ	RESENDE	53,3%	29,8%	12,5%	46,1%
MG	POUSO ALEGRE	68,4%	20,5%	22,1%	50,7%
RS	SANT ANA DO LIVRAMENTO	40,9%	48,7%	25,3%	45,6%
BA	ALAGOINHAS	32,3%	56,6%	8,6%	58,3%
RS	CACHOEIRA DO SUL	38,1%	52,3%	28,0%	48,5%
RJ	CABO FRIO	54,7%	33,3%	8,1%	29,1%
MG	ITUIUTABA	68,1%	22,2%	24,6%	55,4%
RS	ERECHIM	36,2%	53,0%	22,6%	58,7%
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	49,9%	37,9%	18,3%	49,3%
MG	SABARA	47,2%	39,3%	9,7%	62,7%
PR	UMUARAMA	70,4%	21,2%	29,2%	49,2%
RJ	QUEIMADOS	39,3%	50,2%	2,3%	19,8%
TO	PALMAS	59,1%	24,0%	20,3%	52,2%
SP	CATANDUVA	69,4%	21,0%	30,9%	42,1%
PA	MARABA	60,8%	28,9%	20,0%	52,1%
MG	CORONEL FABRICIANO	43,2%	46,5%	8,0%	59,0%
SC	TUBARAO	51,3%	38,4%	19,1%	63,9%
RS	BENTO GONCALVES	47,5%	42,9%	32,4%	50,1%
BA	JEQUIE	60,4%	28,5%	7,9%	57,8%
SP	VOTORANTIM	42,3%	48,6%	16,6%	64,1%
MG	PASSOS	63,5%	24,9%	21,2%	62,8%

PA	CASTANHAL	68,5%	20,3%	30,5%	38,6%
PR	TOLEDO	55,2%	33,4%	25,8%	54,7%
PR	PINHAIS	61,8%	29,2%	17,2%	58,9%
SP	HORTOLANDIA	51,5%	39,3%	15,5%	61,6%
GO	RIO VERDE	75,6%	14,5%	34,0%	39,3%
SP	ATIBAIA	80,8%	11,3%	42,6%	30,6%
RS	ESTEIO	36,6%	56,5%	25,4%	53,0%
RS	IJUI	29,9%	62,4%	22,2%	53,8%
PI	PARNAIBA	43,2%	27,2%	13,7%	46,3%
RS	GUAIBA	41,6%	51,4%	31,4%	38,1%
SP	ITAPECERICA DA SERRA	66,2%	25,2%	32,0%	41,3%
MS	CORUMBA	52,2%	32,9%	20,4%	47,8%
PR	ARAPONGAS	79,8%	13,5%	33,3%	40,9%
MG	MURIAE	56,3%	27,2%	14,3%	40,9%
PR	CAMPO LARGO	64,7%	23,8%	25,4%	55,9%
SP	POA	54,3%	34,0%	19,5%	49,9%
SP	SALTO	49,4%	41,2%	21,1%	62,3%
MG	SAO JOAO DEL REI	45,5%	36,6%	25,5%	59,6%
RS	SANTO ANGELO	24,7%	66,9%	20,4%	53,6%
PR	ARAUCARIA	49,9%	39,5%	15,1%	66,4%
RJ	ITAPERUNA	65,9%	22,4%	12,2%	25,3%
RS	ALEGRETE	42,3%	46,9%	32,4%	42,3%
GO	ITUMBIARA	74,5%	15,1%	34,1%	40,8%
MG	ITAJUBA	54,7%	34,6%	19,6%	54,3%
SP	VALINHOS	60,6%	30,0%	26,6%	52,9%
RJ	ITAGUAI	54,0%	36,0%	6,7%	26,1%
SP	FRANCO DA ROCHA	56,6%	32,1%	20,7%	47,9%
SP	SERTAOZINHO	59,3%	33,6%	23,7%	60,5%
MG	ARAXA	66,4%	17,2%	27,8%	44,0%
RO	JL_PARANA	71,3%	19,8%	23,8%	44,0%
SP	BIRIGUI	76,5%	16,7%	34,2%	43,4%
MG	ITAUNA	45,9%	37,3%	15,1%	65,4%
SP	ASSIS	66,9%	24,5%	25,7%	49,5%
SP	OURINHOS	67,6%	24,3%	31,1%	48,3%
CE	CRATO	38,8%	34,9%	10,3%	49,7%
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	71,5%	20,6%	33,0%	39,2%
PR	CAMBE	73,2%	19,4%	27,5%	46,1%
SP	TATUI	71,8%	19,4%	35,4%	38,6%
GO	LUZIANIA	65,5%	16,3%	24,9%	41,1%
SP	JANDIRA	51,7%	38,0%	23,4%	42,2%
SP	VARZEA PAULISTA	43,3%	47,7%	14,4%	61,8%
SP	LORENA	63,4%	24,3%	24,9%	49,5%
PA	ABAETETUBA	47,3%	48,4%	21,5%	61,5%
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	72,1%	18,8%	31,5%	48,5%
TO	ARAGUAINA	67,1%	16,4%	30,3%	45,6%
RS	CRUZ ALTA	34,5%	56,2%	30,7%	42,0%
MG	LAVRAS	54,8%	29,2%	10,7%	47,2%
SC	PALHOCA	62,5%	25,9%	13,4%	58,4%
RJ	TRES RIOS	36,2%	47,6%	16,8%	49,1%
CE	MARANGUAPE	26,4%	28,1%	2,8%	54,5%
PE	GARANHUNS	58,4%	29,9%	4,6%	73,7%
PR	CAMPO MOURAO	62,1%	27,2%	22,8%	55,1%
PR	PARANAVAI	70,4%	16,2%	31,5%	46,0%

BA	BARREIRAS	51,1%	28,3%	21,7%	50,5%
ES	GUARAPARI	74,0%	13,1%	18,1%	46,9%
SP	CACAPAVA	62,8%	22,9%	10,2%	52,6%
SP	FRANCISCO MORATO	51,0%	35,2%	23,7%	42,7%
RJ	VALENCA	35,9%	47,8%	25,3%	53,1%
MG	UBA	53,8%	29,8%	5,0%	35,3%
MA	CAXIAS	45,7%	33,4%	4,5%	26,6%
PE	ABREU E LIMA	51,7%	40,0%	19,9%	57,8%
BA	PAULO AFONSO	36,1%	54,8%	22,1%	41,5%
MS	TRES LAGOAS	61,1%	28,0%	4,7%	36,9%
MG	IBIRITE	44,4%	42,7%	19,0%	60,1%
ES	SAO MATEUS	63,7%	27,1%	20,8%	55,6%
SP	LEME	62,4%	28,9%	4,1%	56,4%
SP	CRUZEIRO	53,7%	33,1%	25,3%	39,3%
MG	CARATINGA	70,3%	20,9%	9,6%	48,8%
RJ	ARARUAMA	59,3%	27,6%	13,3%	51,3%
PR	FRANCISCO BELTRAO	51,4%	38,6%	23,5%	48,8%
CE	IGUATU	45,9%	37,3%	9,1%	62,5%
CE	ITAPIOCA	31,8%	20,6%	11,7%	60,4%
MA	TIMON	35,3%	43,5%	32,9%	41,1%
SP	ITAPEVA	59,5%	32,6%	24,3%	50,8%
PB	SANTA RITA	46,6%	40,9%	9,0%	63,9%
PE	SAO LOURENCO DA MATA	55,1%	36,0%	4,2%	34,8%
PB	PATOS	48,9%	26,9%	26,4%	54,0%
RN	PARNAMIRIM	55,0%	27,0%	17,1%	38,5%
PB	BAYEUX	41,6%	44,0%	18,0%	55,7%
BA	LAURO DE FREITAS	47,7%	38,8%	13,5%	60,1%
SE	LAGARTO	67,2%	18,9%	20,3%	49,6%
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	57,8%	36,7%	33,4%	34,3%
RO	CACOAL	74,0%	18,4%	22,2%	57,0%
MA	BACABAL	48,6%	32,1%	9,3%	56,2%
CE	CRATEUS	35,8%	18,6%	17,4%	49,2%
BA	SERRINHA	53,8%	36,2%	8,3%	36,8%
PE	IGARASSU	50,5%	41,7%	39,7%	44,3%
PA	ITAITUBA	82,5%	10,7%	13,8%	62,5%
BA	JACOBINA	58,4%	34,3%	21,6%	59,9%
MA	SANTA INES	54,7%	25,3%	28,2%	37,2%
BA	EUNAPOLIS	73,7%	19,6%	19,0%	52,9%
PE	SERRA TALHADA	54,6%	25,0%	25,2%	56,1%
MA	CODO	66,1%	19,1%	13,4%	60,8%
SP	PARANAGUA	61,8%	27,7%	32,9%	42,6%
RJ	COLOMBO	39,9%	42,0%	20,5%	46,3%
MG	ITU	49,8%	32,1%	27,5%	50,2%
DF	CACHOEIRINHA	40,4%	29,7%	9,6%	55,1%
CE	BARBACENA	15,1%	48,8%	16,3%	45,3%
BA	ILHEUS	27,1%	55,4%	3,5%	28,8%
PR	COLATINA	56,8%	28,7%	33,3%	43,5%
RS	JARAGUA DO SUL	36,6%	55,3%	14,0%	42,8%
PE	CUBATAO	50,1%	37,8%	26,3%	45,8%
PA	BRAGANCA PAULISTA	41,6%	41,0%	30,3%	38,4%
AM	ITAPEVI	49,0%	28,3%	6,3%	57,9%
GO	COTIA	63,7%	24,1%	21,8%	51,1%
SP	JAU	55,1%	34,4%	21,9%	50,7%

RJ	ARAGUARI	37,4%	48,8%	31,8%	44,0%
RJ	PINDAMONHANGABA	44,0%	43,4%	15,9%	45,9%
SP	CONSELHEIRO LAFAIETE	45,6%	45,3%	21,9%	54,5%
SP	VARGINHA	57,4%	30,6%	28,5%	42,5%
RJ	ITAPETININGA	43,0%	45,8%	18,4%	62,3%
SP	GUARATINGUETA	45,0%	46,0%	13,6%	48,8%
SP	MACAE	49,6%	38,5%	35,8%	38,5%
MA	APUCARANA	20,6%	50,0%	31,0%	42,7%
MS	CAMARAGIBE	59,5%	24,9%	24,3%	51,3%
RJ	TEOFILO OTONI	34,8%	46,6%	10,9%	53,1%
RN	ARAPIRACA	41,8%	35,6%	30,2%	34,7%
SP	BARRETOS	56,0%	29,9%	11,3%	60,4%
MG	ITABIRA	44,9%	40,9%	30,9%	46,7%
PI	ANGRA DOS REIS	29,8%	41,6%	16,3%	46,5%
SP	RIBEIRAO PIRES	63,8%	25,5%	13,5%	47,9%
SP	BOTUCATU	53,2%	32,9%	15,0%	45,8%
MG	LINHARES	26,5%	43,8%	18,9%	37,3%
RJ	ARARAS	39,9%	46,7%	4,9%	37,5%
SP	BARRA DO PIRAI	56,6%	33,8%	19,9%	56,1%
AL	RESENDE	34,5%	32,1%	24,0%	54,4%
MG	POUSO ALEGRE	49,9%	33,3%	7,9%	50,0%
PB	SANT ANA DO LIVRAMENTO	27,9%	50,8%	12,7%	57,2%
MT	ALAGOINHAS	64,8%	23,8%	13,1%	62,7%
PR	CACHOEIRA DO SUL	74,0%	17,7%	9,6%	52,9%
SC	CABO FRIO	53,2%	36,2%	23,9%	54,1%
SE	ITUIUTABA	28,5%	52,7%	16,7%	52,4%
PE	ERECHIM	57,2%	33,0%	19,2%	47,0%
RJ	FERRAZ DE VASCONCELOS	31,0%	58,5%	27,0%	51,2%
RS	SABARA	49,5%	40,0%	30,6%	43,3%
SP	UMUARAMA	31,6%	57,3%	24,3%	55,0%
SC	QUEIMADOS	45,8%	39,4%	11,3%	47,7%
RS	PALMAS	33,3%	56,0%	27,9%	43,4%
PE	CATANDUVA	49,9%	38,8%	32,3%	41,6%
SP	MARABA	56,3%	34,6%	22,6%	48,7%
SP	CORONEL FABRICIANO	34,1%	55,0%	15,5%	65,8%
SP	TUBARAO	70,8%	19,2%	21,1%	45,7%
ES	BENTO GONCALVES	56,1%	25,0%	31,2%	46,6%
RS	JEQUIE	37,2%	55,5%	11,7%	64,3%
BA	VOTORANTIM	47,0%	31,7%	21,2%	48,8%
ES	PASSOS	57,5%	25,2%	28,0%	53,5%
RJ	CASTANHAL	39,8%	48,7%	4,5%	31,4%
SP	TOLEDO	61,2%	26,5%	31,7%	49,6%
RJ	PINHAIS	51,9%	32,2%	27,6%	48,0%
SP	HORTOLANDIA	57,2%	29,7%	28,7%	45,9%
PR	RIO VERDE	64,1%	24,6%	15,5%	63,2%
RJ	ATIBAIA	25,0%	62,3%	7,9%	47,0%
SP	ESTEIO	56,5%	31,5%	40,9%	36,8%
PB	IJUI	33,0%	44,9%	40,7%	36,3%
SC	PARNAIBA	62,7%	23,6%	10,8%	53,8%
SP	GUAIBA	58,8%	28,1%	11,1%	46,4%
SP	ITAPECERICA DA SERRA	50,3%	39,1%	29,7%	40,3%
PR	CORUMBA	63,3%	25,2%	24,9%	47,5%
MG	ARAPONGAS	51,4%	29,4%	13,3%	47,6%

RO	MURIAE	50,0%	30,2%	27,7%	45,7%
SP	CAMPO LARGO	58,9%	29,2%	18,9%	48,6%
RS	POA	31,5%	58,7%	25,9%	45,0%
SP	SALTO	57,7%	35,1%	15,3%	47,3%
ES	SAO JOAO DEL REI	55,7%	30,8%	14,0%	30,2%
GO	SANTO ANGELO	72,7%	15,5%	29,3%	45,1%
MG	ARAUCARIA	55,3%	29,5%	22,0%	58,7%
RS	ITAPERUNA	40,5%	51,3%	21,0%	58,4%
SP	ALEGRETE	57,7%	25,9%	5,7%	44,1%
AC	ITUMBIARA	32,6%	40,1%	14,1%	61,1%
ES	ITAJUBA	60,8%	25,5%	14,9%	46,6%
MG	VALINHOS	60,2%	28,2%	29,9%	41,5%
RJ	ITAGUAI	37,2%	45,9%	27,3%	45,9%
PR	FRANCO DA ROCHA	53,3%	33,9%	11,4%	38,7%
SP	SERTAOZINHO	57,2%	31,9%	19,7%	36,4%
AP	ARAXA	35,7%	42,1%	11,5%	42,4%
MG	JI_PARANA	44,5%	42,7%	21,8%	52,7%
PR	BIRIGUI	47,0%	41,3%	5,3%	24,6%
MG	ITAUNA	45,3%	42,9%	17,9%	59,2%
SP	ASSIS	59,4%	31,3%	22,3%	42,6%
PE	OURINHOS	45,7%	43,0%	17,6%	63,1%
SP	CRATO	60,1%	29,7%	17,5%	58,1%
RS	VITORIA DE SANTO ANTAO	32,9%	56,8%	21,0%	59,2%
RS	CAMBE	46,3%	47,1%	19,4%	48,4%
RS	TATUI	34,0%	59,0%	11,6%	58,3%
PA	LUZIANIA	66,1%	21,4%	28,0%	42,3%
SP	JANDIRA	72,0%	19,3%	11,3%	56,4%
RS	VARZEA PAULISTA	41,8%	51,7%	21,6%	53,5%
SP	LORENA	48,6%	39,6%	3,7%	57,5%
MG	ABAETETUBA	48,2%	38,7%	21,0%	57,7%
GO	SAO JOAO DA BOA VISTA	71,2%	21,4%	27,7%	48,9%
SP	ARAGUAINA	54,7%	34,7%	7,4%	12,9%
SC	CRUZ ALTA	31,7%	58,8%		
SP	LAVRAS	54,8%	32,9%	21,1%	55,9%
RS	PALHOCA	30,8%	62,1%	25,2%	56,6%
RJ	TRES RIOS	41,7%	45,6%		
SP	MARANGUAPE	53,9%	36,6%	6,4%	46,5%
SP	GARANHUNS	71,7%	20,6%	19,7%	63,1%
SP	CAMPO MOURAO	64,2%	27,2%	20,8%	51,7%
MG	PARANAVAI	59,9%	27,6%	37,2%	33,0%
RJ	BARREIRAS	39,3%	45,0%	10,1%	63,3%
PE	GUARAPARI	69,4%	21,4%	22,5%	35,3%
SP	CACAPAVA	75,3%	16,8%	27,6%	47,0%
RN	FRANCISCO MORATO	36,1%	34,8%	23,9%	45,0%
RR	VALENCA	55,7%	20,3%		
MS	UBA	52,0%	35,1%	16,2%	62,2%
BA	CAXIAS	66,1%	24,2%	13,8%	51,4%
RJ	ABREU E LIMA	53,4%	33,3%	13,0%	47,4%
SP	PAULO AFONSO	70,6%	18,7%	8,8%	70,4%
MT	TRES LAGOAS	72,9%	18,4%	22,7%	47,7%
SP	IBIRITE	60,8%	31,3%	7,8%	63,0%
PA	SAO MATEUS	44,2%	41,5%	15,4%	54,1%
MA	LEME	50,1%	26,7%	23,9%	56,5%

SP	CRUZEIRO	59,5%	27,7%		
SC	CARATINGA	56,3%	31,9%	21,5%	46,5%
PR	ARARUAMA	65,9%	24,6%	8,9%	24,6%
CE	FRANCISCO BELTRAO	31,3%	35,6%		
PE	IGUATU	41,0%	48,3%	12,0%	45,0%
ES	ITAPIPOCA	64,2%	21,4%	8,2%	31,7%
RS	TIMON	47,7%	45,8%	8,2%	54,4%
SC	ITAPEVA	59,8%	28,4%	30,9%	48,7%
BA	SANTA RITA	50,0%	33,2%	15,4%	52,3%
RJ	SAO LOURENCO DA MATA	69,1%	18,7%	20,6%	44,5%
CE	PATOS	44,2%	30,9%	32,5%	44,1%
SC	PARNAMIRIM	57,1%	31,5%	17,6%	47,0%
RJ	BAYEUX	53,1%	36,5%	14,1%	52,9%
SP	LAURO DE FREITAS	51,5%	38,7%	5,5%	69,3%
SP	LAGARTO	68,7%	19,6%	30,1%	40,6%
PR	TEIXEIRA DE FREITAS	51,3%	37,2%	9,8%	64,1%
SP	CACOAL	54,7%	34,8%		
RS	BACABAL	28,7%	65,4%	8,2%	44,9%
SP	CRATEUS	53,3%	35,5%		
MG	SERRINHA	54,8%	32,5%		
MG	IGARASSU	70,4%	20,4%		
MG	ITAITUBA	58,2%	28,7%	35,8%	23,9%
SC	JACOBINA	45,3%	42,1%	15,1%	58,6%
CE	SANTA INES	19,6%	51,9%		
SP	EUNAPOLIS	56,2%	34,9%		
RS	SERRA TALHADA	38,8%	50,3%		
CE	CODO	18,1%	12,3%	13,6%	40,0%
PA	BRAGANCA			41,0%	26,7%
BA	SIMÕES FILHO			4,2%	60,1%
GO	TRINDADE			26,8%	45,3%
SC	BRUSQUE			20,0%	58,6%
SP	CARAGUATATUBA			31,4%	40,2%
MA	ACAILANDIA			18,1%	34,2%
SC	BALNEARIO CAMBORIU			27,8%	46,3%
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO			11,9%	45,8%
SP	ITATIBA			33,6%	42,3%
RJ	MESQUITA			3,8%	32,5%
MT	CACERES			25,8%	46,3%
SP	MOGI MIRIM			31,8%	44,8%

Fonte: Extraído de TSE. Elaboração do autor (2019).